Porto Alegre, Quinta, 06 de Junho de 2024 - Ano 23 - Número 8296

CÂMARA DOS DEPUTADOS PAUTA URGÊNCIA DE PROJETO QUE EQUIPARA ABORTO A HOMICÍDIO.

Ag. Câmara

Está na pauta do plenário da Câmara dos Deputados o pedido de urgência para votação do Projeto de Lei nº 1.904/2024, que equipara ao crime de homicídio simples o aborto realizado a partir de 22 semanas de gestação. Com isso, a pena máxima para quem realiza o procedimento pode aumentar de dez para 20 anos de prisão. Página 51

COMPRAS DO EXTERIOR PELA INTERNET NO VALOR DE ATÉ 50 DÓLARES SERÃO TAXADAS.

Página 36

Julio Ferreira/PMPA

TRÂNSITO NO ENTORNO DA RODOVIÁRIA DE PORTO ALEGRE TERÁ ALTERAÇÕES A PARTIR DESTA QUINTA-FEIRA.

A partir desta quinta-feira (6), haverá mudanças no trânsito no entorno da Estação Rodoviária de Porto Alegre. Conforme a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), os motoristas que quiserem acessar a Castelo Branco a partir do Túnel da Conceição deverão pegar o Largo Vespasiano Júlio Veppo. Não será mais permitido converter à direita na Castelo Branco passando pelos fundos da Rodoviária. Página 16

LULA VOLTA AO RIO GRANDE DO SUL NESTA QUINTA-FEIRA.

Página 2

Lula volta ao Rio Grande do Sul nesta quinta-feira.

Em sua quarta viagem ao Rio Grande do Sul desde o início das enchentes, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita nesta quinta-feira (6) Arroio do Meio e Cruzeiro do Sul (Vale do Taquari). Ele se reunirá com prefeitos, outras autoridades locais e habitantes das duas cidades. Há também a expectativa de um encontro com o governador gaúcho Eduardo Leite.

Ricardo Stuckert/PR

A primeira-dama Janja (ao fundo), por sua vez, vai à cidade de Guaíba.

Para as 11h está prevista uma visita ao bairro Passo de Estrela, de Cruzeiro do Sul, onde 650 de um total de aproximadamente 800 residências foram destruídas. Após o meio-dia, será a vez de se deslocar até uma cozinha solidária organizada em Arroio do Meio pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

A ideia é percorrer locais onde o chefe do Executivo federal não esteve ao cumprir agenda no Estado durante o mês de maio. Deste vez, entretanto, não foram antecipados possíveis anúncios de novas iniciativas de assistência por parte de seu governo.

Na última vez em que desembarcou no Rio Grande do Sul, dia 15 do mês passado, Lula confraternizou com 1.500 desabrigados em um centro de acolhimento no campus São Leopoldo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Ele também interagiu com voluntários e autoridades.

”Agradeço a diferença que estamos fazendo, todos juntos, e que vai marcar a vida das pessoas no Sul e no restante do País”, declarou na ocasião. ”O Brasil que pegamos anos atrás é diferente do que estamos agora construindo com a solidariedade dos brasileiros aos gaúchos. Isso nos faz acreditar em uma humanidade mais fraterna”.

As duas viagens anteriores tiveram como destinos as cidades de Santa Maria (Região Central) e depois Porto Alegre, Canoas (Região Metropolitana) e Lajeado (Vale do Taquari). Em todas, o anúncio de medidas de apoio às vítimas da maior catástrofe já ocorrida no Rio Grande do Sul, bem como iniciativas para reconstrução do Estado.

Conforme o ministro da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução, o gaúcho Paulo Pimenta, a presença de Lula pela quarta vez em solo gaúcho desde o início de maio representa uma nova etapa:

“Passada a fase do resgate, a mais aguda e que exigia movimentação intensa para salvar vidas, agora é a hora de reconstruirmos as cidades. É de grande importância a presença do presidente nas áreas mais atingidas do Vale do Taquari para conversar as pessoas e saber de suas dificuldades no momento”.

Janja

A primeira-dama brasileira Janja da Silva participará da comitiva, porém com uma programação diversa de Lula. Durante a manhã a sua agenda prevê visitas a pelo menos três locais na cidade de Guaíba (Região Metropolitana de Porto Alegre).

Acompanhada do prefeito Marcelo Maranata e da primeira-dama do município, Deisi Maranata, ela falará de programas federais em andamento para auxílio ao Rio Grande do Sul. Os locais escolhidos são um ginásio utilizado para acolhimento de vítimas das enchentes, um abrigo de pequenos animais e, por fim, uma lavanderia solidária. (Marcello Campos)

Para o governador Eduardo Leite, a suspensão do pagamento da dívida do Estado com o governo federal não será suficiente para lidar com os impactos dos temporais.

Em Brasília, onde se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nessa quarta-feira (5), o governador Eduardo Leite disse que a suspensão da dívida do RS com a União por três anos, proposta pelo governo federal e aprovada pelo Congresso Nacional, não será suficiente para que o Estado possa enfrentar os impactos dos temporais.

Leite afirmou que pediu a Lula ajuda federal para amenizar as perdas com arrecadação decorrentes da redução da atividade econômica.

"A gente entende que esteja falando de algo em torno de R$ 6 bilhões a R$ 10 bilhões até o final deste ano em termos de queda de arrecadação do Estado e dos municípios que precisaria ser suportado pela União, como foi na pandemia, porque é o ente que tem capacidade porque pode emitir dívida, porque tem fôlego financeiro para poder atender essas necessidades", disse.

O governador explicou que o recurso economizado com a suspensão da dívida com a União será todo aplicado em medidas de reconstrução do Estado. No entanto, a perda de arrecadação impacta na prestação de serviços do dia-a-dia.

Segundo ele, sem a recomposição, há o risco no futuro de atraso de salário de servidores ou de redução da prestação de serviços públicos.

"A gente teve a suspensão da dívida, mas a suspensão da dívida é toda canalizada para reconstrução. Eu tenho um fundo constituído para reconstrução com recurso da suspensão da dívida, que eu vou depositar nesse fundo. De outro lado, na minha arrecadação vou ter queda forte que vai me atrapalhar prestação de serviços e outros investimentos que são também importantes", declarou.

Ele afirmou ainda que o Estado e os municípios gaúchos poderão perder até R$ 10 bilhões em arrecadação com impostos neste ano de 2024.

Os temporais do mês passado mataram 172 pessoas, deixaram centenas de milhares de pessoas desabrigadas e afetaram maior parte da indústria gaúcha.

Redução de jornadas e salários

Leite também defendeu a criação de um programa de redução de jornadas e, proporcionalmente, de salários, a exemplo do que ocorreu na pandemia da covid, para evitar demissões.

O pedido foi apresentado no mês passado ao governo federal por dirigentes da indústria gaúcha. Na pandemia, o governo federal pagou um benefício aos trabalhadores que tiveram jornada de trabalho reduzida.

Mauricio Tonetto/Secom

Chefe do Executivo gaúcho citou perda de até R$ 10 bilhões em arrecadação.

Lula

Essa foi a primeira viagem de Leite a Brasília desde a tragédia climática. Além de Lula, o governador foi recebido pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco.

O governador esteve na capital na véspera da 4ª visita de Lula ao Rio Grande do Sul. O presidente irá nesta quinta (6) ao Vale do Taquari, uma das regiões mais afetadas pelas enxurradas. Segundo o governo, Lula terá encontros com prefeitos e outras autoridades e visitará áreas atingidas.

O presidente visitará o bairro Passo de Estrela, em Cruzeiro do Sul, no qual 650 moradias foram destruídas. Ele também irá ao municípios de Arroio do Meio para observar a cozinha solidária do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

"Carona"

Eduardo Leite não teve uma audiência reservada com Lula no Planalto nessa quarta. O presidente se reuniu com todos os governadores presentes nos anúncios referentes ao Dia do Meio Ambiente.

Leite aproveitou o encontro coletivo para entregar a Lula os pedidos de recomposição de receita e de manutenção de empregos. O governador espera discutir o tema com o presidente nessa quinta e informou que irá de carona com Lula no avião presidencial até o Rio Grande do Sul.

Eduardo Leite pede ao governo federal programa para manutenção de empregos no Rio Grande do Sul.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a criação de um programa de manutenção do emprego e renda para os trabalhadores do Rio Grande do Sul, além do apoio da União na recomposição de receitas do Estado e dos municípios gaúchos.

O Rio Grande do Sul enfrenta o pior desastre climático da sua história e vem trabalhando na recuperação de estruturas após as enchentes que afetaram 476 dos 497 municípios.

“Algumas sinalizações de apoio encaminhadas são importantes, operações de crédito, de recursos para as pessoas diretamente, as sinalizações feitas em relação às moradias. São todas muito importantes, mas insisto que esses dois pontos são cruciais. Sem esses dois pontos nós vamos ter ainda muitas dificuldades”, disse o governador.

Leite foi recebido por Lula no Palácio do Planalto, junto com outros governadores, após evento alusivo ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Mauricio Tonetto/Secom

O Rio Grande do Sul enfrenta o pior desastre climático da sua história.

Nesta quinta-feira (6), o presidente fará sua quarta viagem ao Rio Grande do Sul para acompanhar os trabalhos de recuperação no Vale do Taquari. O governador doEestado fará parte da comitiva que embarcará no avião presidencial. Segundo ele, Lula se comprometeu a analisar as propostas apresentadas nesta quarta.

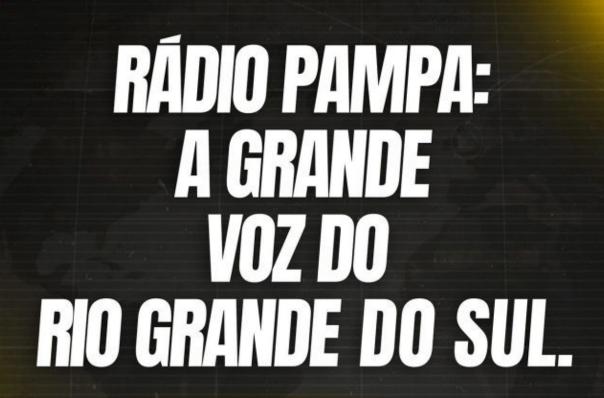
Eduardo Leite explicou que o programa voltado aos trabalhadores e às empresas privadas poderia ser similar ao Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Bem), instituído durante a pandemia de covid-19. Na ocasião, o governo federal ofereceu uma parcela do seguro-desemprego em troca da redução do salário e suspensão ou redução da jornada de trabalho.

“É essencial para as empresas que foram afetadas pelas enchentes, assim como foi feito na pandemia, o governo pagar parte dos salários e ter uma possibilidade de redução de jornada momentaneamente, até que a gente consiga superar esse momento”, disse, lembrando que, diferentemente da pandemia, os empresários também perderam bens e ativos.

O governador contou que os cofres do Estado ainda tem reservas para pagamento de salários de servidores, por exemplo, “no curtíssimo prazo”, mas que elas tem uma limitação.

“Se nós não tivermos essa recomposição de receitas sim, o estado ou vai se ver em condições de voltar até atrás dos salários no futuro, ou ele vai ter que comprimir muito os investimentos e a capacidade de prestação de serviços, o que vai punir a população de outra forma que a gente não deseja”, afirmou Leite.

Ele explicou ainda que os recursos economizados com a suspensão da dívida da União com o Estado serão canalizados para a reconstrução do Rio Grande do Sul.

“Eu tenho um fundo constituído, para a reconstrução, com recursos da suspensão da dívida, mas, de outro lado, na minha arrecadação, eu vou ter uma queda forte que vai me atrapalhar a prestação de serviços e em outros investimentos do estado que são também importantes”, disse.

"Turismo será a força motriz para recuperar o Estado", diz ministro Celso Sabino na Serra Gaúcha.

Com o intuito de acelerar a retomada econômica do Rio Grande do Sul, o ministro do Turismo, Celso Sabino, esteve, nesta quarta-feira (5), nas cidades de Gramado e Canela para apresentar as ações do governo federal para apoiar o Estado. Sabino enfatizou a importância do trabalho conjunto para a reconstrução do Estado.

"O governo federal está acompanhando diariamente as demandas do estado, por meio de uma equipe multidisciplinar que reúne os ministérios de Infraestrutura, Educação, Saúde e, obviamente, Turismo, que a meu ver será a força motriz para recuperar a economia gaúcha como um todo", disse.

Ao lado do ministro da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do RS, Paulo Pimenta, Sabino destacou que uma das ações trata do aumento no número de voos para o Rio Grande do Sul, por meio do uso da estrutura de bases aéreas de cidades da região.

Entre as possibilidades debatidas está a ampliação do aeroporto de Caxias do Sul e a implantação de um aeroporto de porte médio nas cidades de Torres e Canela.

"Estamos discutindo com alguns executivos da área aeroportuária de Brasília e temos várias possibilidades na mesa. Eu, o ministro Pimenta e toda a equipe de governo do presidente Lula estamos trabalhando para que todas essas possibilidades sejam concretizadas para a breve retomada dos voos", afirmou Sabino.

Durante o encontro com representantes locais do setor, que contou com a presença dos prefeitos de Gramado, Nestor Tissot, de Canela, Constantino Orsolin, de São Francisco de Paula, Marcos André Aguzzolli e de Nova Petrópolis, Martim Wissmann, o ministro falou também das ações do MTur para apoiar os empreendimentos gaúchos.

Entre as medidas já iniciadas pelo MTur está a disponibilização de R$ 200 milhões do Fundo Geral de Turismo (Novo Fungetur), voltados à concessão de financiamentos com condições especiais a atividades turísticas prejudicadas. Do total, R$ 100 milhões já foram repassados e o valor restante será aportado conforme o avanço das contratações. O recurso pode ser utilizado para capital de giro, compra de equipamentos e obras de reforma e ampliação.

"Estamos trabalhando fortemente para retomada do Rio Grande do Sul porque a chuva vai parar, a água vai secar, a lagoa vai descer e o crescimento econômico vai voltar, porque todos nós entendemos que o crescimento econômico salva vidas, promove a geração de empregos e uma distribuição de renda democrática", afirmou o ministro Sabino.

O ministro Paulo Pimenta reforçou as ações do governo federal, como a Medida Provisória que liberou R$ 15 bilhões que poderão ser utilizados em financiamentos para empresas de todos os portes do Rio Grande do Sul. "Essa ação faz parte do Fundo Social e disponibilizará recursos para abertura de crédito em locais atingidos por calamidades públicas", disse Pimenta.

Roberto Castro/MTur

Entre as possibilidades debatidas está a ampliação do aeroporto de Caxias do Sul.

Em outra frente, o Ministério do Turismo dará visibilidade aos atrativos turísticos gaúchos em grandes festivais internacionais para promover o turismo na região. Na posição de homenageado na Feria Internacional de Turismo (FIT), que acontece em Buenos Aires, em setembro, o Brasil priorizará a divulgação de atrações do Estado. A Argentina é o principal emissor de turistas ao Brasil e o principal receptor estrangeiro de turistas no Rio Grande do Sul.

O MTur também trabalha para que a Feira Internacional de Turismo (Fitur), que acontece em Madri, na Espanha, no mês de janeiro, homenageie o turismo do estado gaúcho. As cidades da Serra Gaúcha concentram inúmeros atrativos como parques temáticos, ótima gastronomia e belezas naturais da conhecida Região das Hortênsias. Somente em 2023, Gramado recebeu cerca de oito milhões de turistas. O número foi um recorde histórico, com aumento de 6% em relação a 2022, quando cerca de 7,5 milhões de pessoas passaram pela cidade.

Durante o evento, Paulo Pimenta anunciou que o governo federal anunciará nos próximos dias uma campanha publicitária, em parceria com o MTur, reforçando para os brasileiros que a melhor forma de ajudar o Estado é manter suas viagens e fazer turismo, incentivando a economia local.

Em maio, o Ministério do Turismo lançou a campanha de sensibilização "Não Cancele, Reagende!", que incentiva visitantes a reprogramar viagens previstas para o Rio Grande do Sul em outros períodos.

Governo do RS instalou gabinete em Eldorado do Sul, o município mais afetado pela enchente com mais de 80% dos domicílios atingidos pela água.

Joel Vargas/Ascom GVG

Em Eldorado do Sul, 31.964 moradores foram afetados, de acordo com dados do Mapa Único do Plano Rio Grande.

Eldorado do Sul, o município mais afetado pela enchente registrada no Rio Grande do Sul em maio, com 80,8% dos domicílios atingidos pelas águas, agora conta com um gabinete do governo do Estado. Anunciada pelo vice-governador Gabriel Souza em reunião com representantes da prefeitura e empresários, a medida tem como foco o apoio às ações de reconstrução da cidade.

O município da Região Metropolitana de Porto Alegre teve 71% de sua área urbana inundada na enchente e 31.964 moradores afetados, segundo dados do Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP).

"Entendemos a importância do trabalho conjunto para reconstruir a cidade, em parceria com o poder público municipal, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada. Por isso, determinamos que parte das equipes do Estado atuem in loco para reforçar as ações de restauração e restabelecimento dos serviços públicos e apoiar o município no que for preciso", disse o vice-governador no encontro realizado na tarde de terça (4), na sede do Grupo Panvel, em Eldorado do Sul.

Recursos humanos e maquinário

Servidores do Gabinete do Vice-Governador, da Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SRG) e de outros órgãos estaduais integrarão as ações. Gabriel Souza também anunciou o envio de equipamentos do Estado (seis caminhões, uma retroescavadeira e uma pá carregadeira) para auxiliar os trabalhos de limpeza urbana, uma das principais demandas de recuperação do município.

"Precisamos colocar os serviços públicos essenciais de volta a funcionar, em especial a limpeza urbana das ruas, avenidas e estradas, assim como a retomada de aulas e dos serviços de saúde. Nossa presença no município tem o objetivo de fazer isso acontecer rapidamente", completou.

O prefeito de Eldorado, Ernani Gonçalves, destacou que, além da urgência na limpeza das ruas, que acumulam lixo e entulho, há necessidade de desobstrução da rede de esgoto e restabelecimento dos serviços básicos. "Precisamos recuperar a estrutura de 15 escolas, de sete unidades básicas de saúde, da farmácia municipal e de prédios da administração municipal, além do acesso à cidade", explicou.

Proteção

O vice-governador destacou ainda o pedido do governador Eduardo Leite para incluir sistemas contra cheias no PAC Seleções, em reunião com o governo federal, em 29 de maio. Um dos projetos prevê a construção de um sistema de diques para evitar inundações em Eldorado do Sul. O anteprojeto já foi elaborado e apresentado ao governo federal. Agora, o Estado depende da liberação dos recursos para a execução da obra, estimada em cerca de R$ 500 milhões.

Governo do RS estima perda de até R$ 10 bilhões em arrecadação devido às enchentes.

Mauricio Tonetto/Secom

Leite esteve em Brasília para o Dia Mundial do Meio Ambiente.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou nesta quarta-feira (5) que o Estado e os municípios gaúchos podem perder até R$ 10 bilhões em arrecadação de receita este ano devido aos estragos causados pelas enchentes.

"No que diz respeito à arrecadação, estimamos uma queda de R$ 6 bilhões a R$ 10 bilhões até o final deste ano para o Estado e os municípios, que precisam ser suportados pela União, assim como foi na pandemia, pois é o ente que tem essa capacidade", declarou Leite.

Segundo o governador, a queda "muito forte" na arrecadação afetará a prestação de serviços à população pelo Estado.

"Tivemos a suspensão da dívida, mas esses recursos estão todos direcionados para a reconstrução. Eu tenho um fundo constituído para reconstrução com recursos da suspensão da dívida, no qual vou depositar esses valores, mas, por outro lado, a queda na arrecadação vai prejudicar a prestação de serviços e outros investimentos importantes do Estado", afirmou.

De acordo com Leite, o Estado deverá criar um programa para a manutenção de emprego e renda, semelhante ao adotado na pandemia. "O governo vai pagar parte dos salários e possibilitar a redução temporária da jornada, até que possamos superar este momento e recompor as receitas do governo", explicou.

Leite se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após a cerimônia pelo Dia Mundial do Meio Ambiente. Ele afirmou que não se encontrou a sós com o presidente, mas com outros governadores.

Segundo o governador, ele entregou a Lula um documento com dois pontos críticos para o Rio Grande do Sul: manutenção de emprego e renda e reposição das perdas de receitas, tanto do Estado quanto dos municípios.

Assim como na pandemia, a proposta de manutenção de emprego e renda prevê que o governo pague parte dos salários e possibilite a redução da jornada de trabalho para a reconstrução de empresas que tiveram seus ativos afetados.

O governador estima que, de maio a julho, a perda de arrecadação será de pelo menos R$ 3 bilhões. O Estado deixará de pagar à União cerca de R$ 400 milhões por mês.

Lula visitará o Rio Grande do Sul na quinta-feira (6) para inspecionar as cidades atingidas pelas enchentes que, desde o fim de abril, provocaram danos na infraestrutura estadual e causaram pelo menos 173 mortes. Será a quarta vez que o chefe do Executivo federal irá ao Estado para avaliar os danos.

Enchentes no Rio Grande do Sul: 73 cidades tiveram pelo menos 10% da área atingida.

Mauricio Tonetto/Secom

De acordo com o estudo, enxurradas, inundações e alagamentos atingiram 15.778 quilômetros quadrados.

O maior desastre climático da história recente do Rio Grande do Sul, provocado por dias de chuvas intensas nos meses de abril e maio, atingiu 298 dos 497 municípios gaúchos, em maior ou menor grau. Isso representa 60% das cidades do Estado. Dessas, 73 tiveram ao menos 10% da área afetada por deslizamentos, enxurradas ou inundações.

Os dados fazem parte de um levantamento divulgado nessa quarta-feira (5) pelo MapBiomas, iniciativa que envolve universidades, organizações não governamentais (ONGs) e empresas de tecnologia, e faz análise de dados por meio de imagens de satélites.

De acordo com o estudo, enxurradas, inundações e alagamentos atingiram 15.778 quilômetros quadrados (km²), o que significa 5,6% do território gaúcho (281.748 km²).

Foram analisadas de forma complementar imagens de satélite obtidas por sensores óticos, que não conseguem informações de alvos encobertos por nuvens, e de radar, que captam dados mesmo com presença de nuvens. Para definir a extensão das consequências do desastre, os pesquisadores compararam as imagens recentes com arquivos de 2022.

Com as imagens sobrepostas, o estudo identificou 298 municípios com ao menos 1% do território afetado; 119 foram atingidos em 5%; 73 em 10% ou mais; e 34 em 20% ou mais.

Duas cidades tiveram mais da metade da área afetada, Nova Santa Rita (52,6%) e Esteio (50,1%). Charqueadas e Canoas completam a lista dos municípios mais atingidos, ambas com 49% do território afetado por enxurradas, deslizamentos ou alagamentos. A capital, Porto Alegre, teve 22.6% da área atingida.

O estudo analisou também os efeitos dos temporais em áreas urbanizadas, e a conclusão aponta 5% de toda a área urbanizada do Rio Grande do Sul.

Dos 497 municípios, 158 ficaram com 1% ou mais da área urbanizada atingida; 47, com 5% ou mais; 22, com 10% ou mais e 6, com 20% ou mais. Eldorado do Sul figura na pior situação, com 66,7% do território afetado por deslizamentos, enxurradas e inundações. Em Porto Alegre, a marca foi de 14,5% da área urbana.

O levantamento do MapBiomas fez análises levando em consideração a cobertura e o uso da terra. As imagens revelam que a atividade agropecuária teve 1,012 milhão de hectares atingidos. Isso representa 64,2% do território usado pela atividade. Um hectare equivale a 10 mil metros quadrados (m²), ou seja, uma área com 100m de comprimento por 100m de largura.

Governo do Estado vai instalar Centros Humanitários de Acolhimento em Canoas e Porto Alegre.

Uma solução transitória entre os abrigos provisórios criados na emergência dos eventos meteorológicos registrados em maio e as moradias definitivas, os Centros Humanitários de Acolhimento (CHAs) integram a política habitacional do governo do Estado em resposta ao desastre. Ao todo, serão instalados cinco centros: três em Porto Alegre e dois em Canoas.

As estruturas terão capacidade para receber cerca de 3,7 mil pessoas. O objetivo é acolher as famílias que perderam suas casas e que não dispõem de outra moradia enquanto aguardam as residências definitivas do programa habitacional já anunciado pelo governo federal.

"A denominação dos Centros Humanitários de Acolhimento sintetiza a proposta desses espaços, que é acolher as pessoas com humanidade e dignidade. Para isso, teremos toda a estrutura necessária para atender às principais demandas das famílias", destaca o vice-governador Gabriel Souza, que coordena o projeto.

A iniciativa faz parte do Plano Rio Grande, que atua em três eixos de enfrentamento aos efeitos das enchentes: ações emergenciais, ações de reconstrução e Rio Grande do Sul do futuro.

A proposta foi oferecida, inicialmente, para as cidades de Canoas, Porto Alegre, São Leopoldo e Guaíba. As tratativas avançaram com os municípios de Canoas e Porto Alegre, que reúnem atualmente mais de 50% da população desabrigada no Estado.

A contratação das estruturas será viabilizada com recursos da iniciativa privada, e a gestão dos espaços caberá à Agência da ONU para Migração (OIM). Para isso, foi assinado um termo de cooperação entre o governo do Estado e o Sistema Fecomércio-RS/Sesc/Senac, que irá custear as estruturas completas em quatro centros.

Também está prevista estrutura complementar (refeitórios/banheiros) em uma unidade – a qual será montada com unidades habitacionais da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Nesse espaço, a previsão é que, após a contratação da empresa responsável pela montagem – que ainda não tem data definida –, o local esteja apto para iniciar o funcionamento dentro de 20 dias.

Instalações

Os CHAs contarão com diversos ambientes: multiuso; espaços kids e pets; refeitório; cozinha; lavanderia; fraldário/lactário; depósitos; área de triagem; área para assistência médica e social; banheiros masculinos, femininos e neutros; áreas para convivência e, em especial, para as famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

O locais também terão serviços básicos de saúde e, nas proximidades, educação e acesso ao transporte público. Outras atividades poderão ser identificadas conforme as necessidades da população a ser recebida.

Cristine Rochol/PMPA

Canoas e Porto Alegre reúnem atualmente mais de 50% da população desabrigada no Estado.

Em Porto Alegre os três centros serão instalados no estacionamento do Porto Seco e no Centro Vida, na Zona Norte, e no Centro de Eventos Ervino Besson, localizado no bairro Vila Nova. Em Canoas, os dois CHAs devem acomodar cerca de 1.700 pessoas na avenida Guilherme Schell, n° 10.470 (na altura da Refap) e no Centro Olímpico Municipal (COM).

A seleção das famílias que ocuparão os espaços será realizada pelas prefeituras, assim como a oferta de serviços de água, saneamento e luz, que cabe aos municípios e às concessionárias, como a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) e o Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae). A segurança será da Brigada Militar, e a gestão dos espaços ficará a cargo da OIM – responsável pela triagem, pela limpeza e pelas atividades de integração e alimentação, entre outras.

Estrutura

As unidades serão modulares, em formato de tenda galpão (retangular) e tenda piramidal com estruturas metálicas e divisórias internas. A infraestrutura prevista é a mesma utilizada em hospitais de campanha e outras estruturas emergenciais instaladas pelo poder público e por empresas privadas, especialmente durante o período da pandemia.

Parte da estrutura será composta por 208 tendas familiares cedidas pela ACNUR, com capacidade de, em média, cinco pessoas por unidade. As demais estruturas necessárias para compor os CHAs ainda estão em processo de finalização do escopo para contratação por meio da Fecomércio.

Governo do Estado assina ordem para construção de nova ponte sobre o Rio Forqueta, na ERS-130.

O governo do Estado, por meio da Secretaria de Logística e Transportes (Selt) e da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), assinou, com a empresa Engedal Construtora de Obras Ltda, a ordem de início para construção da nova ponte sobre o Rio Forqueta. A estrutura ficará localizada no km 75 da ERS-130, entre Arroio do Meio e Lajeado.

A iniciativa surge em decorrência dos danos causados pelas fortes chuvas que assolaram o Vale do Taquari, responsáveis pela queda da antiga ponte que ligava os municípios. O custo está estimado em R$ 14,05 milhões, e a previsão de conclusão é de seis meses. A obra será financiada com recursos próprios, provenientes da praça de pedágio da EGR.

A ação integra o Plano Rio Grande, programa de reconstrução, adaptação e resiliência climática do Estado que visa planejar, coordenar e executar ações para enfrentar as consequências sociais, econômicas e ambientais da enchente histórica.

EGR divulgação

Previsão de conclusão da obra é de seis meses; estrutura ficará entre Arroio do Meio e Lajeado.

A primeira etapa da obra de construção consistirá na execução do projeto – fase preliminar que antecede o início da programação dos trabalhos. A nova ponte terá 150 metros de extensão, com duas pistas no pavimento principal, visando elevar a altura da estrutura para garantir sua segurança em futuros eventos meteorológicos.

De acordo com o vice-governador Gabriel Souza, o governo gaúcho está trabalhando para dar celeridade à reconstrução de pontes e rodovias comprometidas por causa das enchentes.

”A assinatura da ordem de serviço irá permitir que amanhã mesmo a empresa já inicie os trabalhos de sondagem e projete a construção. Além disso, a obra será realizada com foco na resiliência e na adaptação climática, considerando uma nova cota de inundação para que possamos garantir mais segurança”, destacou.

Para o secretário de Logística e Transportes, Juvir Costella, a iniciativa representa não apenas um marco significativo para a melhoria da infraestrutura viária da região, mas para a reconstrução do Rio Grande do Sul como um todo.

”A nova ponte contribuirá diretamente para a mobilidade e o desenvolvimento do Vale do Taquari a partir de uma construção moderna, reafirmando o compromisso do Estado com a segurança da população”, frisou.

O diretor-presidente da EGR, Luís Fernando Vanacôr, ressaltou a importância da nova ponte para o deslocamento contínuo dos usuários e para o fortalecimento da economia local.

”Com a execução dessa obra, a EGR reforça sua atuação junto às comunidades de Lajeado, Arroio do Meio e região. Asseguramos, assim, a busca por soluções rápidas para atender às demandas de trafegabilidade em uma rodovia onde circulam mais de 2,6 milhões de veículos anualmente, facilitando o transporte de cargas e incentivando o desenvolvimento do Vale do Taquari”, disse.

Governo do Estado lança Mapa do Retorno, ferramenta que explica o funcionamento das escolas estaduais.

Informações sobre a situação de cada escola estadual do Rio Grande do Sul podem ser consultadas no Mapa de Retorno, disponibilizado pela Secretaria da Educação (Seduc).

O painel de monitoramento permite que seja acompanhada a situação das escolas da Rede Estadual, com dados como o número total de instituições de ensino e o percentual de quantas já retornaram, além de atualizações sobre estudantes que estão de volta às atividades escolares.

É possível ainda fazer a consulta por município, Coordenadoria Regional e unidade escolar.

Na ferramenta estão disponíveis também dados como a data em que as atividades foram retomadas ou o dia de previsão de retorno, além das formas de atendimento aos estudantes. O mapa está disponível também no site SOS Rio Grande do Sul.

Na última atualização do serviço, na noite dessa quarta-feira (5), era possível ver que das 2.338 escolas estaduais gaúchas, 2.212 (94,6%) estão em atividade. De um total de 741.831 estudantes matriculados na rede, 691.008 (93,1%) já estão em atividade, desses, 675.960 (91,1%) de forma presencial.

Conselho Estadual

Em cerimônia realizada de forma remota na manhã dessa quarta, novos conselheiros tomaram posse para constituir o colegiado do Conselho Estadual de Educação (CEEd). Composto por membros do Poder Executivo e por representantes da sociedade civil, o órgão é responsável por fiscalizar, normatizar e orientar as políticas educacionais nas instituições de Ensino Primário, Médio e Superior do Estado. O mandato dos integrantes do CEEd tem duração de quatro anos.

Conselheiros que tomaram posse:

— Membros do Executivo Estadual nomeados:

- Bruno Ferreira
- Fabrício Soares
- Letícia Grigoletto dos Santos
- Luís Felipe Loro
- Márcia Adriana de Carvalho
- Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher
- Karla Fernanda Wunder da Silva
- Márcia Sartor Coiro
- Oswaldo Dalpiaz (reconduzido)

— Pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers):

- Helenir Aguiar Schürer
- Rose Mary Freitas da Silva

— Pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS):

- Sandra Balbé de Freitas

— Pela Federação das Associações e Círculo de Pais e Mestres do Rio Grande do Sul (ACPM/Federação):

- Carla Tatiana Labres dos Anjos

— Pela Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs):

- Fátima Anise Rodrigues Ehlert

— Pela União Gaúcha dos Estudantes (Uges):

- Nelson Soares da Almeida Junior.

Os Conselhos Estaduais de Educação foram instituídos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961. Eles são responsáveis pela normatização e fiscalização das instituições de Ensino Primário, Médio e Superior do Estado, além de supervisionar as escolas municipais nas cidades que não possuem um órgão próprio.

Com gestão autônoma, os Conselhos também sugerem medidas e políticas públicas para melhorar a qualidade do ensino. Suas competências são estabelecidas pela Constituição Federal e devem respeitar as diretrizes e bases nacionais. No Rio Grande do Sul, o conselho é composto por 28 membros, com nível superior e experiência comprovada na área de educação, sendo 14 escolhidos pelo chefe do Poder Executivo e 14 indicados pela comunidade escolar.

Reprodução

Ferramenta permite acompanhamento de dados como data de reabertura e forma de atendimento aos estudantes.

RS já tem 15 casos fatais de leptospirose desde o início das enchentes.

A Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul confirmou nessa quarta-feira (5) mais duas mortes por leptospirose, ampliando assim para 15 o número de casos fatais da doença no Estado desde o início das enchentes, entre abril e maio. As vítimas mais recentes são um homem de 50 e outro de 51 anos, respectivamente nas cidades de Igrejinha (Vale do Paranhana) e Novo Hamburgo (Vale do Sinos).

Ambos os óbitos ocorreram no mês passado mas a confirmação da causa dependia de análises complementares. No primeiro caso, o indivíduo apresentou sintomas como sensação febril, náusea, vômitos, calafrios, dores no corpo e falta de apetite. O mesmo ocorreu no segundo caso, porém sem registro de febre. Os dois homens haviam sido expostos diretamente a água de inundação.

A leptospirose é uma doença infecciosa febril aguda transmitida a partir da exposição direta ou indireta à urina de animais (principalmente ratos) infectados, que pode vir a estar presente na água ou lama em locais com enchente. Neste mês, já foram confirmados 54 casos da doença.

EBC

Vítimas mais recentes são dois homens na faixa dos 50 anos e que foram expostos a água de enchentes.

Mesmo que seja uma doença endêmica, com circulação permanente, episódios como alagamentos aumentam a chance de infecção. Por isso, é importante que a população procure um serviço de saúde logo nos primeiros sintomas: febre, dor de cabeça, fraqueza, dores no corpo (em especial, na panturrilha) e calafrios.

O contágio pode ocorrer a partir do contato da pele com água contaminada, além de mucosas. Os sintomas surgem normalmente de cinco a 14 dias após a contaminação, podendo chegar a 30 dias.

Outros casos e óbitos já haviam sido registrados antes do período de calamidade pública enfrentado pelo Rio Grande do Sul. De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 2024, até 19 de abril, ocorreram 129 casos e seis óbitos. Em 2023, foram 477 casos com 25 óbitos.

Tratamento

O tratamento com o uso de antibióticos deve ser iniciado no momento da suspeita por parte de um profissional de saúde. Para os casos leves, o atendimento é ambulatorial. Nos graves, a hospitalização deve ser imediata, visando evitar complicações e diminuir a letalidade. A automedicação não é indicada.

Ao suspeitar da doença, a recomendação é procurar um serviço de saúde e relatar o contato com exposição de risco. O uso do antibiótico, conforme orientação médica, está indicado em qualquer período da doença, mas sua eficácia costuma ser maior na primeira semana do início dos sintomas.

Limpeza

Nos locais que tenham sido invadidos por água de chuva, recomenda-se fazer a desinfecção do ambiente com água sanitária (hipoclorito de sódio a 2,5%), na proporção de um copo de água sanitária para um balde de 20 litros de água.

Outras medidas de prevenção são: manter os alimentos guardados em recipientes bem fechados, manter a cozinha limpa sem restos de alimentos e retirar as sobras de alimentos ou ração de animais domésticos antes do anoitecer. Além disso, manter o terreno limpo e evitar entulhos e acúmulo de objetos nos quintais são medidas que ajudam a evitar a presença de roedores. A luz solar também ajuda a matar a bactéria. (Marcello Campos)

Prefeitura de Porto Alegre utiliza inteligência artificial para mapear áreas afetadas por enchentes.

A prefeitura de Porto Alegre iniciou um mapeamento dos danos causados pela enchente em áreas públicas usando veículos equipados com sistemas de inteligência artificial. A iniciativa ocorre por meio da startup Mapzer, que realiza serviços de mapeamento das vias urbanas em todo o País.

Os veículos da Mapzer, equipados com câmeras, são capazes de registrar mais de 30 problemas de zeladoria urbana, como buracos, entulhos, resíduos de lixo e mato irregular em ruas e calçadas. Após, são geradas imagens, identificando as ocorrências com geolocalização, endereço e horário – os dados ficam à disposição da prefeitura.

Divulgação

Startup enviou três carros voluntariamente ao Rio Grande do Sul para auxiliar municípios afetados pela enchente.

A startup enviou três carros voluntariamente ao Rio Grande do Sul para auxiliar municípios afetados pela enchente – o mesmo trabalho já foi realizado em Lajeado e São Leopoldo.

Conforme o secretário de Inovação de Porto Alegre, Luiz Carlos Silva Pinto, a iniciativa é muito importante para auxiliar a gestão, principalmente quanto à limpeza urbana. "A empresa ofereceu o serviço gratuitamente, para que possamos monitorar e agir, de forma mais rápida e inteligente, na solução de problemas gerados na infraestrutura urbana pela enchente", salientou Luiz Carlos Pinto, destacando o uso da inovação para auxiliar a Capital neste momento.

"Após a primeira ronda, o veículo é movido para outras áreas da cidade, e depois retorna para o local onde iniciou, mapeando novamente e conferindo o que já foi feito e o que ainda precisa de resolução", explica o diretor-executivo da Mapzer, Paulo Machado. Em Lajeado, a empresa detectou mais de 4,2 mil ocorrências, ajudando a agilizar o trabalho a ser realizado pela prefeitura.

Zona portuária de Porto Alegre passa por avaliação estrutural após enchentes.

Após as enchentes de maio, o Porto de Porto Alegre iniciou a fase de avaliação dos danos para, em seguida, realizar os reparos necessários. Na quarta-feira (5), uma equipe começou a limpeza e a retirada da água da estrutura.

Desde o início da semana, o Guaíba baixou e vem se mantendo abaixo da cota de inundação. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a temperatura de Porto Alegre tende a subir nos próximos dias, e os volumes de chuva no decorrer do mês serão pouco expressivos. Isso abre margem para que a cidade possa iniciar o processo de recuperação.

De acordo com o presidente da Portos RS, Cristiano Klinger, a entidade está empenhado em todas as ações necessárias para que o Porto de Porto Alegre volte a operar o quanto antes, e com segurança. "Temos um trabalho muito grande de limpeza e avaliação. A infraestrutura ficou completamente submersa durante um mês com a enchente. Precisamos validar tudo que pode ser reutilizado e quais as condições dos equipamentos. Estamos focados nesse trabalho agora", conta.

Ascom/Portos RS

Infraestrutura do porto da capital gaúcha ficou submersa por semanas.

Segundo Cristiano, a Portos RS está em diálogo com todos os agentes que utilizam a infraestrutura do porto da capital para pensar em alternativas e verificar como operar de maneira emergencial. "Diversas ações estão sendo pensadas para a retomada das atividades como um todo", afirma.

Mais dois terminais de ônibus são reativados no Centro Histórico de Porto Alegre.

Com a retomada progressiva do transporte público por ônibus em Porto Alegre após as enchentes e seus impactos à cidade durante o mês passado, os terminais da rua Uruguai e avenida Borges de Medeiros (próximo à Estação Mercado do Trensurb), ambos no Centro Histórico, voltam a funcionar normalmente nesta quinta-feira (6).

Também estão de volta as linhas que atendem a região das avenidas das Indústrias e Severo Dullius, no bairro Anchieta (Zona Norte), medida que contribui para o deslocamento de famílias e trabalhadores inclusive em áreas agora liberadas após as inundações.

Nessa quarta (5), as operações foram reativadas nos terminais Parobé e Rui Barbosa, também na região. O titular da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMMU) da capital gaúcha, Adão de Castro Júnior, enumera o novo cenário do transporte público:

Gustavo Roth/PMPA

Nessa quarta foram reativados os terminais Parobé e Rui Barbosa.

"Ampliamos o atendimento a cada dia, com novos terminais e áreas liberadas. Já estamos com 480 mil passageiros transportados, o que representa 80% da demanda para uma oferta de 11.700 viagens, mais de 90% do que havia em dias úteis antes da tragédia climática. Continuaremos com o suporte do transporte nessa reconstrução mesmo com o comprometimento na regularidade da operação devido a alguns desvios e à presença dos veículos de ajuda humanitária nos corredores e faixas exclusivas de ônibus".

Todas as notificações sobre as linhas, rotas alteradas e localização dos ônibus em tempo real, mediante acompanhamento por sistema GPS em 100% da frota, são atualizadas no aplicativo Cittamobi, disponível para download em smartphones iOS e Android.

Os técnicos da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) realizam diariamente uma análise das operações. A finalidade é reforçar as linhas que apresentam maior demanda e assim adequar às necessidades dos usuários.

Terminal da rua Uruguai

– 178 - Praia de Belas (Via Leste). – 188 - Assunção. – 244 - Santa Teresa. – 244.1 - Santa Teresa-Via Mariano de Matos. – 255 - Caldre Fião. – 272 - Moradas da Hípica. – 273 - Belém Novo-Hípica. – 282 - Cruzeiro Do Sul. – 282.1 - Pereira Passos. – 346 - São José.

Terminal da avenida Borges

– 343 - Campus-Ipiranga. – 353 - Ipiranga-PUC-UFRGS. – C1 - Circular Centro. – C2 - Circular Praça 15. – C3 - Circular Urca.

Linhas no bairro Anchieta

– B02 - Leopoldina-Aeroporto-Indústrias. – B09 - Aeroporto-Indústrias-Iguatemi. (Marcello Campos)

Trânsito no entorno da Rodoviária de Porto Alegre terá alterações a partir desta quinta-feira.

A partir desta quinta-feira (6), haverá mudanças no trânsito no entorno da Estação Rodoviária de Porto Alegre. Conforme a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), os motoristas que quiserem acessar a Castelo Branco a partir do Túnel da Conceição deverão pegar o Largo Vespasiano Júlio Veppo. Não será mais permitido converter à direita na Castelo Branco passando pelos fundos da Rodoviária.

A mudança também se aplica aos motoristas que precisam chegar na Castelo Branco e utilizam a Farrapos. Esses condutores deverão converter à direita na Garibaldi seguindo até o Largo Vespasiano Julio Veppo e acessar a Castelo Branco a partir desse ponto. O local para embarque e desembarque de táxi e aplicativo segue bloqueado.

Julio Ferreira/PMPA

Não será mais permitido converter à direita na Castelo Branco passando pelos fundos da Rodoviária.

"A partir da retirada da passarela que havia no local para a construção do corredor humanitário que garantiu a entrada de insumos importantes de ajuda humanitária, com a volta da normalidade, estamos fazendo ajustes para dar mais fluidez no trânsito. Nosso objetivo com a mudança é dar mais segurança, tendo em vista que esse ponto tem um grande fluxo não apenas de carros, mas de ônibus e pessoas", destaca o diretor-presidente da EPTC, Pedro Bisch Neto.

Em função do retorno da operação da Estação Rodoviária, previsto para esta sexta-feira (7), e do funcionamento dos terminais de ônibus na área central, a EPTC implantou, de forma provisória, um semáforo de pedestres com botoeiras, bem como faixas de segurança embaixo do viaduto da avenida Júlio de Castilhos. O ajuste irá permitir a travessia, tendo em vista que a passarela foi removida para construção do corredor humanitário.

Secretaria da Saúde de Porto Alegre mobiliza equipes para atendimentos na Arena do Grêmio.

A Secretaria Municipal de Saúde realiza ação para atendimento das demandas mais urgentes da população dos bairros Humaitá e Farrapos, na Zona Norte de Porto Alegre. As atividades ocorrem até este sábado (8), das 9h às 17h, na esplanada da Arena do Grêmio (entrada pela rampa oeste), em parceria com o Clube, Exército Brasileiro e Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS).

Estão presentes equipes da Atenção Primária à Saúde através das políticas da população negra, indígena, imigrante, LGBTQIA+, população em situação de rua, criança, pessoa com deficiência, homem, mulher e idoso, além de equipes da nutrição, da primeira infância, do programa saúde na escola, da coordenação de atenção à tuberculose, IST, HIV/Aids e hepatites virais e das doenças e agravos não transmissíveis. Equipes multiprofissionais de saúde mental atuam no acolhimento à população.

Também há espaço para farmácia com entrega de medicamentos, atendimento ambulatorial, atividades de práticas integrativas e complementares em saúde como auriculoterapia e reiki, bem como distribuição de materiais informativos, testes rápidos, rodas de conversa, tenda de cuidados e vacinação contra difteria e tétano, gripe e covid.

Técnicos, residentes e estagiários da Vigilância em Saúde também esclarecem dúvidas sobre o processo de recuperação da comunidade, muito atingida pela enchente de maio.

Giulian Serafim/PMPA

As atividades ocorrem até este sábado (8), das 9h às 17h, na esplanada da Arena.

Entre as atividades programadas estão oficinas informativas sobre leptospirose e hepatite A, limpeza e desinfecção de caixas d'água e distribuição de água potável para consumo humano, além de conversa com a comunidade sobre cuidados com higiene na limpeza dos ambientes e prevenção a acidentes com animais peçonhentos.

Prefeitura de Porto Alegre institui chave Pix para ajudar animais vítimas da enchente.

A prefeitura de Porto Alegre instituiu, nesta quarta-feira (5), a chave Pix `causaanimal@portoalegre.rs.gov.br` para viabilizar doações exclusivas para o Gabinete da Causa Animal (GCA). Todos os valores arrecadados irão para o Fundo Municipal dos Direitos Animais (FMDA).

O objetivo, conforme a prefeitura, é angariar fundos para a compra de suprimentos e atendimento às necessidades dos animais desabrigados em função da enchente histórica que assolou a capital gaúcha.

Julio Ferreira/PMPA

O objetivo é angariar fundos para a compra de suprimentos e atendimento às necessidades dos animais desabrigados.

Segundo a titular do GCA, secretária Fabiana Ribeiro, mesmo com o envolvimento de muitos profissionais e voluntários na força-tarefa de acolhimento desses animais, ainda há muito a ser feito.

"Desde o início da inundação, milhares de animais foram resgatados por meio do esforço conjunto do poder público, ONGs e voluntários. Agora, alojados em abrigos, eles requerem cuidados especiais e alimentação adequada. É essencial manter o apoio contínuo através de doações e da solidariedade de todos." lembra.

Para contribuir, basta colar o endereço de e-mail `causaanimal@portoalegre.rs.gov.br`, e escolher um valor a ser doado. Qualquer quantia é aceita, independentemente do valor. A chave já está em operação.

Porto Alegre tem 6.386 casos de dengue confirmados neste ano.

Porto Alegre registrou, até o momento, 6.386 casos confirmados de dengue em 2024. Os dados são relativos até o dia 1º de junho. Do total, 5.986 foram contraídos na cidade (autóctones), 293 são importados (infecção fora da cidade) e 107 têm local de infecção indeterminado.

O total de ocorrências suspeitas notificadas à Equipe de Vigilância de Doenças Transmissíveis da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) soma 31.730 no ano. Em 2023, no mesmo período, foram 8.326 notificações e 5.621 casos confirmados.

As duas últimas semanas epidemiológicas (21 e 22) somam 130 casos confirmados. Em 2023, no mesmo período, foram 877. Até o momento, houve oito óbitos por dengue entre moradores de Porto Alegre: sete do sexo feminino (um na faixa dos 21 aos 30 anos; três na faixa etária de 31 a 40 anos, um na faixa etária 50-60 anos, um na faixa etária dos 70 aos 80 anos e um na faixa acima de 80 anos) e um do sexo masculino, entre 70 a 80 anos.

Os dados constam no boletim epidemiológico publicado nesta quarta-feira (5), pela Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS) da SMS.

A faixa etária dos 21 a 30 anos ainda mantém a maior proporção dos casos (17,5%), e a maioria dos pacientes são do sexo feminino (52,9%). Os principais sintomas relatados são febre (referida em 5.864 casos, ou 93,1%), seguido por mialgia (dor no corpo), em 5.207 casos, e cefaleia (dor de cabeça), em 5.197 casos confirmados.

Até o momento, houve oito óbitos por dengue entre moradores de Porto Alegre. (Cristine Rochol/PMPA)

Todos os bairros de Porto Alegre registraram ocorrência de dengue neste ano. Esse momento de limpeza dos pátios e eliminação de resíduos é importante para evitar criadouros do vetor, o lixo reciclável/seco, plantas e recipientes expostos às chuvas e ao acúmulo de água. Os depósitos fixos, como ralos, caixas d'água não vedadas e piscinas não tratadas, são os principais tipos de criadouros de mosquitos.

Em Canoas, os bairros Fátima e Rio Branco voltam a ficar secos após um mês.

Nessa quarta-feira (5), a cidade de Canoas (Região Metropolitana de Porto Alegre) amanheceu livre das inundações provocadas pela enchente de maio. O novo cenário resulta da conclusão da drenagem da água nos bairros Fátima e Rio Branco mediante bombeamento realizado pela Secretaria Municipal de Obras (SMO) nos últimos dias e tem permitido o avanço dos serviços de limpeza.

Além de instalar 50 bombas móveis, a administração municipal mantém em funcionamento cinco das oito casas de bombas, contando com um total de 14 motores em tais estruturas. O anúncio do recuo da água (com exceção de ocorrências pontuais em bolsões) foi feito um dia após a instalação de uma bomba anfíbia com capacidade de drenar quase 13 milhões de litros por hora.

Na semana passada, a administração municipal instalou outras quatro bombas de alta potência, cedidas pela Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo (Sabesp), junto à Casa de Bombas 6, no bairro Mathias Velho. Para a instalação desses equipamentos e para o reparo do dique

Thiago Guimarães/Prefeitura de Canoas

Drenagem viabilizou o avanço dos serviços de limpeza.

foi necessário construir uma estrada de serviço. O órgão paulista cedeu oito bombas para Canoas, sendo que as primeiras quatro foram instaladas no bairro Rio Branco.

Com a força das águas que atingiram Canoas e a Região Metropolitana na primeira semana de maio, as estruturas dos diques Mathias Velho e Rio Branco foram rompidas, na madrugada de 4 de maio. Uma ruptura de 50 metros em ambas as estruturas, causou as enchentes no lado oeste. As Casas de Bombas 3, 4, 5, 6, 7 e 8 também foram totalmente afetadas e tiveram seu funcionamento imediato comprometido na ocasião.

Avaliação de imóveis

A prefeitura implementou um sistema para que habitantes do município solicitem avaliação dos imóveis atingidos pelas enchentes. O procedimento é realizado pela Defesa Civil Municipal, por meio de formulário on-line disponível no site diagnosticoempresas.serpro.gov.br.

O cidadão informa os dados e encaminha o pedido para que os especialistas examinem a moradia onde possa ocorrer situação de perigo ou dano. É possível relatar os problemas encontrados no local após o retorno, além de anexar fotos. O objetivo é acelerar os pedidos.

Em parceria com a Defesa Civil, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação montou força-tarefa com 30 técnicos gaúchos e de fora do Estado, para análise estrutural dos imóveis atingidos. O trabalho inclui o uso de drones para georreferenciamento.

As regiões prioritárias já foram identificadas e o trabalho é simultâneo nos bairros Mathias Velho, São Luís, Harmonia, Fátima, Rio Branco, Mato Grande e partes de Niterói e Centro.

A secretária municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Roberta Togni, destaca a importância da ação para que as pessoas estejam seguras: "Nossa orientação é que a população procure locais devidamente seguros para estar com as suas famílias. A partir dessas análises, recomendaremos as melhores alternativas aos cidadãos. A previsão é de que toda a área atingida seja vistoriada pelas equipes técnicas". (Marcello Campos)

Operação de limpeza em Canoas já recolheu mais de 5 mil cargas de resíduos.

A Operação Limpeza que vem sendo realizada em Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, já recolheu 5.776 cargas de resíduos, conforme dados da prefeitura da cidade.

No bairro Mathias Velho, o casal Gildo e Fabiana Dartora acompanhou a movimentação de máquinas e servidores na região da Praça 1º de Maio. "A gente vê que eles estão trabalhando. Conforme as pessoas vão tirando as coisas de casa e dando uma lavada, a vida começa a voltar ao normal. A operação ajuda a limpar as calçadas e remover a sujeira", disse o comerciante. O casal reside há 28 anos na região e nunca havia uma enchente desta proporção no município.

Com o processo de limpeza e entrada nas residências atingidas, os móveis, os eletrodomésticos e os outros itens danificados são colocados em frente às casas para a remoção. O trabalho de retirada dos resíduos está reforçado com a locação emergencial de 40 retroescavadeiras, 120 caminhões-caçamba basculantes, dez caminhões-garra, duas motoniveladoras e quatro pás carregadeiras pelo prazo de 90 dias.

Divulgação/PMC

O trabalho está reforçado com 40 retroescavadeiras, 120 caminhões-caçamba basculantes, dez caminhões-garra, duas motoniveladoras e quatro pás carregadeiras.

Os esforços da Operação Limpeza estão focados nos seguintes bairros:

- Mathias Velho – nas ruas Curitiba e Califórnia, Avenida Rio Grande do Sul e Central Park;
- Harmonia – nas ruas Maia Filho, Clóvis Beviláqua, República com Rua Florianópolis e Avenida Rio dos Sinos;
- Mato Grande – nas ruas Francisco Behrens e Dom João Bosco;
- Fátima – na rua Cairú;
- São Luís – na Rua Evaristo da Veiga;
- e Rio Branco, nas ruas Machadinho, Boa Esperança, Primavera e Boa Saúde.

Kits de limpeza

A prefeitura de Canoas começou a entregar, na última terça-feira (4), kits de limpeza aos moradores que estão em abrigos e estão voltando para as suas casas. São vassouras, rodos, detergentes, esponjas, desinfetantes e outros produtos de limpeza que vão ajudar as famílias a reorganizar as moradias.

Nos abrigos das escolas Erna Würth e Nancy Pansera, no bairro Guajuviras, a chegada dos materiais foram motivo de comemoração. Para o morador do Mathias Velho Geovane Carvalho Nogueira, a doação chegou em boa hora: "É necessário e vai ajudar bastante", contou.

A coordenadora do abrigo instalado na escola Erna Würth, Cinara Portela de Souza, definiu que toda a ajuda é bem-vinda, já que os materiais têm custo elevado. "É muito importante conseguir limpar as casas e restabelecer a higiene", destaca a coordenadora do ponto de acolhimento na escola Nancy Pansera, Janaína Nascimento Barreto.

Prefeitura de Cachoeirinha exonera servidor investigado por superfaturamento de cestas básicas.

O prefeito de Cachoeirinha (Região Metropolitana de Porto Alegre), Cristian Wasen, exonerou nesta semana um chefe administrativo municipal investigado por suspeita de superfaturamento de cestas básicas. Há cerca de um mês, o servidor assinou a compra dos kits com preços acima dos praticados no mercado.

Divulgação/Prefeitura de Cachoeirinha

Chefe de setor teria assinado notas de kits com valores acima dos praticados no mercado.

Denunciada por reportagens, a suposta irregularidade já resultou em um pedido de abertura de comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Câmara de Vereadores. O prefeito, por sua vez, ressalta que o afastamento se deu por precaução enquanto se realiza uma sindicância. Por meio de nota à imprensa, ele comentou a situação:

"Embora a presunção de inocência, por cautela e visando a independência na apuração de fatos possivelmente ocorridos, determinei a exoneração da pessoa que assinou os documentos de compra de tais produtos, até o final da apuração. Em paralelo, estamos analisando as notas para identificar eventuais excessos e, caso de confirme o ilícito, exigir o reembolso ao Município".

Também foi determinada a retenção do pagamento das cestas básicas. Dentre as hipóteses está a de participação da empresa fornecedora em esquema para burlar o sistema tributário estadual, mediante cobrança de valores mais altos para itens com imposto zero.

No dia 30 de maio, o mesmo servidor que é alvo de suspeita de superfaturamento teve a sua casa incendiada. O incidente é investigado pela Polícia Civil, em meio a desconfianças de que as chamas foram causadas por ação criminosa. Ainda não se sabe, entretanto, se o sinistro residencial tem relação com o caso dos kits de alimentos.

ONG

Na mesma cidade vizinha de Porto Alegre, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP) abriu investigação no dia 26 de maio sobre supostos desvios de doações em uma ONG (organização não governamental). Ao menos três pessoas são suspeitas de participação no esquema.

"Documentos, celulares e mídias estão sendo analisados, além de outros procedimentos adotados contra a ação criminosa motivada para fins políticos", detalhou o órgão na ocasião. "Foram detectados fortes indicativos de apropriação indevida pelos suspeitos, ligados a atividades políticas no município"

A apuração começou depois que a Promotoria recebeu denúncia de que uma carreta com donativos procedentes de outro Estado havia sido descarregada em um depósito que não funcionava como ponto de coleta oficial. Mandados de busca e apreensão foram cumprido no local. (Marcello Campos)

Ministério Público gaúcho doa barcos e botes para operações do Corpo de Bombeiros.

Nessa quarta-feira (5), o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (CBM-RS) recebeu sete novas embarcações náuticas para reforço de suas atividades de busca, salvamento e resgate. São cinco botes e dois barcos adquiridos de modo pelo Ministério Público gaúcho com recursos do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL).

O lote custou R$ 1,44 milhão, montante aprovado de modo emergencial pelo Conselho Gestor do FRBL a partir de uma demanda encaminhada pela Secretaria da Segurança Pública (SSP). De acordo com o CBM-RS, os veículos permitem reduzir o tempo de resposta em operações e ampliar o alcance dos atendimentos, reduzindo assim os índices de mortalidade e outros problemas causados por catástrofes como enchentes e enxurradas.

Divulgação/Ministério Público

Lote foi adquirido com fundo especial composto por valores de multas e outras medidas.

Presente na solenidade de entrega, o subprocurador-geral de Justiça de Gestão Estratégica do MP-RS e presidente do Conselho Gestor do FRBL, João Cláudio Pizzato Sidou, destacou a agilidade com a qual o colegiado aprovou o repasse.

Como funciona

O Fundo para Reconstituição de Bens Lesados é gerido com a participação de integrante do governo do Estado e entidades sociais. Seu objetivo é ressarcir a coletividade por danos causados ao consumidor, meio ambiente, ordem urbanística, patrimônio público, à ordem econômica, honra e dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos, dentre outros.

As receitas são oriundas de indenizações alusivas a sentenças condenatórias, acordos judiciais, medidas compensatórias em acordos extrajudiciais e termos de ajustamento de conduta (TAC), além de multas aplicadas por descumprimento de cláusulas definidas nesses instrumentos.

Ação anterior

No final de maio, o Conselho do FRBL aprovou um projeto para construção de 38 casas de interesse social na cidade de Arroio do Meio (Vale do Taquari) e outro para controle de zoonoses nos animais resgatados em enchentes em Caxias do Sul (Serra Gaúcha).

Ambos os projetos foram apresentados em caráter emergencial para redução de riscos e minimização de danos pela maior catástrofe já ocorrida no Rio Grande do Sul.

A primeira iniciativa totaliza R$ 5 milhões e partiu da prefeitura local. Conforme o MP-RS, as residências devem ser concluídas até dezembro. Já a segunda abrange a aquisição de exames e material veterinário, em um total de quase R$ 125 mil. A finalidade é evitar surtos de zoonoses e seus respectivos riscos à saúde pública. (Marcello Campos)

Vendas no varejo de Porto Alegre caem quase 17% na quinta semana desde o início das enchentes.

Transcorridas cinco semanas desde o início das enchentes no Rio Grande do Sul, o varejo de Porto Alegre registrou queda de 16,8% nas vendas em relação ao mesmo mês no ano passado. O dado consta em estudo mensal realizado pela empresa Cielo, considerando-se o período de 27 de maio a 2 de junho. Em outras 30 cidades duramente afetadas pela catástrofe, o desempenho do segmento teve alta de 2,7% no mesmo intervalo.

O resultado da capital gaúcha mostra uma desaceleração no comércio em relação à quarta semana de tragédia climática. Isso ocorreu porque o faturamento do varejo local havia registrado queda de 9,7% entre os dias 20 e 26 de maio, ante período similar de 2023.

Em comparação às primeiras semanas de maio, porém, os números da quarta e quinta semanas demonstram reação do comércio na capital. Na primeira semana abrangida pelo estudo (29 de abril a 5 de maio), a baixa foi de 17,4% na comparação com igual intervalo de 2023. A retração foi mais acentuada na segunda semana (6 a 12 de maio), com -31,1%, sendo que entre os dias 13 e 19 (terceira semana) o índice negativo foi de 21,5%.

Marcello Campos/O Sul

Índice tem por base a comparação com o mesmo período no ano passado.

Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul como um todo, as vendas do varejo voltaram a cair na quinta semana após as enchentes, após três semanas consecutivas de crescimento. O faturamento apresentou baixa de 0,6%, em contraste com altas de 6% na quarta semana, 10,5% na terceira, 2% na segunda e 15,7% na primeira.

"Observamos crescimento apenas em postos de combustíveis e supermercados", ressalta o vice-presidente de Tecnologia e Negócios da Cielo, Carlos Alves. Ele acrescenta que no início deste mês houve um aumento no valor médio gasto por compra em todos os setores analisados, em relação à quarta semana após o início das enchentes (20 a 26 de maio).

"Mas o ticket médio ficou abaixo do observado na primeira semana de análise, entre 29 de abril e 5 de maio, o que reforça o entendimento de que logo após o início da catástrofe os consumidores estocaram itens básicos e gastaram mais por compra", analisa.

Ele menciona, ainda, o fato de que segmentos como o de vestuário têm demonstrado movimento crescente, possivelmente por causa da onda de frio dos últimos dias.

No que se refere às outras 30 cidades mais afetadas pelas enchentes, foi adotado como critério o número de pessoas atingidas, conforme dados da UFRGS.

A lista tem Arroio do Meio, Barra do Ribeiro, Canela, Canoas, Cerro Branco, Colinas, Cruzeiro do Sul, Dona Francisca, Eldorado do Sul, Encantado, Estrela, Faxinal do Soturno, General Câmara, Gramado, Guaíba, Guaporé, Lajeado, Marques de Souza, Montenegro, Muçum, Nova Santa Rita, Rio Pardo, Roca Sales, Santa Cruz do Sul, São Jerônimo, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Triunfo e Vale Real.

O Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA) acompanha mensalmente a evolução do varejo brasileiro, de acordo com as vendas realizadas em 18 setores mapeados pela empresa – desde pequenos lojistas a grandes varejistas. Juntos, eles respondem por cerca de 820 mil credenciados à companhia. O peso de cada setor no resultado geral do indicador é definido por seu desempenho no mês. (Marcello Campos)

Porto Alegre teve mais de 9 mil vagas de trabalho abertas entre janeiro e abril.

Os primeiros quatro meses de 2024 registraram recorde de contratações em Porto Alegre. De acordo com levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDet), foram criados 9.065 novos postos de trabalho, número quase 58% superior ao do ano passado. A estatística não inclui os impactos causados pelas enchentes, que se intensificaram em maio.

A prefeitura considera o saldo como o melhor desde 2020 para a janela de janeiro a abril. Os segmentos que mais concentraram admissões foram os de alimentação, hospitalar, construção civil e varejo, além de trabalhos freelancer. Já a média salarial do quadrimestre foi de R$ 2,3 mil.

”Porto Alegre registrou 432.890 assalariados no período. Outros dados econômicos do estudo estão disponíveis para consulta por meio de link no site prefeitura.poa.br.

Trabalho em construção civil é um dos destaques do período. (Foto: Tânia Tego/Agência Brasil

Fortalecimento

Representantes de entidades ligadas aos setores de turismo e varejo na capital gaúcha se reuniram de forma on-line nessa quarta-feira (5) para alinhar ações promocionais de atração de novos visitantes e de fortalecimento da economia. A iniciativa foi organizada pela SMDet.

“Estávamos em um momento muito forte e pujante do turismo, batendo recordes de hospedagem, chegadas e partidas no aeroporto etc.”, destacou a titular da pasta, Júlia Evangelista Tavares. ”Agora, precisamos de união e incentivos para que as pessoas voltem a circular pela cidade.”

O portal Destino Poa, principal referência em turismo local, deve lançar nesta quinzena uma campanha para estimular o convívio e as compras. A ação é preparada em conjunto por entidades empresariais, com apoio da administração municipal.

Participaram da reunião a Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA), Sindilojas, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Porto Alegre Convention & Visitors Bureau, Sindicato de Hospedagem e Alimentação de POA e Região (Sindha) e Câmara de Dirigentes e Lojistas (CDL).

Consultoria

Também mediante parceria com a prefeitura, o Sebrae lançou um programa de ajuda a micro e pequenas empresas atingidas pelas enchentes. A iniciativa proporciona consultoria e auxílio na reposição de materiais e insumos para que os empreendedores retomem suas atividades. Dentre as ações abrangidas está um mapeamento de necessidades para recuperação de espaços físicos e outros itens.

Após avaliação, os empreendedores beneficiados receberão reembolso de até R$ 15 mil sobre os custos com reparos, manutenção ou reposição de equipamentos e mobiliário afetados por alagamentos. O microempreendedor individual (MEI) poderá receber até R$ 3 mil, valor que sobe a R$ 10 mil para microempresas e a R$ 15 mil para empreendimentos de pequeno porte. Informações no site sebraers.com.br. (Marcello Campos)

Mercado

TAXA DE CÂMBIO

Moedas	Compra	Venda
Dólar Comercial	5,295	5,297
Dólar Turismo	5,325	5,505
Peso Argentino	0,0059	0,0059
Euro		

Atualizado em: 05/06/2024 / Fechamento: 23h / Dados: Infomoney

SALÁRIO MÍNIMO

Nacional	Regional - Rio Grande do Sul	
R$ 1.412,00	Menor faixa: R$ 1.573,89	Maior faixa: R$ 1.994,56

Dados:Gov RS

INVESTIMENTOS

Bolsa de Valores	Pontuação	Variação
Ibovespa	121.407pts	-0.32%

Atualizado em 05/06/2024 Fechamento: 18h / Dados: Infomoney

Valor Taxa Selic 2024	10,75%

Variação Semestral Atualizada em 05/06/2024 / Dados: Banco Central do Brasil

INDICADORES DA INFLAÇÃO

MÊS	IPCA	IGP-M	INPC
JUN/2023	-0,08	-1,93	-0,10
JUL/2023	0,12	-0,72	-0,09
AGO/2023	0,23	-0,14	0,20
SET/2023	0,26	0,37	0,11
OUT/2023	0,24	0,50	0,12
NOV/2023	0,28	0,59	0,10
DEZ/2023	0,56	0,74	0,55
JAN/2024	0,42	0,07	0,57
FEV/2024	0,83	-0,52	0,81
MAR/2024	0,16	-0,47	0,19
ABR/2024	0,38	0,31	0,37
MAI/2024	-	0,89	-
EM 2024	1,80	0,27	1,95
12 MESES	3,69	-0,34	3,23

Dados: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. FGV – Fundação Getulio Vargas.

COTAÇÕES - AGRONEGÓCIO

Pecuária	Unidade	05/06 (SEMANA ATUAL)	29/05 (SEMANA ANTERIOR)	05/05 (MÊS ANTERIOR)
Boi	1kg vivo	R$ 8.35	R$ 8.25	R$ 8.00
Vaca	1kg vivo	R$ 7.60	R$ 7.60	R$ 7.35
Suíno	1kg vivo	R$ 6,20	R$ 6,23	R$ 5,75
Cordeiro	1kg vivo	R$ 9,14	R$ 9,17	R$ 9,17
Agricultura	**Unidade**	**05/06** (SEMANA ATUAL)	**29/05** (SEMANA ANTERIOR)	**05/05** (MÊS ANTERIOR)
Soja	60kg	R$ 131,62	R$ 133,81	R$ 125,14
Arroz	50kg	R$ 118,90	R$ 121,10	R$ 106,67
Feijão	60kg	R$ 0,00	R$ 180,00	R$ 200,00
Milho	60kg	R$ 58,58	R$ 59,43	R$ 57,56
Trigo	1Ton	R$ 1.346,52	R$ 1.360,34	R$ 1.233,22

Atualizado em: 05/06/2024 / Dados: Canal Rural | CEPEA | Scot Consultoria | Portal Brasil.

Catástrofe no RS deve pesar sobre atividade econômica brasileira a partir do 2º trimestre, com impactos no agronegócio e nas indústrias.

A tragédia que assolou o Rio Grande do Sul no último mês, com chuvas e enchentes que deixaram mais de uma centena de mortos e milhares de desabrigados, deve trazer impactos no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil nos próximos meses, dizem especialistas.

Embora os efeitos das cheias já sejam sentidos pela população gaúcha, a repercussão na economia nacional ainda não começou a ser medida com clareza.

Os últimos dados do PIB, por exemplo, divulgados na terça-feira (4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), medem apenas o crescimento da economia brasileira nos três primeiros meses do ano, quando houve uma alta de 0,8%.

Para o segundo trimestre, a estimativa de analistas é que a economia de todo o País deixe de crescer — e há quem espere até mesmo uma retração da atividade para o período.

Parte desse cenário já pode ser visto em alguns indicadores. O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV-Ibre), por exemplo, subiu 6,4 pontos em maio, para 112,9 pontos, no maior nível desde março de 2023 (116,7 pontos).

"Uma análise de nuvem de palavras contidas nos textos que foram identificados como sinalizadores de incerteza econômica mostra um forte aumento no mês de citações ao Rio Grande do Sul, sugerindo um aumento de incertezas relacionadas ao desastre ambiental na região", diz Anna Carolina Gouveia, economista do FGV-Ibre.

Para a XP Investimentos, os reflexos da tragédia no Rio Grande do Sul devem fazer o PIB do País ficar próximo de zero no segundo trimestre. Antes, a projeção era de elevação de 0,5% para o período, afirma o economista Rodolfo Margato.

"Na visão de 2024, por enquanto mantemos o cenário de crescimento de 2,2% para o PIB total", diz. "Mas há um viés de baixa devido às enchentes. Por ora, estimamos impacto líquido negativo de 0,2 a 0,3 ponto percentual no PIB total de 2024."

Agronegócio

O setor mais afetado pelas cheias no Rio Grande do Sul foi o da agropecuária, com um prejuízo estimado em R$ 3,1 bilhões na agricultura e em R$ 272 milhões na pecuária até agora, segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

A agropecuária gaúcha é importante para o Brasil, principalmente na produção de arroz: 70% de todo o consumo do produto no País vem do Rio Grande do Sul.

Vale lembrar que antes mesmo das enchentes deste ano, o mercado já via problemas na atual safra do alimento, resultado dos menores estoques e do plantio atrasado no Sul, que vieram em consequência das cheias de 2023.

Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Mesmo com impacto inicial, previsão é que PIB dos próximos anos tenham alta em meio ao processo de recuperação do Estado.

Conforme o portal g1, a estimativa era de que, na safra atual, o País somasse 10,6 milhões de toneladas do cereal. Mas com as enchentes no Sul, o montante pode cair para menos de 10 milhões. Ainda, a expectativa era de que o RS contribuísse com 7,5 milhões de toneladas nesta safra, mas 800 mil toneladas podem estar agora debaixo d'água.

Outros alimentos, como a soja, também tiveram sua produção e escoamento afetados por conta das enchentes. Os impactos devem começar a aparecer traduzidos em números nos próximos meses. Por enquanto, a principal previsão de analistas já estima uma aceleração na inflação dos alimentos.

Indústria

Além do agro, a indústria do estado também foi bastante impactada. Segundo o levantamento da CNM, o prejuízo da indústria já chegou a R$ 267 milhões.

Um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) sobre o impacto da catástrofe mostra, também, que 47 mil do total de 51 mil indústrias do Estado estão localizadas nos municípios afetados – em estado de calamidade pública ou situação de emergência. Essas empresas também representam 87,2% dos empregos industriais da região.

A federação explica que os locais mais atingidos pelas cheias históricas incluem os principais polos industriais do Estado, responsáveis por "segmentos significativos para a economia".

FIERGS diz que situação crítica exige ação imediata para evitar perdas de postos de trabalho no RS.

Levantamento preliminar de uma consulta realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) revela a gravidade da situação de empresas severamente atingidas pelas enchentes de maio, especialmente por conta da situação crítica com relação ao seu quadro de pessoal.

Segundo os resultados da pesquisa, 55% colocam o problema para lidar com seus funcionários, incluindo a quitação dos salários, entre os principais entraves no momento. Fica atrás apenas das dificuldades logísticas, com 63% das respostas.

"Com muitas empresas ainda sem produção e faturamento desde o início de maio, a capacidade para cumprir obrigações trabalhistas até o quinto dia útil de junho está severamente comprometida", alerta o presidente da FIERGS, Gilberto Porcello Petry.

Diante deste difícil cenário, Petry destaca a importância de serem tomadas medidas urgentes de suporte financeiro que garantam o pagamento de salários e evitem demissões. Dentre os principais pedidos da indústria gaúcha estão a reativação de medidas emergenciais de manutenção do emprego, como o Benefício Emergencial (BEm) e o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese).

Para se ter uma compreensão da magnitude desses programas, somente nos 78 municípios considerados em estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul, conforme o Decreto Estadual nº 57.626/2024, há quatro anos, durante o primeiro ano da pandemia, foram celebrados 832 mil acordos no âmbito do Benefício Emergencial. Isso representou uma proteção para cerca de 393 mil trabalhadores nessas localidades na ocasião.

"A ação imediata é crucial para evitar o colapso de empresas afetadas direta e indiretamente pelas enchentes e a perda de milhares de empregos no Rio Grande do Sul", diz Petry, pedindo um esforço conjunto aos governos federal, estadual e municipal para garantir o suporte necessário à superação desse momento crítico.

A situação atual do Rio Grande do Sul pode ser traçada em paralelo com o que ocorreu durante a pandemia da covid, em que empresas enfrentaram dificuldades em cumprir suas obrigações trabalhistas.

Agência Brasil

Pesquisa da entidade mostra indústrias em dificuldades para pagamento de salários.

Dados coletados em maio de 2020, revelaram que cerca de 30% das indústrias gaúchas buscaram crédito para arcar com a folha de pagamentos naquele momento. Convém destacar, porém, que as causas das dificuldades financeiras das empresas são distintas, de modo que a crise decorrente das enchentes de 2024 pode ter amplificado o impacto sobre a folha de pagamentos. Além da queda na produção e faturamento, as indústrias ainda terão que arcar com custos adicionais de reparo e reconstrução.

A pesquisa sobre os impactos das enchentes na indústria gaúcha vem sendo elaborada pela FIERGS, por meio da Unidade de Estudos Econômicos (UEE) e da Unidade de Desenvolvimento Sindical (Unisind), e seu resultado completo deverá estar disponível na próxima semana.

Capital de giro

Além da preocupação com o pagamento dos salários, Petry lembra ainda que as empresas precisam de capital de giro imediatamente para saldar seus compromissos que vencem diariamente.

Para ele, o RS está em uma situação de emergência e por isso são necessários recursos que cheguem na ponta, ou a economia será devastada pela inviabilidade de as empresas se reerguerem.

BNDES monta escritório em Porto Alegre para apoio emergencial a empresários gaúchos.

Visando dar apoio emergencial a empresários gaúchos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou a instalação de um posto avançado na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. O posto já está funcionando e os atendimentos se estendem até o dia 28 deste mês, com a finalidade de apresentar soluções de crédito e garantia para os empresários e produtores rurais atingidos pelas enchentes.

Cerca de 30 funcionários do banco já trabalham na capital do Rio Grande do Sul com o objetivo de oferecer uma base local para difusão de informações, abordando as condições financeiras, modalidades operacionais e condições para acesso.

Estão previstas reuniões das equipes do BNDES com entidades de representação empresarial, como Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região, Sindicato da Indústria de Laticínios, Associação das Indústrias de Móveis do Estado, Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, Sindicato das Indústrias de Máquinas Agrícolas, além de prefeituras e sindicatos. O banco divulgará balanço periódico em seu site, com informações sobre o desempenho de suas ações no Rio Grande do Sul.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou que a finalidade do posto avançado é "garantir o suporte necessário e oferecer soluções que facilitem a retomada das atividades econômicas das empresas da região".

Pesquisa feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em parceria com o governo do Rio Grande do Sul com 14 mil empresas aponta que 80% precisam de crédito para retomarem seus negócios. As três necessidades mais urgentes apontadas pelas empresas são acesso a crédito, adiamento de impostos e renegociação de dívidas.

Calamidade

Na última semana, o BNDES disponibilizou R$ 15 bilhões em recursos do Fundo Social do Pré-Sal para regiões gaúchas atingidas pelas enchentes e que tiveram estado de calamidade pública decretado pelo governo federal. Os recursos podem ser utilizados para capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos e projetos de investimento, como recuperação de plantas produtivas.

Fernando Frazão/Agência Brasil

Cerca de 30 funcionários do banco já trabalham na capital do Rio Grande do Sul.

Foi aprovada também pela instituição a suspensão completa de pagamentos por 12 meses e alongados, pelo mesmo prazo, os financiamentos para clientes de cidades atingidas pelos desastres. A medida torna elegíveis para suspensão e renegociação R$ 7,7 bilhões em prestações, sendo R$ 5,6 bilhões para operações indiretas e R$ 2,1 bilhões para operações diretas, o que beneficiará mais de 227 mil contratos.

Para aumentar o acesso ao crédito para micro, pequenas e médias empresas, o BNDES disponibilizou ainda mais de R$ 500 milhões em garantias, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI PEAC), para novos financiamentos, cujo potencial pode viabilizar até R$ 5 bilhões em crédito.

Todas as linhas de financiamento do BNDES continuam disponíveis para os empresários da região. Destaque para a Linha BNDES Automático Emergencial. Essa linha possibilita o financiamento para capital de giro isolado para retomada da atividade econômica em municípios com até 500 mil habitantes reconhecidos pelo governo federal em estado de emergência decorrente de eventos geológicos, biológicos, com substâncias radioativas, rompimento ou colapso de barragens, enxurradas, ciclones ou tempestades ou estado de calamidade pública.

Banrisul anuncia benefício "Pronampe Solidário" para auxiliar o retorno de empresas gaúchas.

Após 30 dias da enchente histórica que atingiu o Rio Grande do Sul, o Banrisul anuncia disponibilizar o benefício ”Pronampe Solidário”, com o objetivo de ajudar a reconstruir e ativar os negócios gaúchos. A medida é para MEIs (microempreendedores individuais), micro e pequenas empresas e prevê empréstimos com juros subsidiados de até R$ 150 mil por CNPJ e com um ano de carência e 48 meses para pagar. O banco destaca que a operação é de 60 meses e que os donos interessados dos negócios já podem procurar as agências e entrar em contato.

Divulgação/Governo do RS

Banco mobilizará até R$ 150 MIL por CNPJ, MEIs, micro e pequenos estabelecimentos do RS.

Conforme o presidente do Banrisul, Fernando Lemos, o ”Pronampe Solidário” está aliado à capilaridade do banco que tem como intenção, permitir que os empreendedores mais afetados tenham acesso ao crédito. Possibilitando condições para que o comércio local consiga se reerguer. Ainda afirma, que esse movimento também se reflete na comunidade, trazer a possibilidade de aumentar os empregos e incentivar o ambiente de retomada econômica. ”Essa é mais uma forma de fortalecer o compromisso do Banrisul com os negócios do Rio Grande”, explica.

Além desse benefício, o banco também oferecerá outros benefícios dentro do ”Pronampe Solidário”, em que promoverá às empresas recursos de capital de giro e investimentos. Sendo assim, o cliente que pagar em dia as parcelas até o vencimento de cada prestação, pagará, no máximo, o valor emprestado, ou seja, se ao final do pagamento o somatório do valor superar o do empréstimo, o Banrisul devolverá a diferença.

Bonificação

A instituição está disponibilizando aos seus clientes a oportunidade de colaborar para a reconstrução do Estado utilizando pontos do Banriclube – programa de fidelidade dos usuários dos cartões de crédito do banco.

A ação possibilita a troca de pontos acumulados por vouchers que serão convertidos em doações diretas para o Pix SOS Rio Grande do Sul (CNPJ 92.958.800/0001-38), conta destinada a apoiar comunidades atingidas. E, como forma de incentivar seus clientes a fazerem parte dessa corrente de solidariedade, o Banco participará concedendo a restituição de 50% dos pontos doados como bonificação.

Para doar, basta acessar o Banrishopping, pelo aplicativo Banrisul ou pelo site `www.banrishopping.com.br`, e clicar sobre o banner na tela inicial após o login. Os vouchers possuem valores de R$ 15, R$ 50, R$ 100, R$ 200 e R$ 500. O cliente poderá efetuar quantas doações tiver interesse, de acordo com seu saldo de pontos acumulado.

Programa Sesi ao Seu Lado prevê investimentos de recursos da indústria na recuperação de setores da Saúde e Educação do RS.

Desde o início da tragédia climática que assola o Rio Grande do Sul, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), por meio do Serviço Social da Indústria (Sesi-RS), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-RS) e dos Bancos Sociais, tem atuado para acolher, prestar assistência e ajudar na reconstrução das cidades atingidas pelas inundações.

Entre as ações de recuperação, está o Programa Sesi Ao Seu Lado, formalizado com termos de cooperação assinados com as Secretarias da Educação (Seduc) e da Saúde (SES/RS) do Estado. A iniciativas serão realizadas com recursos financeiros disponibilizados pelo Conselho Nacional do Sesi e contemplam também a atuação de profissionais do Sesi-RS.

”Procuramos ajudar nas áreas que temos o expertise: saúde e educação”, explicou o superintendente regional do Sesi-RS, Juliano Colombo.

Divulgação/Prefeitura de Estrela

Na área da educação, o trabalho inicia com o mapeamento das escolas afetadas e a análise de dados sobre as necessidades dessas instituições.

Nos últimos dias, o Sesi-RS assinou dois termos de cooperação: um com a Secretaria Estadual da Educação e outro com a Secretaria Estadual da Saúde.

Na área da educação, o trabalho inicia com o mapeamento das escolas afetadas e a análise de dados sobre as necessidades dessas instituições. Entre as ações que serão desenvolvidas está a doação de materiais didáticos e equipamentos, como mobiliário, playgrounds, instrumentos musicais, kits de robótica, materiais pedagógicos e esportivos, além de livros.

O projeto também envolve os apoios psicopedagógico e psicossocial para profissionais da educação e estudantes e análise de dados e tendências educacionais, por meio do Observatório da Educação do Sesi-RS.

Na área da Saúde, serão instaladas, pelo menos, 80 tendas de campanha em 40 locais, equipadas com materiais para atendimentos de saúde e com equipe formada por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, psicólogos e assistentes sociais.

Além da aquisição de medicamentos e aplicação de 100 mil doses de vacinas, entre as ações está o apoio emergencial nos abrigos (para atendimentos de saúde assistencial, acolhimento, intervenções em saúde mental e apoio às redes municipais de saúde) e a ajuda humanitária à comunidade em geral.

Também há apoio na gestão de saúde e na reorganização dos fluxos de atendimento de saúde assistencial e saúde mental, em conjunto com as redes locais, e unidades móveis para atendimento.

A previsão inicial é de que Porto Alegre, cidades da Região Metropolitana, do Vale do Taquari, do Vale do Rio Pardo e metade Sul sejam beneficiadas.

Chuvas prejudicam produção agropecuária no Estado.

As perdas sofridas pelos produtores rurais gaúchos em virtude das enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul estão sendo contabilizadas aos poucos. Pomares de laranjas e bergamotas; safras de soja, milho, feijão e arroz; pastagens e criações de bovinos, ovinos, peixes e abelhas estão entre as perdas de norte a sul do Estado.

E de acordo com o Informativo Conjuntural da Emater/RS-Ascar, divulgado na última semana, a alta umidade do solo é a principal responsável pelos prejuízos, direta e indiretamente.

Citros

As plantações de laranja e bergamota têm apresentado frutos pequenos, com rachaduras na casca, aumentando as perdas e reduzindo a produtividade. Muitos frutos também foram afetados por doenças, que causaram estragos. Na região administrativa da Emater de Santa Rosa, há incidência de ataques de mosca-das-frutas nos pomares.

As variedades de bergamota Okitsu, Ponkan, Satsuma e comum, que estão em fase final de maturação, em plena colheita e comercialização, sofrem com a praga; as laranjas de umbigo, do céu e sanguínea, também. Já as plantas novas sofrem ataques de pulgão nas brotações e de larva-minadora nas folhas. O preço para indústria está em R$ 6/kg.

Na região de Frederico Westphalen, devido às chuvas excessivas e aos dias nublados e de alta umidade, está ocorrendo queda de laranja e bergamota. Estima-se redução de produtividade entre 30% e 35%. Atualmente, os pomares encontram-se no estágio final de desenvolvimento e início de maturação dos frutos das variedades de ciclo médio e tardio.

No norte do Estado, as perdas foram na cultura da laranja, nas áreas inundadas na beira dos rios, principalmente em Itatiba do Sul e Erval Grande. Na região, ainda resta laranja precoce para colher (Iapar, Salustiana, Rubi, Umbigo Navelina e Bahia); o preço dessas variedades está, em média, R$ 1,50/kg ao produtor.

Soja

As áreas remanescentes de soja, ainda sujeitas à colheita, localizam-se predominantemente na metade sul do Estado. Porém, o período de condições meteorológicas adversas dificultou a operação e a área colhida avançou 3% em relação à semana anterior, atingindo 94% no Estado, estando ainda 6% das lavouras em maturação.

No extremo sul, não houve a possibilidade de colheita da soja em função da recorrência de chuvas. Já na Região da Campanha, os raros períodos de sol permitiram que somente alguns produtores acessassem as lavouras de melhor drenagem para realizar a atividade. Entre as dificuldades, a alta umidade dos grãos e a presença de grãos avariados, que causam obstrução nas máquinas colhedoras.

Além disso, a estatura das plantas está baixa, também em decorrência do excesso de chuvas durante o período de desenvolvimento vegetativo, o que provoca a fixação de vagens muito próximas ao solo.

Lauro Alves/Secom

A alta umidade do solo é a principal responsável pelos prejuízos, direta e indiretamente.

Milho

Nas regiões da Serra, Campos de Cima da Serra, Central e Campanha ocorreram danos qualitativos expressivos, que praticamente inviabilizam o uso e a comercialização dos grãos colhidos: muitas ocorrências de fungos, micotoxinas e germinação na espiga. Em razão das adversidades, a colheita de milho avançou apenas 1% em relação à semana anterior e atingiu 93% da área cultivada no Estado. Restam ainda 6% das lavouras em maturação e 1% está em enchimento de grãos.

Feijão 2ª safra

O produto colhido apresentou baixa qualidade, causada pelos grãos brotados e manchados. Estima-se que 73% dos grãos cultivados foram retirados do solo. Parte das lavouras restantes não apresenta perspectivas viáveis de colheita, devido ao prolongado período chuvoso, que favoreceu o surgimento de doenças e resultou em severas perdas na área foliar.

Arroz

A colheita de arroz prosseguiu durante as pequenas janelas temporais com melhores condições meteorológicas e se aproxima da conclusão. Na região administrativa da Emater/RS-Ascar de Bagé, da área total cultivada na região, estimada em 359.115 hectares, restam cerca de 9 mil hectares a serem colhidos, incluindo algumas áreas com possíveis perdas totais.

Em São Borja, os produtores se esforçam para realizar a colheita em áreas com risco de novo alagamento em razão da elevação do nível do Rio Uruguai. Em Maçambará, a colheita foi concluída e a produtividade média é de 7.523 kg/ha, apresentando bons rendimentos até meados de abril. Contudo, em função das chuvas constantes e dos ventos fortes, houve queda expressiva de 20% a 30% na produtividade.

Liminar suspende leilão de arroz do governo federal.

A 4ª Vara Federal de Porto Alegre concedeu na noite dessa quarta-feira (5) uma liminar na qual suspende o leilão para compra de arroz que o governo federal promoveria nesta quinta-feira (6).

Na decisão, o juiz Bruno Risch disse que o leilão é "prematuro" porque falta comprovação de que o mercado interno foi afetado pelas enchentes do Rio Grande do Sul.

"Não se está a dizer que a importação de arroz pela CONAB está peremptoriamente vedada, nem que as MPs são inconstitucionais (até porque, sobre o tema, há ação pendente junto ao STF, a qual tem, à toda evidência, prevalência), mas, sim, que é prematuro agendar o leilão para o dia 06.06.24, tendo em vista a ausência de comprovação de que o mercado de arroz nacional, composto pela produção nacional e pelas importações no mercado privado, sofrerá o impacto negativo esperado pelo Governo Federal em razão das enchentes que aconteceram no Rio Grande do Sul, sobretudo quando os próprios entes estatais locais dizem o contrário", disse.

Operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a aquisição era de até 300 mil toneladas do cereal. O juiz falou ainda que "não é demais ressaltar que o Estado do Rio Grande ainda sofre com os impactos diretos da enchente, o que justificaria, inclusive, dificuldade prática e precariedade, por parte dos produtores e entes locais, de manifestar adequadamente os seus pontos de vista perante os entes federais responsáveis pela importação do produto, o que justifica, ainda mais, a necessidade de suspensão do leilão, a fim de preservar a isonomia e a livre concorrência".

A ação foi movida pelos deputados Marcel Van Hatten (Novo), Lucas Resecker (PSDB) e Felipe Camozzatto (Novo). Eles apontaram que o leilão provocaria riscos ao mercado do arroz nacional e causaria um prejuízo estimado de R$ 2 milhões aos produtores. Eles também pedem a suspensão de portarias e medidas provisórias que liberam a importação do produto e zeram a tarifa sob sua compra.

"Essa intervenção ilegal e injustificável da União Federal tem causado um aumento significativo do preço do arroz não só a nível Brasil, como também a nível de países integrantes do bloco econômico do Mercosul", argumentam os deputados.

A medida do governo já tinha sido alvo de judicialização no Rio Grande do Sul. Na segunda-feira, a 6ª Vara Federal de Porto Alegre negou pedido para suspender a importação de arroz autorizada pelo governo federal em função das enchentes no Estado gaúcho, principal produtor do alimento no País.

Reprodução

Produtores gaúchos dizem que as enchentes no Estado não levarão ao desabastecimento do produto no País.

Uma ação direta de inconstitucionalidade movida ingressada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) no Supremo Tribunal Federal (STF) também pede a suspensão do leilão e da importação do arroz. Conforme a CNA, 84% da área plantada do Estado foi efetivamente colhida antes do início das chuvas e afirma que não existe o risco de desabastecimento.

Segundo o governo, a compra é um movimento para evitar o aumento de preço do alimento, que teve sua produção comprometida pelas enchentes no Rio Grande do Sul, responsável por cerca de 70% da produção nacional.

Medidas provisórias e portarias publicadas pelo governo federal em maio autorizam a importação de até um milhão de toneladas de arroz, com um custo estimado de R$ 7,2 bilhões.

O governo estabeleceu que o preço da venda final do produto será de R$ 4,00 por quilograma de arroz e que a Conab "deverá estabelecer o limite máximo de venda por comprador e por consumidor".

Recentemente, o governo federal suspendeu o leilão que a Conab iria fazer, devido a aumentos considerados excessivos pelos países do Mercosul. Por causa disso, o Imposto de Importação do produto foi zerado, para que as compras sejam feitas de fornecedores de dentro e fora do bloco.

Federarroz contra importação de arroz pelo governo.

A Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) apresentou pedido da habilitação na Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido cautelar de urgência, ajuizada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que protocolou uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a importação de arroz pretendida pelo governo federal.

A ação se refere às medidas provisórias 1.217/2024 e 1.224/2024, bem como das portarias interministeriais MDA/Mapa/MF 3/2024 e 4/2024 e, ainda, da resolução Gecex 593/2024, relacionadas à importação do grão.

Os textos legais contestados na ação judicial são referentes à regulamentação jurídica do governo federal que possibilita a importação de até um milhão de toneladas de arroz beneficiado ou em casca, por meio de leilões públicos, ao longo do ano de 2024.

"Verifica-se que, em tese, a medida do governo federal possui o condão de aviltar diversos princípios constitucionais vigentes no país, tais como, por exemplo, o da proporcionalidade; da livre iniciativa, concorrência, e da liberdade no desenvolvimento da atividade econômica; da defesa do consumidor; da política agrícola planejada e executada com a participação do setor produtivo; da política agrícola que leve em conta preços compatíveis com os custos e garantia de comercialização; do meio ambiente equilibrado; entre outros, de modo que a medida judicial busca suspender, de imediato, a realização dos leilões, haja vista a possível inconstitucionalidade dos textos legais do Poder Executivo Federal", diz a nota da entidade.

Desde o início da crise climática no Rio Grande do Sul, a Federarroz e outras entidades da cadeia produtiva sustentam que não há necessidade de importação do cereal. Com mais de 90% da colheita realizada, o setor afirma que não há risco de desabastecimento do produto aos consumidores e garantem que a produção tem condições de manter abastecido o mercado interno.

Freepik

A Federarroz e outras entidades da cadeia produtiva sustentam que não há necessidade de importação do cereal.

Liminar

O juiz substituto da Justiça Federal da 4ª Região em Porto Alegre, Bruno Risch Fagundes de Oliveira, concedeu liminar na noite dessa quarta-feira (5), suspendendo o leilão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para compra de 300 mil toneladas de arroz importado. O leilão havia sido agendado para esta quinta (5) pelo governo diante do risco às plantações e escoamento provocado pelas enchentes no Rio Grande do Sul — o maior produtor nacional do alimento.

Oliveira admite que o Estado é o maior produtor de arroz do País e que os estragos causados pelas chuvas "deve comprometer a produção local de arroz", mas afirma que ainda não é "conclusiva" a previsão sobre o efetivo prejuízo à produção ou escoamento do alimento para os demais Estados.

"Como se observa, não há indicativo de perigo concreto de desabastecimento de arroz no mercado interno ocasionado pelas enchentes no Rio Grande do Sul, mas apenas um apontamento de dificuldade temporária no escoamento da produção local, o que evidentemente encontraria melhor solução em outras medidas que não a importação de arroz. A propósito, a importação, conforme o Aviso de Leilão, prevê entrega somente em setembro de 2024", diz o juiz na liminar.

Oliveira afirma que não está totalmente vedada a importação de arroz, mas que "é prematuro agendar o leilão para o dia 06.06.24, tendo em vista a ausência de comprovação de que o mercado de arroz nacional, composto pela produção nacional e pelas importações no mercado privado, sofrerá o impacto negativo esperado pelo Governo Federal em razão das enchentes que aconteceram no Rio Grande do Sul, sobretudo quando os próprios entes estatais locais dizem o contrário."

A ação foi movida pelos deputados Marcel van Hattem e Felipe Camozzatto, ambos do Novo, e Lucas Redecker, do PSDB.

Drenagem do aeroporto Salgado Filho feita por arrozeiros é concluída.

A operação realizada de forma voluntária por arrozeiros e empresas parceiras para a drenagem das águas das enchentes no Aeroporto Internacional Salgado Filho, de Porto Alegre, se encerrou na terça-feira (4).

As bombas cedidas para o trabalho entraram em operação em 25 de maio por meio do projeto Drenar RS que contou com a Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) e empresas privadas que também se integraram à ação.

O diretor executivo e jurídico da Federarroz, Anderson Belloli, ressaltou a disponibilidade e o engajamento dos arrozeiros e parceiros no trabalho.

"Assim como boa parte da sociedade civil, a Federação conseguiu, juntamente com arrozeiros e outros parceiros, dar uma resposta à altura do que se espera do setor agropecuário do nosso Estado", observou. Belloli destacou, ainda, que os arrozeiros estiveram ao lado da sociedade gaúcha desde os primeiros momentos, no sentido de "tirar as pessoas de regiões alagadas, acomodá-las em outros locais com segurança, conseguir doações e alimentar muitas dessas pessoas prejudicadas", ressaltou.

Belloli referiu também que a iniciativa do projeto Drenar RS, que trabalhou na drenagem de águas em Pelotas, foi fundamental na ação feita no aeroporto da capital e Região Metropolitana. "Trouxemos aqui para Porto Alegre e estendemos até Novo Hamburgo este projeto de modo a mitigar todo o dano, o sofrimento das pessoas neste momento de extrema tristeza para o nosso Estado", enfatizou.

O produtor Daniel Jaeger Gonçalves, que coordenou a ação no Salgado Filho, lembrou que o trabalho de drenagem das águas do aeroporto durou 11 dias e destacou a importância da ajuda dos produtores da região de Pelotas (RS) que planejaram toda a operação, juntamente com o Departamento Municipal de Águas e Esgotos, o Dmae, e a Fraport, a concessionária do aeroporto.

"Viemos para cá e juntamente com vários voluntários arrozeiros e do agronegócio em geral, empresários, uma construtora, Forças Armadas começamos essa operação de guerra, onde pegamos sol, chuva, frio", comentou.

Gonçalves destacou que além das bombas foi necessário comprar encanamentos e madeiras, entre outros materiais. "Cada dia era um desafio, as bombas desligavam, tínhamos que colocar em funcionamento novamente. Mas a grande questão é que todo mundo pegava junto e aí conseguimos

Emerson Foguinho/Divulgação

As bombas cedidas para o trabalho entraram em operação em 25 de maio.

na sequência ver os primeiros resultados com dois ou três dias de bombeamento, o que motivou a todos", recordou.

O produtor não tem uma estimativa ainda do volume de água drenado, mas observou que foi tirada água não só do aeroporto mas também de bairros do entorno. "O sentimento é de dever cumprido ao ver a pista seca e já visualizar os primeiros trabalhos no sentido de reconstrução do local", pontuou.

O produtor André Velho, de Mostardas (RS), primeiro a trazer suas bombas para o bairro Anchieta, afirmou que os produtores rurais de arroz e soja da Metade Sul do Estado têm bastante experiência com drenagem e por isso tomaram a iniciativa de procurar os órgãos oficiais para oferecer a sua expertise.

"Enviamos bombas flutuantes para o Dmae que foram instaladas na estação de bombeamento 6 no bairro Anchieta e depois surgiu o projeto do aeroporto", salientou, colocando ser gratificante para os produtores a ajuda para acelerar essas drenagens. "Esse é o espírito de cooperação que temos entre o nosso grupo de produtores da Metade Sul. O campo e a cidade dependem um do outro e precisam andar juntos," finalizou.

Partindo do modelo topográfico de elevação foi possível calcular o volume de água, não só do aeroporto mas dos bairros do entorno. O tempo calculado foi de cinco a seis dias de drenagem, que atrasou um pouco devido às chuvas no período. Foram drenados cerca de quatro milhões de metros cúbicos de água em 300 hectares de área. No total foram 14 bombas cedidas por produtores de Camaquã, Mostardas e Uruguaiana e de uma empresa de Santa Maria.

Bolsa brasileira cai e dólar fecha no maior valor em mais de 1 ano; entenda os motivos.

Em mais um dia de nervosismo no mercado financeiro, o dólar aproximou-se de R$ 5,30 e fechou no maior valor desde janeiro do ano passado nessa quarta-feira (5). A Bolsa de Valores caiu 0,32%, aos 121.407 pontos, e continua no menor nível desde novembro do ano passado.

O dólar comercial encerrou o dia vendido a R$ 5,297, com avanço de R$ 0,012 (+0,23%). A cotação alternou altas e baixas até o início da tarde, mas a tendência de alta se consolidou após as 13h. Na máxima do dia, por volta das 15h40, a moeda chegou a R$ 5,30.

Com o desempenho, o dólar está no maior nível desde 5 de janeiro de 2023. A divisa acumula alta de 1,71% em uma semana e de 9,15% em 2024.

O mercado de ações teve mais um dia de perdas. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 121.407 pontos, com recuo de 0,32%. Apesar de as ações de empresas varejistas terem subido, o indicador foi puxado para baixo por causa de papéis de mineradoras, que caíram por causa de uma nova redução no preço internacional do minério de ferro.

Além da queda das commodities (bens primários com cotação internacional), o mercado financeiro foi afetado por dados econômicos fortes no setor de serviços nos Estados Unidos. O bom desempenho do setor indica dificuldade do Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) em reduzir a inflação na maior economia do planeta. Juros altos em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil.

Entenda

Com uma série de indicadores norte-americanos no radar dos investidores, o principal impulsionador do dólar nas últimas semanas são as incertezas sobre qual deve ser a postura do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) na condução dos juros do país.

Desde a semana passada, por exemplo, dados econômicos dos Estados Unidos já têm sinalizado que a maior economia do mundo pode estar desacelerando — com uma inflação mais sob controle e um mercado de trabalho menos pressionado.

Na última sexta-feira (31), o país divulgou o índice preços PCE de abril, quando a inflação subiu 2,7%, em linha com as expectativas dos analistas e se mantendo no mesmo patamar que o mês imediatamente anterior.

Um dia antes, foi divulgado o resultado do PIB norte-americano, que cresceu 1,3% no primeiro trimestre, abaixo das expectativas do mercado, de alta de 1,6%. O número também representou uma desaceleração frente ao que foi observado no último trimestre do ano passado: um avanço de 3,4%.

Esses números mais controlados fazem com que o mercado volte a acreditar que o Fed, pode iniciar o seu ciclo de cortes nos juros em setembro.

Reprodução

A moeda norte-americana acumula alta de 1,71% em uma semana e de 9,15% em 2024.

Ao mesmo tempo, no entanto, dados divulgados nessa quarta pelo Instituto de Gestão de Fornecimento (ISM) voltaram a indicar um crescimento do setor de serviços nos EUA em maio, após uma contração no mês anterior, o que volta a trazer incertezas sobre os próximos passos do Fed.

O índice de gerentes de compras não manufatureiro do ISM subiu de 49,4 em abril para 53,8 no mês passado. A leitura de maio, a mais alta desde agosto, superou as estimativas de todos os 59 economistas em uma pesquisa da Reuters, cuja mediana era de 50,8, um pouco acima do nível 50 que separa crescimento de contração.

Já o índice de atividade empresarial do relatório subiu 10,3 pontos, o maior aumento desde março de 2021, e o elevou para 61,2, o nível mais alto desde novembro de 2022.

Além disso, outro fator que também tem corroborado com a alta do dólar ante o real é a variação de preços das commodities e o cenário da balança comercial brasileira.

Por fim, o desconforto do mercado com o cenário fiscal brasileiro também acaba prejudicando o real ante o dólar e em comparação a moedas de outros países emergentes.

Em abril, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou uma mudança na projeção fiscal do Brasil. A nova previsão passou a ser de déficit zero para 2025 — e não mais de superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), como previsto até o ano passado.

A mudança na meta significa abrir mais espaço para gastos, diante de uma dificuldade para aumentar receitas no próximo ano. O mercado financeiro não gostou do afrouxamento ainda no segundo ano da existência do novo arcabouço fiscal.

Receita Federal cobrará Imposto de Renda na troca de imóveis.

A Receita Federal entende que a operação de troca de imóvel residencial por unidades comerciais futuras de incorporadora deve ser tributada. O contribuinte queria enquadrar a operação como permuta, o que afastaria a incidência de Imposto de Renda (IR).

Por meio da Solução de Consulta nº 128 da Receita, publicada no começo do mês de maio, um contribuinte questionou ao Fisco se poderia equiparar a troca de unidade residencial com a de terreno para a construção de empreendimento imobiliário, afastando a tributação. Mas a resposta foi negativa.

Sobre o ganho de capital incide IR, que varia entre 15% até 22,5%, sobre o preço estabelecido na operação, que é o valor constante em escritura pública.

O Fisco esclareceu que, para a exclusão dos valores na determinação do ganho de capital de pessoas físicas, não se equipara a permuta à troca realizada por meio de operação quitada de compra e venda, acompanhada de confissão de dívida e de escritura pública de dação em pagamento de unidades imobiliárias construídas ou a construir.

Ainda segundo a Receita, o IR incidente sobre o ganho de capital das pessoas físicas auferido na alienação de imóvel, na hipótese de o preço da venda ser pago em unidades imobiliárias a construir (dação em pagamento), deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente ao do recebimento de cada unidade.

A solução de consulta foi proposta por um proprietário de imóvel residencial. No ano de 2021, ele pactuou a troca do imóvel com unidades autônomas, de natureza comercial, com 150 metros quadrados de área útil, em imóvel comercial a ser construído por uma incorporadora imobiliária. A troca também levou ao pagamento de parte do valor (torna) em uma parcela única naquele mesmo ano.

O valor do pagamento não foi disponibilizado na solução de consulta. Mas foram feitas duas escrituras públicas para a efetivação da permuta com torna.

O proprietário alegou à Receita que não seria possível qualificar a transação como compra e venda com recebimento de imóvel em dação em pagamento, em virtude da ausência de preço. Além disso, argumentou que, embora ele tenha entregue, mediante troca, um terreno com imóvel construído, o interesse da incorporadora imobiliária é o terreno, que será usado para a construção do empreendimento onde serão edificadas as unidades autônomas comerciais.

Na Instrução Normativa nº 107, de 1988, a Receita explica que a permuta é qualquer operação de troca de unidades imobiliárias, mesmo que ocorra o pagamento de uma parcela complementar em dinheiro. O Regulamento do Imposto de Renda determina a apuração de ganho de capital, para fins de cobrança de IRPF, apenas em relação ao valor da torna. Equipara à permuta as operações quitadas de compra e venda de terreno, acompanhadas de confissão de dívida e de escritura pública de dação em pagamento de unidades imobiliárias construídas ou a construir.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

De acordo com a Receita, o objetivo da norma foi restringir o benefício da equiparação à compra e venda de terreno.

De acordo com a Receita, o objetivo da norma foi restringir o benefício da equiparação à compra e venda de terreno, sem estendê-lo à compra e venda de qualquer espécie de imóvel – o que abarcaria o imóvel em questão na solução de consulta.

A Receita afirma que, mesmo que se trate de operação quitada de compra e venda, acompanhada de confissão de dívida e escritura pública de dação em pagamento de unidades imobiliárias construídas ou a construir, o objeto da compra e venda em discussão não é um terreno, mas um imóvel residencial e, assim, não é possível fazer a equiparação.

A Receita diz ainda admitir a exclusão de tributação do ganho de capital na hipótese de operações de permuta realizadas por contrato particular, desde que a escritura pública correspondente, quando lavrada, seja de permuta.

No caso concreto, a operação foi formalizada por meio de escritura pública de compra e venda, celebrada em conjunto com escritura pública de novação, confissão de dívida e promessa de dação em pagamento de unidades autônomas. Haveria permuta, diz o Fisco, somente se o registro de compra e venda fosse de terreno.

De acordo com Rodrigo Schwartz Holanda, sócio do escritório Menezes Niebuhr sociedade de Advogados, a expectativa do contribuinte, no caso, era que o imóvel residencial recebesse o mesmo tratamento do terreno, o que afastaria a tributação. O advogado destaca que o interesse da incorporadora era justamente no terreno, e não no imóvel em si, hipótese em que a tributação seria afastada.

Compras do exterior pela internet no valor de até 50 dólares serão taxadas.

O Senado aprovou nessa quarta-feira (5) a taxação de compras internacionais de até US$ 50. O tributo de 20% sobre as vendas, conhecida como "taxa das blusinhas", vai impactar sites estrangeiros como Shopee, Shein e AliExpress.

A aprovação foi simbólica. Ou seja, não houve registro do voto de cada parlamentar no painel eletrônico. Esse foi um acordo entre base e oposição para não desgastar os senadores, neste ano de eleição municipal, nem com o consumidor das lojas virtuais estrangeiras e nem com a indústria nacional, que reclama da falta de equiparação da carga tributária.

A taxação foi inserida, durante tramitação na Câmara dos Deputados, em um projeto sobre outro tema, que cria o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), cujo objetivo é reduzir as taxas de emissão de carbono da indústria de automóveis até 2030.

A Câmara só vai ter que deliberar novamente sobre pontos alterados pelo Senado. Não é o caso da taxação. Após a análise dos deputados, o projeto seguirá para sanção do presidente Lula, que pode manter ou vetar.

O líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), garantiu que Lula vai confirmar (sancionar) o imposto sobre as compras internacionais de até US$ 50. Até para cumprir acordo feito entre parlamento e equipe econômica. O presidente Lula chegou a cogitar rejeitar (vetar) a medida.

Uma votação separada, somente referente à "taxa das blusinhas", precisou ser feita no Senado porque o relator, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), havia excluído a medida do texto. O governo, então, propôs a retomada do imposto de importação sobre as vendas de lojas estrangeiras. E venceu a votação.

Hoje, produtos de lojas do exterior não são taxados com o imposto de importação e, por isso, geralmente são mais baratos que artigos nacionais. Atualmente, incide sobre as compras do exterior, abaixo de US$ 50, somente o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual, com alíquota de 17%.

Se o projeto virar lei, os produtos que vêm de fora serão taxados duas vezes, pelo imposto federal (20%), acrescido do ICMS.

A Secretaria da Receita Federal informou que a isenção para compras internacionais de até US$ 50, se fosse mantida, resultaria em uma "perda potencial" de arrecadação de R$ 34,93 bilhões até 2027.

Joedson Alves/Agência Brasil

Se o projeto virar lei, os produtos que vêm de fora serão taxados duas vezes, pelo imposto federal (20%), acrescido do ICMS.

Polêmica

Como muitas dessas pequenas compras feitas do exterior são de consumidores brasileiros em sites chineses, o texto ficou conhecido como "Taxa das Blusinhas", em referência ao produto frequentemente adquirido nessa modalidade.

O varejo interno no Brasil queria a taxação, porque alega que, do contrário, os produtos chineses se tornam concorrência desleal dentro do país.

Mas a medida é impopular com grande parte da sociedade, já que a compra desses produtos é bastante difundida. No início do debate sobre taxação, até a primeira-dama, Janja da Silva, defendeu a isenção dos produtos.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se manifestou favorável à taxação. Ele ficou insatisfeito quando, na terça (4), por falta de consenso, o Senado adiou a votação. Lira disse que, se a taxação caísse, o Mover cairia junto.

O tema passou até mesmo pela eleição municipal de Alagoas. O prefeito e candidato à reeleição, JHC, teria convidado Rodrigo Cunha, o relator, para ser seu vice na chapa. Lira não gostou, porque queria uma prima como vice.

O movimento de Cunha, ao separar a taxação do projeto principal, foi visto como uma reação a Lira. Mas o senador nega tanto essa intenção quanto o convite para vice de JHC.

"Taxa das blusinhas": saiba quanto custarão as compras internacionais com o fim da isenção de impostos até US$ 50.

O Senado aprovou nessa quarta-feira (5) a taxação de compras internacionais de até US$ 50. O texto, que já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados, vai para sanção do presidente Lula, que pode mantê-lo ou vetá-lo. O tributo ficou conhecido como "taxa das blusinhas".

Após sanção, os produtos com preços de até US$ 50 serão tributados com um imposto de importação de 20%, além do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), que vai para os estados, de 17% – e que já existia.

Seguindo as regras aduaneiras, os 20% do imposto de importação serão cobrados em cima do valor do produto (mais eventuais cobranças de frete ou seguro), enquanto os 17% do ICMS vão incidir sobre o valor da compra já somado ao imposto de importação, explica Fabio Florentino, sócio da área tributária do escritório Demarest.

O portal de notícias G1 também consultou o advogado tributarista Igor Souza, sócio do escritório Souza Okawa Advogados, para elaborar estes cálculos.

Por Exemplo: Uma compra que, no total, custe US$ 50 terá a cobrança, primeiro, dos 20% do imposto de importação, passando a custar US$ 60 para o consumidor final. Depois, haverá a incidência dos 17% do ICMS sobre esses US$ 60, com o valor final para o consumidor chegando a US$ 72,29 — ou cerca de R$ 390,36, com a atual cotação do dólar turismo.

Atualmente, com a isenção de imposto de importação para compras de até US$ 50, o ICMS seria cobrado apenas em cima do valor da compra, os US$ 50, custando para o consumidor US$ 60,24 (ou R$ 325,30), uma diferença de R$ 65.

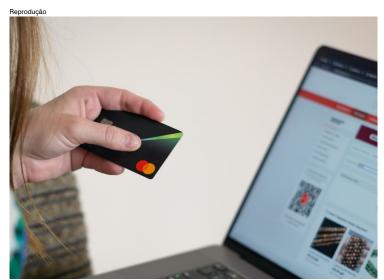
A taxação foi inserida, durante tramitação na Câmara, em um projeto sobre outro tema, que cria o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), cujo objetivo é reduzir as taxas de emissão de carbono da indústria de automóveis até 2030.

A Câmara só vai ter que deliberar novamente sobre pontos alterados pelo Senado. Não é o caso da taxação. Portanto, essa parte vai para sanção do presidente Lula, que pode manter ou vetar.

Os debates sobre a taxação de compras internacionais vêm acontecendo desde o ano passado e, mais recentemente, chegaram até a gerar um bate-boca entre parlamentares e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Para Fabio Florentino, da Demarest, a volta da cobrança do imposto de importação para compras de até US$ 50 é uma medida que pode beneficiar as empresas brasileiras, para que fiquem em "pé de igualdade, sobretudo, com os e-commerces da China".

"Esses sites já têm uma série de vantagens em relação às empresas brasileiras, como uma mão-de-obra mais barata e muito mais acesso à tecnologia, o que torna o produto muito mais barato. Se não houver um imposto quando o produto chega ao país para o consumidor, fica impossível das empresas nacionais competirem", afirma.

O advogado Flávio de Haro Sanches, da CSMV Advogados, compartilha do mesmo ponto de vista e destaca que, além do cenário mais justo para a competição, as empresas brasileiras também tem processos que fazem com que os produtos produzidos aqui sejam averiguados com critérios muito mais rigorosos que aqueles que vêm de outros países.

Reprodução

Após sanção, os produtos com preços de até US$ 50 serão tributados com um imposto de importação de 20%, além do ICMS de 17%.

"Mesmo que o governo exija das empresas estrangeiras regras para assegurar os produtos, é muito mais difícil ter controle sobre eles do que os que são feitos aqui", pontua Sanches.

Em nota, a Shein, um dos e-commerces estrangeiros mais populares do país, afirmou que enxerga como um retrocesso o fim da isenção do imposto de importação. "Uma vez que ele nunca teve função arrecadatória, a decisão de taxar remessas internacionais não é a resposta adequada por impactar diretamente a população brasileira", diz a companhia.

Cobrança atual

Como é a cobrança do imposto atualmente? Desde agosto do ano passado, o governo vinha isentando as compras internacionais feitas na internet de até US$ 50. A medida foi implementada por uma portaria publicada em junho pelo Ministério da Fazenda.

De acordo com as regras, as empresas que aderissem ao programa Remessa Conforme, da Receita Federal, e recolhessem o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estariam isentas da cobrança.

O programa do Fisco também estabelecia uma série de critérios que as empresas do comércio eletrônico devem seguir, tais como:

– O repasse dos impostos cobrados;

– O detalhamento de informações sobre valores de impostos, tarifas postais e demais despesas para o consumidor;

– Os pacotes enviados ao consumidor devem conter, de maneira visível e no campo do remetente, a marca e o nome da empresa vendedora;

– O combate ao descaminho e ao contrabando;

– O recolhimento de ICMS, atualmente com uma alíquota de 17%. As informações são do portal de notícias G1.

Líder do governo no Senado diz que Lula não vai vetar a taxação de compras internacionais de até US$ 50.

O líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), disse nessa quarta-feira (5) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vai vetar o texto que estabelece a taxação de compras de até US$ 50 de produtos do exterior.

O Senado aprovou nessa quarta-feira (5) a taxação de compras internacionais de até US$ 50. O tributo de 20% sobre as vendas, conhecido como ”taxa das blusinhas”, vai impactar sites estrangeiros como Shopee, Shein e AliExpress.

A aprovação foi simbólica. Ou seja, não houve registro de voto no painel eletrônico. Esse foi um acordo entre base e oposição para não desgastar os senadores, neste ano de eleição municipal, nem com o consumidor das lojas virtuais estrangeiras e nem com a indústria nacional, que reclama da falta de equiparação da carga tributária.

A taxação foi inserida, durante tramitação na Câmara, em um projeto sobre outro tema, que cria o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), cujo objetivo é reduzir as taxas de emissão de carbono da indústria de automóveis até 2030.

Marcos Oliveira/Agência Senado

O Senado aprovou nessa quarta-feira (5) a taxação de compras internacionais de até US$ 50.

A Câmara só vai ter que deliberar novamente sobre pontos alterados pelo Senado. Não é o caso da taxação. Portanto, essa parte vai para sanção do presidente Lula, que pode manter ou vetar.

Uma votação separada, somente referente à ”taxa das blusinhas”, precisou ser feita no Senado porque o relator, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), havia excluído a medida do texto. O governo, então, propôs a retomada do imposto de importação sobre as vendas de lojas estrangeiras. E venceu a votação.

Hoje, produtos de lojas do exterior não são taxados com o imposto de importação e, por isso, geralmente são mais baratos que artigos nacionais. Atualmente, incide sobre as compras do exterior, abaixo de US$ 50, somente o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual, com alíquota de 17%.

Destaques

A falta de acordo sobre a taxação das compras internacionais foi o principal motivo do adiamento da discussão na última terça-feira (4). Sem acordo, o projeto acabou sendo votado nesta quarta-feira e os senadores aprovaram um destaque apresentado pelas lideranças do Governo, do MDB, do PSD e do PT para restaurar a cobrança.

“É preciso saber dos colegas se nós queremos transformar o Brasil, permita-me, num território livre, sem nenhuma regra, que vai ser invadido por plataforma de fora, ou se nós queremos defender a indústria nacional e o comércio local”, questionou o líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA) ao defender a aprovação do destaque. As informações são do portal de notícias G1 e da Agência Senado.

Senado aprova programa para carros sustentáveis.

O Senado aprovou nessa quarta-feira (5), de forma unânime, com 67 votos favoráveis, texto principal do projeto que cria o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), cujo objetivo é reduzir as taxas de emissão de carbono da indústria de automóveis até 2030.

O programa Mover pretende reduzir a emissão de carbono pela indústria automobilística. O texto prevê benefícios fiscais para empresas que investirem em sustentabilidade e também estabelece novas obrigações para a venda de veículos novos no país.

Pelo proposta, as empresas que investirem em pesquisa, desenvolvimento e produção de tecnologias sustentáveis para a indústria automotiva poderão receber créditos financeiros.

A matéria prevê que o governo federal poderá estabelecer obrigações ambientais para a venda de carros, tratores e ônibus novos no País.

Deverão ser levados em conta pelo governo, por exemplo, a eficiência energética e a reciclabilidade do veículo. O descumprimento poderá levar ao pagamento de multas.

A proposta também cria uma espécie de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) "verde", que poderá elevar ou reduzir a alíquota do tributo sobre o veículo com base em seu impacto ambiental. Na prática, pagará menos impostos quem poluir menos.

Como os senadores alteraram o projeto, esse terá de retornar à Câmara para nova deliberação.

Em relação ao aprovado na Câmara, senadores tiraram do texto:

- a inclusão de bicicletas e bicicletas elétricas no regime de incentivo. O objetivo é reduzir a cobrança do IPI para este setor e desenvolver a indústria local;
- dispositivo que estabelece a política de conteúdo local para as atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, aplicável ao regime de concessão;
- item que inclui a emissão de óxidos de nitrogênio (NOx) e de particulados como critério para a definição do IPI dos veículos.

Compras internacionais

O Senado aprovou, em seguida, a taxação de compras internacionais de até US$ 50. O tributo de 20% sobre as vendas, conhecida como "taxa das blusinhas", vai impactar sites estrangeiros como Shopee, Shein e AliExpress.

Freepik

O programa Mover pretende reduzir a emissão de carbono pela indústria automobilística.

O tema foi inserido no projeto do Mover na Câmara dos Deputados. Porém, o relator do texto no Senado, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), excluiu do projeto a retomada do imposto de importação sobre as vendas de lojas estrangeiras. Após acordo com o governo, senadores devolveram o tema ao projeto.

A aprovação da taxação foi simbólica. Ou seja, não houve registro do voto de cada parlamentar no painel eletrônico. Esse foi um acordo entre base e oposição para não desgastar os senadores, neste ano de eleição municipal, nem com o consumidor das lojas virtuais estrangeiras e nem com a indústria nacional, que reclama da falta de equiparação da carga tributária.

Hoje, produtos dessas lojas não são taxados com o imposto de importação e, por isso, geralmente são mais baratos que artigos nacionais. Atualmente, incide sobre as compras do exterior, abaixo de US$ 50, somente o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual, com alíquota de 17%.

A Câmara só vai ter que deliberar novamente sobre pontos alterados pelo Senado. Não é o caso da taxação. Após a análise dos deputados, o projeto seguirá para sanção do presidente Lula, que pode manter ou vetar.

Proposta da reforma tributária abre caminho para a conta de luz subir, diz associação.

O segundo projeto de regulamentação da reforma tributária abre caminho para municípios usarem uma contribuição embutida na conta luz para bancar câmeras, sensores, construção de centros de vigilância e outras obras relacionadas à iluminação pública e ao monitoramento para segurança e prevenção de desastres. Na prática, a proposta amplia o uso do recurso que originalmente era destinado apenas à iluminação das cidades.

A mudança foi incluída no texto a pedido dos gestores municipais. De acordo com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), a medida vai trazer qualidade de vida para a população. Já a Abrace, associação que representa os grandes consumidores de energia, aponta risco de aumento da conta de luz e diz que a contribuição pode virar a próxima CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) – hoje o maior encargo do segmento, que deve ultrapassar R$ 37 bilhões neste ano.

O jornal O Estado de S. Paulo teve acesso à minuta do projeto de lei complementar, a ser enviado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Congresso Nacional. A proposta poderá sofrer ajustes antes do envio formal aos parlamentares, previsto para esta quarta-feira, 5. Esse segundo projeto da reforma tributária tem o objetivo de regulamentar o funcionamento do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência de Estados e municípios, além de outras questões federativas.

A pedido dos prefeitos, o texto também mexe na Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip), cobrada por municípios na conta de luz – e originalmente destinada apenas ao custeio da iluminação das cidades. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária, promulgada no ano passado, ampliou o uso para a expansão da rede e ainda para investimentos em sistemas de monitoramento voltados à segurança das ruas públicas.

O texto de regulamentação, a ser analisado pelos parlamentares, lista os serviços incluídos nessas categorias, e acaba ampliando o uso do recurso em relação à legislação atual.

No capítulo sobre iluminação, por exemplo, o projeto permite que o dinheiro seja usado na compra de lâmpadas, iluminação LED, reatores, sistemas sustentáveis de iluminação, equipamentos com tecnologia LED e mão de obra para instalação e reparos. A rede pode ser fixa, aquela que fica permanente nas ruas, ou temporária, destinada a eventos. A elaboração de projetos nessa área também está dentro do escopo de financiamento.

Já na parte sobre segurança e monitoramento, o projeto autoriza o uso do dinheiro para serviços destinados a controle, administração, segurança, preservação e prevenção a desastres em vias públicas. Os prefeitos pediram essa alteração porque entendem que, hoje, estão limitados pela legislação sobre o uso do recurso. Ou seja, o objetivo é desengessar a destinação da despesa.

Dessa forma, qualquer projeto, obra ou serviço que estiver relacionado à iluminação pública ou ao monitoramento poderá ser custeado com a contribuição. Para a instalação de um sistema de iluminação ou segurança em uma rua ou bairro, por exemplo, a prefeitura pode entender ser necessário a construção de centros de monitoramento, que também poderiam ser bancados pela verba da contribuição.

EBC

Na prática, a proposta amplia o uso do recurso que originalmente era destinado apenas à iluminação das cidades.

"Hoje, a Constituição já traz quais são as possibilidades de uso da Cosip. O que está sendo feito é regulamentar essas possibilidades para evitar interpretações dúbias nos tribunais de contas", afirmou o secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Gilberto Perre, durante coletiva de imprensa na quarta-feira, 4. "Não vale fazer asfalto ou tapar buraco."

De acordo com a FPN, os municípios enfrentam dificuldades ao ter de separar a contratação de postes e lâmpadas da instalação de câmeras e outros equipamentos, problema que seria resolvido com a mudança. "Não é contribuição nova, não tem impacto para a população. Pelo contrário: vai trazer qualidade de vida para a população."

De acordo com a Abrace, a ampliação do escopo da Cosip – ou seja, a permissão para usá-la em mais ações – abre margem para futuros aumentos da contribuição na conta de luz para bancar esses novos usos, o que elevaria os custos de pessoas físicas e empresas. No caso das indústrias, pontua a Abrace, isso se propagaria pela cadeia, sendo repassado aos preços de produtos e serviços.

A associação avalia que a alteração na Cosip pode abrir caminho para a contribuição se tornar a nova CDE, principal encargo do setor elétrico, que abarca diversos subsídios e banca, inclusive, programas que têm pouca ou nenhuma relação com os serviços de energia.

Esse risco seria agravado pelo fato de as cidades terem autonomia para definir o valor e o formato de cobrança da Cosip, sem um teto ou qualquer tipo de limitação. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Após derrotas no Congresso, Lula diz que participará mais de articulação política.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um mea-culpa pela ausência em momentos de votação importante no Congresso, durante reunião com os responsáveis pela articulação política do governo. Lula disse que estará mais presente nas conversas com os parlamentares no futuro.

Segundo fontes, o presidente se colocou "à disposição" para ajudar a coordenação política em votações cruciais. Um exemplo usado pelo presidente seria conversar com os chamados "ministros de bancada", que ocupam seus postos por indicação dos partidos no Congresso, como Juscelino Filho (Turismo, do União Brasil), André Fufuca (Esportes, do PP) e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos, do Republicanos).

Lula teria dito, no encontro, que poderia ter feito essas conversas na semana passada, a fim de manter seu

José Cruz/Agência Brasil

Lula disse que estará mais presente nas conversas com os parlamentares no futuro.

veto ao fim das chamadas "saidinhas" dos presídios, que acabou derrubado em sessão conjunta do Congresso.

O presidente também se mostrou contrariado com declarações dadas pelo líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), quando defendeu mudanças na Esplanada dizendo que "não está tudo bem".

Além de Guimarães, participaram do encontro o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso

No início da reunião, Lula cobrou José Guimarães por ter defendido, em entrevista ao jornal "Folha de S.Paulo" na semana passada, mudanças na Esplanada dos Ministérios. Ele disse ainda que "Se estivesse tudo bem , o Lula estaria com aprovação de 80% no Congresso.

Procurado, Guimarães negou o mal-estar e disse que a avaliação vem de "intérpretes do pensamento alheio". Padilha disse que as reuniões de coordenação haviam sido interrompidas neste ano por conta da agenda internacional de Lula. E que o encontro de hoje seria uma retomada desses encontros.

Lula afirmou desejar que as reuniões continuem com ou sem ele presente. Ele orientou ainda seus líderes a "negociar" e a "marcar posição" sobre as pautas caras ao governo e ao PT, ainda que tenham poucas chances de prosperar, como era o caso da "saidinha".

Em entrevista coletiva após a reunião, Padilha afirmou que as derrotas sofridas no governo na semana passada já estavam precificadas.

Outra orientação de Lula foi ampliar o diálogo com os partidos da base e que seus auxiliares cobrem participação nas votações.

Lula reclama de não ter sido acionado para evitar derrota no Congresso Nacional.

Ricardo Stuckert/PR

Lula reconheceu a dificuldade de lidar com um Congresso conservador.

Na reestreia das reuniões de coordenação política do governo, promovida na segunda-feira no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reclamou de não ter sido acionado por seus articuladores políticos "com a devida gravidade" para tentar evitar a derrota sofrida no Congresso na semana passada. Os parlamentares derrubaram o veto do presidente à "saidinha" dos presos, inclusive com votos do PT, e expuseram o desarranjo na base governista.

De acordo com relatos feitos à Coluna do Estadão, do jornal O Estado de S. Paulo, Lula reconheceu a dificuldade de lidar com um Congresso conservador, mas afirmou a seus auxiliares que não deve ser poupado quando houver sinal de revés na Câmara ou no Senado. Para o petista, sua entrada em campo, inclusive recorrendo a ministros que são deputados licenciados, pode ser decisiva em uma votação. Daqui para frente, quer sentir de perto o pulso do Congresso e ser claramente demandado pelos auxiliares se uma crise escalar.

O presidente ainda confessou que é preciso deixar a articulação política mais bem azeitada, e aposta nessas reuniões semanais de coordenação, às segundas-feiras, para afinar o entrosamento do time.

Participaram da reunião com Lula os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP); além dos ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Márcio Macêdo (Secretaria-geral); e dos secretários executivos Miriam Belchior (Casa Civil) e Dario Durigan (Fazenda). Os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Fernando Haddad (Fazenda) não participaram porque estão em viagens oficiais à China e ao Vaticano, respectivamente.

Apesar da queixa de não ter sido corretamente avisado da temperatura no Congresso, o presidente — diferentemente dos seus mandatos anteriores — tem se mostrado, neste terceiro governo, avesso a mergulhar na articulação política. Até parlamentares do PT reclamam da falta de acesso a Lula, e cobram portas abertas no gabinete e no Palácio da Alvorada para suas demandas.

Após a goleada da oposição na semana passada, porém, o presidente deve mudar. O ministro Alexandre Padilha sinalizou às lideranças, inclusive do PT, que Lula deve receber expoentes do Congresso nos próximos dias. Falta definir a data. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

“Engajamento pelo ódio” faz PT e PL ampliarem a base eleitoral; partidos de centro recuam.

Faltando pouco mais de quatro meses para as eleições municipais de 2024, o cenário dos filiados aptos a concorrerem ao pleito já está definido: são mais de 16 milhões de eleitores inscritos em 29 siglas. PL e PT se destacam em meio à polarização crescente no País e ganharam, juntos, cerca de 240 mil filiados em quatro anos. Em contrapartida, siglas de centro, como o União Brasil e MDB, sofreram com baixas nos títulos.

Os dados foram obtidos pelo jornal O Estado de S. Paulo a partir de informações divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foram comparados os meses de abril de 2020 e 2024, antes das respectivas eleições municipais. O prazo de filiação partidária para concorrer no pleito de outubro próximo se encerrou no dia 6 de abril. Nem todos os filiados, porém, apresentam pretensões eleitorais.

Pesquisas indicam que cerca de 70% das fichas assinadas nos últimos anos têm sido motivadas pelo engajamento nas atividades partidárias contra adversários políticos. O fenômeno, que ajuda a explicar o apelo a novas filiações partidárias mesmo em um cenário de desconfiança aos partidos tradicionais e à política em geral, tem sido chamado de “engajamento pelo ódio”.

Em números absolutos, o PT do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro foram os que mais cresceram em quatro anos. O Partido dos Trabalhadores teve saldo positivo de 118.795 filiados (7,7%), superando a marca de 1,6 milhão. Os petistas tentam recuperar o desempenho dos primeiros anos de governo Lula depois de apresentar o pior desempenho em 16 anos em 2020, com 186 prefeitos eleitos, e perder em todas as capitais.

O Partido Liberal, que deu uma guinada à direita com a entrada de Bolsonaro e seus aliados meses antes das eleições gerais de 2022, ampliou sua base em 121.566 (15,8%) em quatro anos, chegando a quase 900 mil filiados. O partido elegeu 344 prefeitos e prefeitas em 2020. Em 2024, terá a maior fatia do fundo eleitoral, pouco mais de R$ 878 milhões, e deve levar às urnas ao menos 20 parlamentares que atuam no Congresso. Uma das estratégias para ganhar votos é justamente rivalizar com aliados de Lula e do PT.

Legendas de centro

Alguns dos principais partidos considerados de “centro” em termos de orientação ideológica enfrentam redução contínua no número de filiados. É o caso do MDB, maior legenda do País, com mais de 2 milhões de eleitores inscritos. O partido perdeu 78 mil filiados em quatro anos, saldo negativo de 3,6%, mais acentuado do que a tendência geral, que é de queda de 0,76%.

O MDB faz parte da base de Lula, comandando três ministérios, mas deve estar em palanque oposto em cidades como São Paulo, governada pelo emedebista Ricardo Nunes. O PT fechou apoio ao seu principal opositor, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL).

Divulgação

Faltando pouco mais de quatro meses para as eleições municipais de 2024, o cenário dos filiados aptos a concorrerem ao pleito já está definido.

Outro grande partido a perder filiados desde a eleição municipal passada é o União Brasil. A legenda, que uniu DEM e PSL e tem como estrela o senador Sérgio Moro, fechou abril com 359.390 filiados a menos do que a soma dos dois partidos em 2020 — queda de 24,6%, pior desempenho do levantamento. Uma explicação possível é o fato de Bolsonaro ter vencido as eleições de 2018 pelo PSL, mas depois ter abandonado a sigla em uma disputa de controle com o então presidente do partido, Luciano Bivar.

Há exceções na lista, como PSD e Republicanos, que têm atraído prefeitos em todo o Brasil. O partido de Gilberto Kassab (PSD) teve saldo positivo de 60.958 filiados no período, alta de 15%. O Republicanos, sigla ligada à Igreja Universal do Reino de Deus e que ainda conta com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, teve crescimento de 86.945 inscritos, cerca de 18%. Os partidos têm se mostrado competitivos em um cenário de crise do PSDB no Estado. Os tucanos amargam saldo negativo de 71.156 eleitores, o que representa queda de 5,16% em quatro anos.

Os maiores crescimentos percentuais foram em partidos ideológicos, de menor porte, como UP, PCO, PSOL, Rede e Novo. Eles são beneficiados por uma base de comparação menor do que as grandes legendas. O Novo conseguiu reverter a tendência de queda observada nos anos recentes ao aceitar o uso de recursos públicos em campanha e rodar o Brasil com o “embaixador” Deltan Dallagnol, deputado federal cassado que se notabilizou como procurador da força-tarefa da Lava Jato, em Curitiba. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Aliados de Bolsonaro racham sobre ataques de Silas Malafaia a Tarcísio de Freitas e expõem crise sobre as eleições de 2026.

Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) estão divididos sobre os ataques do pastor Silas Malafaia ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Uma ala ameniza as críticas e diz que o ex-ministro integra o bolsonarismo. Outros conselheiros do ex-presidente, porém, endossam a fritura. Assim como Malafaia, esse grupo vê na aproximação de Tarcísio com o Poder Judiciário uma estratégia de se cacifar para a próxima disputa presidencial. Procurados, ex-presidente e governador não comentaram.

O racha antecipa a crise que pode afetar o bolsonarismo em 2026. Sem enxergar um sucessor imediato ao ex-presidente, o PL articula no Congresso uma anistia à inelegibilidade de Bolsonaro. Enquanto ele segue fora do jogo, cresce a disputa pelo espólio. Pesquisa Quaest divulgada em maio mostra Tarcísio como a figura mais forte da direita para enfrentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apesar da resistência parcial

Reprodução

Em declarações públicas, o pastor Silas Malafaia tem lançado desconfiança sobre o governador de São Paulo.

no segmento.

Em declarações públicas, Malafaia tem lançado desconfiança sobre Tarcísio. Sugere uma suposta articulação do governador com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, para que Bolsonaro permaneça inelegível, abrindo espaço para um voo presidencial do ex-ministro.

"Em que lugar público o Tarcísio falou que a inelegibilidade de Bolsonaro é uma vergonha? Que a inelegibilidade Bolsonaro é perseguição pura do senhor Alexandre de Moraes?", disse Malafaia à Coluna do Estadão, do jornal O Estado de S. Paulo, nessa quarta-feira (5). "Eu tenho uma máxima: amigo do meu inimigo não é meu amigo", prosseguiu.

Um parlamentar com acesso direto ao gabinete de Bolsonaro no PL amenizou a situação. Sob reserva, argumentou que Tarcísio dá recorrentes demonstrações de fidelidade, e assegurou que o ex-presidente não está incomodado com a atuação do governador.

No outro flanco, influente conselheiro de Bolsonaro definiu o ataque de Malafaia a Tarcísio como "irretocável". Também afirmou que o governador tem "nojinho" dos deputados bolsonaristas de São Paulo e evita os aliados do ex-presidente. Esse interlocutor criticou ainda a presença do ex-ministro em um jantar na casa do apresentador Luciano Huck, crítico ao bolsonarismo.

Apesar das críticas, a avaliação no núcleo descontente com Tarcísio é de que ele "ainda não" — nas palavras de uma fonte do grupo — pode ser considerado traidor, mas alguém sem "sinergia" com o bolsonarismo.

O principal incômodo dessa ala é com a aliança entre Tarcísio e o presidente do PSD, Gilberto Kassab, secretário estadual de governo. Também pesa o fato de se manter nas fileiras do Republicanos, e não ter oficializado a transferência para o PL. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Deputado que esteve em atos com Bolsonaro será relator da proposta de anistia aos presos do 8 de Janeiro.

O deputado federal Rodrigo Valadares (União-SE), que já participou de atos em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), será o novo relator da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Anistia na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Ele foi escolhido pela presidente do colegiado, a deputada Caroline de Toni (PL-SC), para fazer o relatório que pode garantir a anistia dos presos pelos ataques antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023. O próprio Bolsonaro foi alvo da Operação Tempus Veritatis, deflagrada pela Polícia Federal, que investiga a suspeita de atuação de uma organização criminosa na tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito.

Também é de Valadares a autoria de outra PEC, que condiciona o cumprimento de medidas judiciais contra parlamentares à aprovação da Mesa Diretora da Câmara ou do Senado, a chamada de PEC da Blindagem.

Bolsonarista de primeira-hora, Caroline de Toni já defendeu publicamente a anistia

Divulgação

O deputado federal Rodrigo Valadares também é autor da chamada de PEC da Blindagem.

aos presos por invasões aos prédios dos três poderes e atos de vandalismo em 8 de janeiro. Ao comentar a escolha por Valadares, ela afirmou que ”o critério foi técnico”.

“Tivemos um critério técnico, escolhemos uma pessoa formada em direito, que tem noção do processo penal e do devido processo legal. Diante da gravidade dos fatos, resolvemos fazer a designação dessa relatoria para que seja analisado ainda este ano na Comissão de Constituição e Justiça”, disse a parlamentar. Entretanto, não há previsão para que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) paute o tema em plenário. Questionado sobre a escolha, líder afirmou que não comentaria escolhas e votações de comissões da Casa.

A proposta

O texto, que será relatado por Valadares, reúne outras seis propostas com teor semelhante.

Pela proposta central, ficariam anistiados “todos os que participaram de manifestações com motivação política e/ou eleitoral, ou as apoiaram, por quaisquer meios, inclusive contribuições, doações, apoio logístico ou prestação de serviços e publicações em mídias sociais e plataformas”.

A anistia valeria para possíveis delitos ocorridos entre 30 de outubro de 2022, data do segundo turno das eleições presidenciais, e o dia de entrada em vigor da eventual lei.

O benefício não poderá ser concedido, por exemplo, para:

– tortura;

– tráfico ilícito de entorpecentes e drogas;

– terrorismo;

– crimes hediondos;

– e crimes contra a vida.

Poderá, porém, alcançar multas aplicadas pela Justiça Eleitoral ou comum às pessoas físicas e jurídicas em decorrência das manifestações antidemocráticas.

Para virar lei, a proposta precisará ser aprovada pela CCJ e, depois, pelo plenário principal da Câmara dos Deputados. Na sequência, será submetida à análise do Senado. Por fim, se aprovada nas duas Casas, terá de ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). As informações são do jornal O Globo e do portal de notícias G1.

Supremo pode decidir se chamar rival de "nazista" ou "fascista" configura crime de calúnia; entenda.

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou na terça-feira (4) um julgamento que pode estabelecer um precedente para casos em que, durante uma discussão política, haja menção a um adversário como “nazista” ou “fascista”.

A Primeira Turma da Corte está debatendo a aceitação de uma denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) que implica o deputado federal José Nelto (PP-GO). Em junho de 2023, Nelto disse em entrevista que o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO) era “fascista”, “nazista”, “idiota” e que tinha ido a Brasília para “bater em uma enfermeira”.

Antonio Augusto/SCO/STF

Primeira Turma da Corte está debatendo a aceitação de uma denúncia da Procuradoria-Geral da República.

Gayer protocolou uma queixa-crime contra Nelto, que acabou denunciado pela PGR. Segundo o Ministério Público, a fala do deputado “ultrapassou os limites da liberdade de expressão e os contornos da imunidade parlamentar”.

No Supremo, a relatora do caso é a ministra Cármen Lúcia, que votou pelo recebimento da denúncia, configurados os crimes de calúnia e injúria. Flávio Dino, por outro lado, votou pela procedência da queixa, mas apenas pelo crime de calúnia, expresso na menção de agressão a uma enfermeira.

Para o ex-ministro da Justiça, a qualificação de um adversário como “nazista” ou “fascista” se enquadra em “um certo debate político”, que está resguardado pela imunidade parlamentar.

“Eu considero que a palavra nazista, fascista, não possui o caráter de ofensa pessoal ao ponto de caracterizar calúnia, injúria, difamação. É uma corrente política estruturada, na sociedade, no planeta”, disse Dino.

“Nazista, fascista, extrema-direita, extremista, é ‘da ditadura’, apoiou a ditadura militar, não apoiou, defende a democracia, defende o comunismo, é a favor do Muro de Berlim, essas coisas todas, que são ditas há décadas, fazem parte, infelizmente, de um certo debate político, entre aspas, normal. Mas dizer que alguém matou, agrediu outrem a meu ver não se encontra, a princípio, acobertado pela imunidade”, afirmou o ministro do STF.

Cármen Lúcia, em réplica a Dino, mencionou que, no momento de recebimento da denúncia, são exigidos indícios mínimos para a ocorrência de uma conduta criminosa, o que estaria configurado pela “carga histórica” do termo “nazista”.

“Quando se fala que o ‘fulano’, especialmente, é nazista, com a carga histórica do que representou, na Segunda Guerra Mundial, naquela fase toda, isso vem com uma carga que traz também uma série de comportamentos atribuíveis”, disse a ministra.

“Não me pareceu que, no primeiro momento, já de pronto, (a qualificação de ‘nazista’) pudesse ser considerado algo regular, legítimo e que não caracteriza qualquer ilícito”.

Do contrário, argumentou a ministra, poderia haver a sinalização de que o uso do termo é inconsequente, o que traria impactos ao debate político, sobretudo em ano de eleições municipais.

“Se eu retiro isso, porque não é nem considerado injúria, isto vai ser eventualmente praticado em um ambiente eleitoral com consequências”, afirmou Cármen Lúcia. Na sequência, o ministro Alexandre de Moraes pediu vista, interrompendo o julgamento da petição.

“Ficamos surpresos”, diz advogado de família indiciada por ofender Alexandre de Moraes no aeroporto de Roma.

Antônio Augusto/Secom/TSE

A família é acusada de ofender o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

O advogado Ralph Tórtima Filho, que defende a família acusada de ofender o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, afirmou que tanto os clientes quanto a defesa se surpreenderam com o novo relatório aberto pela Polícia Federal (PF) sobre o caso. Segundo o jurista, a reabertura do caso causou estranheza visto que não é comum que sejam feitos dois relatórios para um mesmo inquérito.

Tórtima também afirma que o novo relatório com o indiciamento dos acusados é excessivamente opinativo. “A valoração das provas não cabe ao policial, e, sim, ao juiz”, afirmou. O delegado da PF que estava tocando o caso e é responsável pela nova redação é Thiago Severo de Rezende, que foi nomeado para um cargo em uma missão de dois anos em Haia, na Holanda.

Antes que Rezende assumisse o caso, o delegado da PF que tocava as investigações era Hiroshi de Araújo Sakaki. Após meses de inquérito, Sakaki decidiu não indiciar nem o empresário Roberto Mantovani Filho, 71 anos, nem seus familiares.

Segundo a PF, as razões eram a instrução normativa nº 255, que proíbe a PF de indicar crimes de menor potencial ofensivo, como a injúria. Além disso, é necessário que o crime esteja incluído no rol de contravenções passíveis de extradição para que se aplique da legislação brasileira em casos que ocorreram no exterior. A injúria não está na lista.

Após a finalização das investigações, o caso foi enviado à Procuradoria-Geral da República (PGR), que pediu que Mantovani fosse ouvido novamente. A defesa do empresário pediu que, antes da nova oitiva, os advogados tivessem acesso aos vídeos do aeroporto de Roma e aos conteúdos extraídos do celular de Mantovani. Segundo Tórtima, as provas não foram anexadas aos autos do processo.

Em vez disso, diz o advogado, escolheu-se abrir um novo relatório - que é uma prática incomum, nas palavras dele - repleto de juízos de valor sobre as imagens. Além disso, não há novidade em relação ao relatório anterior. ““Não há nenhuma prova nova, nenhum indício novo, absolutamente nada! De novo, só o delegado”, afirmou. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Entenda o artigo usado pelo Supremo para tornar o senador Sérgio Moro réu por calúnia contra o ministro Gilmar Mendes.

Jefferson Rudy/Agência Senado

Em abril de 2023, viralizou nas redes sociais um vídeo de Moro, em uma festa, mencionando comprar um "habeas corpus do Gilmar Mendes".

O artigo 41 do Código de Processo Penal foi usado como base pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) para receber, por unanimidade, uma denúncia contra o senador Sérgio Moro (União-PR), por calúnia contra um dos ministros do tribunal, Gilmar Mendes.

A calúnia é um dos crimes contra a honra e consiste em atribuição falsa de crime. Em abril de 2023, viralizou nas redes sociais um vídeo de Moro, em uma festa, mencionando comprar um "habeas corpus do Gilmar Mendes".

O artigo diz que "a denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas".

Por causa da fala, os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino enxergaram indícios de que o senador atribuiu a prática do crime de corrupção passiva ao ministro Gilmar Mendes, ao sugerir que ele venderia sentenças.

A denúncia foi assinada pela vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo. Ela pede a condenação de Moro pelo crime e cita como agravante o fato de a declaração em questão ter sido feita contra um funcionário público, na presença de várias pessoas. A PGR requer ainda a reparação em valores e a perda do mandato do senador, caso condenado a pena superior a quatro anos.

Todos os ministros seguiram o voto da relatora do caso, a ministra Cármen Lúcia. Ela entendeu que a peça acusatória atende aos requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal. A defesa do senador Sérgio Moro havia afirmado haver violação do mesmo artigo do código, uma vez que, na denúncia, a PGR cita falas proferidas em "data, hora e local incertos".

A relatora do caso, ministra Cármen Lúcia, contrariando a defesa de Moro, avaliou que a ação deveria correr no Supremo, e não em primeira instância. Isso porque, quando o vídeo foi divulgado, Sérgio Moro já estava no exercício do cargo de senador.

O ministro Gilmar Mendes reverteu diversas decisões tomadas pelo ex-juiz no âmbito da Operação Lava Jato.

Após se tornar réu, Moro afirmou que, no decorrer do processo, a defesa dele demonstrará a total improcedência da acusação. As informações são da CNN.

“Não se preocupe tanto”, diz Sérgio Moro à mulher após virar réu por calúnia.

O senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) tentou na terça-feira (4) tranquilizar a esposa, a deputada Rosângela Moro (União Brasil-PR), em uma mensagem enviada após a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tornar o ex-juiz da Operação Lava-Jato réu por calúnia contra o ministro Gilmar Mendes.

Em conversa de WhatsApp, registrada por repórteres fotográficos que estavam no plenário do Senado, Moro diz à cônjuge que será processado por calúnia e que a pena, em caso de condenação, pode ser superior a quatro anos, embora esse tempo de punição seja ”altamente improvável”.

”Ish, aonde vc está? (sic)”, pergunta Rosângela Moro ao marido, que diz que está no plenário do Senado. E Moro acrescenta:

”Não se preocupe tanto”.

Moro foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao STF pelo crime de calúnia, após um vídeo viralizar mostrando o senador em um evento social e falando em ”comprar um habeas corpus” de Gilmar Mendes.

Relatora do caso, a ministra Cármen Lúcia entendeu que há elementos para a abertura de uma ação penal contra o senador. Os demais ministros da Primeira Turma – Flávio Dino, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Alexandre de Moraes – concordaram com o voto da relatora.

Ou seja, a decisão de tornar Moro réu por calúnia contra Gilmar Mendes foi tomada por unanimidade.

Em uma rede social, o ex-juiz da Lava Jato disse que a frase sobre o ministro do STF foi uma ”piada” durante brincadeira de festa junina. Ele também alegou que o fato ocorreu antes de ele ser eleito senador da República. E que a gravação do momento foi realizada e divulgada sem sua autorização.

”O recebimento da denúncia não envolve análise do mérito da acusação e no decorrer do processo a minha defesa demonstrará a sua total improcedência”, declarou Moro na rede X.

Código Penal

O artigo 41 do Código de Processo Penal foi usado como base pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) para receber, por unanimidade, uma denúncia contra o senador. A calúnia é um dos crimes contra a honra e consiste

Saulo Cruz/Agência Senado

A decisão de tornar Moro réu por calúnia contra Gilmar Mendes foi tomada por unanimidade.

em atribuição falsa de crime.

O artigo diz que “a denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas”.

Por causa da fala, os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino enxergaram indícios de que o senador atribuiu a prática do crime de corrupção passiva ao ministro Gilmar Mendes, ao sugerir que ele venderia sentenças.

A denúncia foi assinada pela vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo. Ela pede a condenação de Moro pelo crime e cita como agravante o fato de a declaração em questão ter sido feita contra um funcionário público, na presença de várias pessoas. A PGR requer ainda a reparação em valores e a perda do mandato do senador, caso condenado a pena superior a quatro anos.

Todos os ministros seguiram o voto da relatora do caso, a ministra Cármen Lúcia. Ela entendeu que a peça acusatória atende aos requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal. A defesa do senador Sérgio Moro havia afirmado haver violação do mesmo artigo do código, uma vez que, na denúncia, a PGR cita falas proferidas em “data, hora e local incertos”. As informações são do portal de notícias G1 e da CNN.

Votação da PEC das Drogas é adiada em comissão da Câmara dos Deputados; veja a punição que ela prevê para usuário e traficante.

Deputados governistas que integram a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados conseguiram adiar a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que inclui a criminalização do porte de drogas na Constituição, independentemente da quantidade. Um pedido conjunto de vista foi feito à presidente do colegiado, a deputada Caroline de Toni (PL-SC). Com isto, será necessário um prazo de duas sessões para apreciação do texto. A expectativa é que a PEC possa ser votada na CCJ já na próxima terça-feira (11).

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Deputados governistas que integram a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados conseguiram adiar a votação.

Ainda que haja uma diferenciação de penas entre traficante e usuário, caso a proposta seja aprovada no Congresso Nacional, o usuário infrator que for pego, mesmo que com uma quantidade mínima, terá que fazer tratamento contra dependência e cumprir penas alternativas à prisão.

– O que diz a proposta do Congresso sobre drogas? O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), protocolou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata de endurecer a legislação antidrogas no Brasil. O texto aprovado pelo Senado passou por alterações e adiciona um parágrafo na Constituição Federal. A PEC incorporará à Carta Magna que a posse e porte de drogas é crime, independentemente da quantidade de entorpecente ou droga. Há, porém a distinção entre usuário e traficante.

– Qual a diferença entre traficante e usuário segundo a PEC? A PEC diz que a diferença entre traficante e usuário será feita observando "circunstâncias fáticas do caso concreto", o que deverá cabe ao julgador de cada caso. O usuário não será preso, mas terá que cumprir pena alternativa e tratamento contra dependência.

– O que diz a proposta aprovada no Senado: A PEC altera um trecho do artigo 5º da Constituição Federal: "A lei considerará crime a posse e o porte, independentemente da quantidade, de entorpecentes e drogas afins, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, observada a distinção entre traficante e usuário por todas as circunstâncias fáticas do caso concreto, aplicáveis ao usuário penas alternativas à prisão e tratamento contra dependência".

– O que diz a legislação atual sobre drogas? A lei antidrogas em vigor diz que é crime para o usuário comprar, guardar, transportar ou carregar drogas para consumo próprio. O usuário pode ser submetido às penas de advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços comunitários ou medida educativa de comparecimento a um programa ou curso por cinco meses. Caso reincidente, ele precisará cumprir por dez meses.

Se o usuário se recuse injustificadamente, o juiz pode submetê-lo a admoestação verbal e multa. O crime de tráfico é passível cinco a 15 anos de prisão e multa. As informações são dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo.

Câmara dos Deputados pauta urgência de projeto que equipara aborto a homicídio.

Está na pauta do plenário da Câmara dos Deputados o pedido de urgência para votação do Projeto de Lei nº 1.904/2024, que equipara ao crime de homicídio simples o aborto realizado a partir de 22 semanas de gestação. Com isso, a pena máxima para quem realiza o procedimento pode aumentar de dez para 20 anos de prisão.

Além disso, o texto fixa em 22 semanas de gestação o prazo máximo para interrupção legal da gravidez. Hoje em dia, a lei permite o aborto nos casos de estupro; de risco de vida à mulher e de anencefalia fetal (quando não há formação do cérebro do feto). Atualmente, não há no Código Penal um prazo máximo para o aborto legal.

De autoria do deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), a proposta conta com a assinatura de 32 parlamentares. Caso o pedido de urgência seja aprovado, o texto pode ser apreciado no Plenário a qualquer momento, sem necessidade de passar pelas comissões da casa, o que agiliza a tramitação da medida.

Ag. Câmara

Atualmente, não há no Código Penal um prazo máximo para o aborto legal.

Atualmente, o aborto não previsto em lei é punido com penas que variam de um aos três anos, quando provocado pela gestante ou com seu consentimento, e de três a dez anos, quando feito sem o consentimento da gestante. Caso o projeto seja aprovado, a pena máxima para esses casos passa a ser de 20 anos nos casos de cometido acima das 22 semanas, igual do homicídio simples previsto no artigo 121 do Código Penal.

Ao justificar o projeto, o deputado Sóstenes sustentou que "como o Código Penal não estabelece limites máximos de idade gestacional para a realização da interrupção da gestação, o aborto poderia ser praticado em qualquer idade gestacional, mesmo quando o nascituro já seja viável".

Ainda segundo o parlamentar, o aborto após 22 semanas deve ser encarado como homicídio. "Quando foi promulgado o Código Penal, um aborto de último trimestre era uma realidade impensável e, se fosse possível, ninguém o chamaria de aborto, mas de homicídio ou infanticídio", destacou.

O projeto deve sofrer resistência no plenário. A liderança do bloco PSOL/PV, deputada federal Erika Hilton (PSOL/SP), sustentou a Agência Brasil que o texto busca criminalizar vítimas de estupro que têm direito ao aborto legal.

"Para a extrema-direita, crianças sendo mães ou na cadeia após sofrerem um estupro deve ser a normalidade no Brasil", disse a parlamentar, acrescentando que os defensores do projeto querem "que estupradores tenham direito a serem pais, enquanto colocam na cadeia crianças, mulheres e pessoas que gestam que sofreram a pior violências de suas vidas".

Ainda segundo a liderança, a medida penaliza servidores da saúde que atuam pra cuidar das mulheres e crianças vítimas de estupro que buscam acesso ao cuidado e acolhimento no sistema de saúde.

Veja perguntas e respostas sobre a polêmica da PEC das Praias que pode "privatizar" terrenos à beira-mar.

O Senado iniciou a discussão de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que gerou polêmica. A PEC das Praias, como vem sendo chamada, passou a ser considerada como um mecanismo para privatizar as áreas à beira-mar, que pertencem à União. Também foi dito que a PEC regularizaria todo o Complexo da Maré, conjunto de comunidades no Rio de Janeiro.

A polêmica cresceu ainda mais depois que a atriz Luana Piovani e o jogador Neymar trocaram farpas nas redes sociais por causa da PEC. O jogador de futebol anunciou parceria com uma construtora para um condomínio na beira do mar.

O texto no Senado foi discutido numa audiência pública. Ainda está longe de ser analisado por comissões e pelo plenário. Depois da repercussão ruim do debate, o próprio presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), indicou que a matéria não está entre as prioridades de votação.

– Como é hoje? As áreas à beira-mar de que trata a PEC são chamadas de terrenos de marinha. Correspondem a uma faixa que começa 33 metros depois do ponto mais alto que a maré atinge. Ou seja, esses terrenos não abrangem a praia e o mar, região geralmente frequentada pelos banhistas. Essa parte continuaria pública. Os terrenos de marinha correspondem a uma camada mais atrás da praia, onde ficam geralmente hotéis e bares.

São uma faixa de terra contada a partir do ponto mais alto da marés- delimitada ainda no Brasil Colônia, em 1831. Rios e lagos que sofrem influência das marés são também considerados.

Os lotes correspondem a 48 mil km em linha reta e representam 70% de todas as áreas em nome do governo federal.

Pela legislação atual, a União, dona dos terrenos de marinha, pode permitir que pessoas e empresas usem e até transmitam as terras aos seus herdeiros. Mas, para isso, esses empreendimentos têm que pagar impostos específicos.

– Como ficaria com a PEC? O texto discutido no Senado prevê a autorização para a venda dos terrenos de marinha a empresas e pessoas que já estejam ocupando a área.

Pelo projeto, os lotes deixariam de ser compartilhados, entre o governo e quem os ocupa, e teriam apenas um dono, como um hotel ou resort.

Conforme o texto, só permaneceriam com o governo áreas ainda não ocupadas e locais onde são prestados serviços públicos, como portos e aeroportos, por exemplo.

– Isso significa privatização? A diretora de Oceano e Gestão Costeira do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ana Paula Prates, explica que o projeto abre brecha para "privatizar o acesso à praia, e não a praia em si", já que a parte frequentada pelos banhistas continuaria com a União.

Para a especialista, a proposta não prevê a "privatização direta" das praias, mas possibilita que uma empresa cerque o terreno e impeça a passagem de banhistas na faixa de areia, como já é visto hoje em alguns resorts.

"São áreas de restinga, mangues, dunas, pedaços de praia mais para cima, entradas de rios. São locais que vivem sob a influência da maré e têm ligação direta com o aumento do nível do mar. Esses terrenos são a salvaguarda para a adaptação da mudança do clima", disse Prates ao portal de notícias G1.

O relator da proposta no Senado, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), diz que o texto vai permitir a transferência de 8,3 mil casas para moradores do Complexo da Maré e para quilombolas da Restinga de Marambaia – ilha também localizada no estado do Rio.

Fernando Frazão/Agência Brasil

A PEC das Praias, como vem sendo chamada, passou a ser considerada como um mecanismo para privatizar as áreas à beira-mar, que pertencem à União.

O senador pontua que haverá um aumento da arrecadação de impostos pelo governo e da geração de empregos nas regiões.

"Olhem só o mundo de arrecadação que tem para a União. Nas utilizações dos imóveis, tem aqui os valores discriminados. Pessoa física: R$ 42 bilhões; pessoa jurídica: R$ 67 bilhões; setor hoteleiro: R$1,7 bilhão; ramo imobiliário: quase R$24 bilhões. Imaginem, se houvesse a cessão onerosa dessas propriedades, o quanto que a União não arrecadaria com isso, muito mais", afirmou o parlamentar na audiência pública.

– Quem critica? Quem é contra, a exemplo do Painel Mar, plataforma que reúne sociedade civil e entidades governamentais, argumenta não fazer sentido vender lotes que podem "deixar de existir no futuro" por causa do aumento do nível do mar. Dados da Universidade de São Paulo (USP) mostram que a elevação é de cerca de 4 milímetros por ano.

Além disso, segundo o grupo de estudos, a proteção dos mangues e restingas ajuda a enfrentar as mudanças climáticas, pois essas áreas funcionam como uma barreira natural, que ameniza a gravidade de situações como a vivida no Rio Grande do Sul, assolado pelas enchentes.

– Quem defende? Além de Flávio Bolsonaro, quem também defende o texto é o deputado Alceu Moreira (MDB-RS), que relatou o texto na Câmara, onde a matéria já foi aprovada.

Segundo ele, o projeto vai fomentar investimento em praias que se tornaram "verdadeiros cortiços no litoral do Brasil" e criar empregos para milhares de pessoas.

"Não estamos oportunizando nenhum negócio imobiliário a quem quer que seja, não estamos autorizando a privatização de praia alguma. Absolutamente nada.", afirmou o deputado. As informações são do portal de notícias G1.

Ministro do Turismo foi a favor da PEC das Praias em 2022, quando era deputado.

O Ministro do Turismo, Celso Sabino, votou a favor da PEC das Praias em fevereiro de 2022, quando ainda era deputado federal pelo União Brasil, representando o Pará. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) prevê a transferência de terrenos de marinha para Estados, municípios ou proprietários privados.

A PEC 3/2022, conhecida como PEC das Praias, foi aprovada na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2022 e estava parada na CCJ do Senado desde agosto de 2023. A proposta, de autoria do ex-deputado federal Arnaldo Jordy (Cidadania-PA), conta com parecer favorável do relator, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Além de Sabino, outros ministros do governo Lula, que eram deputados em 2022, também votaram a favor da PEC. Veja quem são:

– André Fufuca - ministro dos Esportes;

– Juscelino Filho - ministro das Comunicações;

– Silvio Costa Filho - ministro de Portos e Aeroportos;

– e André de Paula - ministro da Pesca.

Reprodução

A proposta prevê a transferência de terrenos de marinha para Estados, municípios ou proprietários privados.

Governo é contra

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse na segunda-feira, 3, que o governo Lula (PT) é contra a PEC.

"A proposta nem foi aprovada na CCJ ainda. O governo tem posição contrária a essa proposta. O governo é contrário a qualquer programa de privatização das praias públicas que cerceiam o povo brasileiro. Do jeito que está a proposta, o governo é contrário", disse Padilha a jornalistas.

Questionado sobre a audiência de senadores do governo na discussão, Padilha relativizou dizendo que era uma discussão e o tema não estava em votação. A audiência pública é um debate sobre o assunto, quando não há votação sobre a proposta. Com a repercussão polêmica da PEC, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) sinalizou que o texto não está entre as prioridades de votação.

"Foi feita uma audiência pública que deu visibilidade ao tema. A audiência pública deu pauta, teve até Luana Piovani e Neymar discutindo sobre isso. Foi uma audiência pública, não foi votação. Foi bom o requerimento. Deu visibilidade a um tema que vocês não estavam acompanhando até a Luana Piovani e o Neymar entrarem no tema", disse Padilha reforçando a posição contrária do governo ao tema. As informações são do portal de notícias Terra.

“Não estou levando dinheiro do Neymar”, diz Flávio Bolsonaro ao chamar "privatização de praias" de fake news.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou que vai fazer mudanças na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que ficou conhecida como “PEC das Praias”, para deixar claro que o texto não vai autorizar a privatização de trechos da costa brasileira. Relator do projeto no Senado, ele negou estar atendendo a interesses pessoais com a pauta.

Jefferson Rudy/Agência Senado

Flávio negou estar atendendo a interesses pessoais com a pauta.

“Não sou proprietário de área beneficiada, não estou levando dinheiro do Neymar nem do empreendimento que ele fará. Isso é narrativa. Quero desconstruir a fake news de privatização das praias”, disse o senador em entrevista ao jornal O Globo.

Segundo o senador, o objetivo da PEC é extinguir tributos cobrados desde o século 19 e estimular novos investimentos no setor de turismo no País. “ acabar com o foro, o laudêmio e a taxa de ocupação, a fim de dar segurança jurídica para que as pessoas possam ser de fato as proprietárias”, afirmou ao jornal.

A PEC prevê a transferência dos chamados “terrenos de marinha” para estados, municípios ou proprietários particulares (entenda os principais pontos do projeto). O projeto, que atualmente está sendo discutido no Senado, causou controvérsia após opositores e ambientalistas entenderem que o texto abre a possibilidade de terrenos no litoral que atualmente pertencem à União sejam privatizados.

Atualmente, a União permite que proprietários particulares, sejam pessoas ou empresas, usem e transmitam os “terrenos de marinha”, desde que paguem o laudêmio, uma taxa que deixaria de existir se a PEC for aprovada.

Segundo Flávio Bolsonaro, as praias não serão bloqueadas se a PEC for promulgada. “Já existe o direito de passagem hoje em dia, que torna obrigatório a um proprietário privado garantir o acesso a uma coisa pública como a praia”, disse ao Globo.

A Constituição Federal prevê que esses terrenos são bens da União, sem nenhuma relação com a Marinha das Forças Armadas. Segundo estimativas da Secretaria de Gestão do Patrimônio da União (SPU), existem cerca de 2,9 milhões de imóveis localizados em terrenos de marinha.

Destes, atualmente, o Ministério da Gestão e Inovação possui um total de 564 mil imóveis cadastrados, resultando em uma arrecadação de R$ 1,1 bilhão em taxas no ano de 2023. As propriedades estão localizadas a partir de uma faixa de 33 metros para dentro do continente, a partir da linha de preamar média, que leva em consideração as marés máximas registradas em 1831.

A PEC, por sua vez, propõe o fim do laudêmio para aqueles que adquirirem 17% da participação que a União possui nos imóveis.

Nova norma permite aos Estados Unidos deportar imigrantes ilegais, inclusive brasileiros, em questão de horas.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou na terça-feira (4) novas medidas para barrar a chegada de imigrantes que entram de forma ilegal no país atravessando a fronteira com o México.

Atualmente, quem chega irregularmente aos EUA pode solicitar o visto de asilo e, se provar que sofre perseguição ou está em fuga de uma situação de conflito, consegue obter essa condição.

Agora, as pessoas que cruzam a fronteira de forma irregular não poderão receber a condição de exilados, a não ser em condições especiais. Se o número de imigrantes cair para 1.500 por dia, a nova regra é temporariamente suspensa. Caso o número suba para 2.500 por dia, em média, durante uma semana, a regra volta a valer.

O presidente Biden afirmou que a ideia é tentar baixar o fluxo de imigrantes para que o sistema do governo dos EUA dê conta de gerenciar a quantidade de pedidos. Ele afirmou que aqueles que vão aos EUA com uma data agendada para uma entrevista formal ainda poderão receber asilo.

Para os demais, a deportação poderá ocorrer dentro de dias ou até mesmo horas, segundo a mídia dos EUA. Essas pessoas serão expulsas de volta para o país de origem ou para o México.

Essas medidas devem impactar os brasileiros que tentam entrar nos EUA de forma ilegal.

De acordo com estimativas do Departamento de Segurança Interna dos EUA (DHS, na sigla em inglês), 230 mil brasileiros entraram de forma ilegal no país. No ranking das nacionalidades com os maiores números de imigrantes não autorizados, o Brasil ficou em 8º. O relatório foi divulgado em abril deste ano, e os números são relativos a 2022.

Esses números não são apenas os de pessoas que entraram pela fronteira com o México, mas, sim, de qualquer maneira irregular.

Segundo o jornal "The Washington Post", desde que Biden assumiu o governo, há um acordo entre EUA e México pelo qual parte dos irregulares é expulsa de volta para o México – mesmo se não forem mexicanos.

No entanto, o México recebe preferencialmente pessoas da América Central, especialmente cubanos e haitianos, além de venezuelanos.

Por isso, os EUA precisam deportar rapidamente as pessoas de outras nacionalidades, inclusive de países da América do Sul, como o Brasil. Para fazer isso, há desafios logísticos: é preciso acomodar os imigrantes em centros e depois organizar voos de deportação.

Reprodução

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou novas medidas para barrar a chegada de imigrantes.

Eventualmente, as autoridades agendam uma audiência na Justiça e permitem que as pessoas fiquem em território dos EUA para que elas aguardem a data do compromisso no tribunal em liberdade.

A medida anunciada por Biden, a mais radical dentro da política migratória de sua gestão até agora e as mais duras dos últimos governos democratas, é vista como uma tentativa de angariar mais votos de um eleitorado insatisfeito com os recordes recentes de entrada de imigrantes no país.

As regras foram baixadas por meio de uma ordem executiva – uma espécie de decreto que só pode ser derrubado por vias judiciais. No início de sua gestão, o presidente dos EUA assinou uma ordem executiva reabrindo as fronteiras com o México, fechadas por Trump na época da pandemia, e congelando as deportações na época.

As ações, segundo a Casa Branca, só entrarão em vigor "quando níveis elevados de chegadas na fronteira sul excedam a nossa capacidade" de receber o número de pessoas.

O governo Biden argumentou que o pacote "facilitará a imigração legal para remover aqueles sem base legal" para entrar no país. As informações são do portal de notícias G1.

Saiba por que as eleições na Índia importam para o Brasil e o mundo.

Os olhos do mundo inteiro se voltaram para a Índia na terça-feira (4). Após um processo eleitoral que durou meses, o partido nacionalista hindu Bharatiya Janata (BJP), do atual primeiro-ministro Narendra Modi, teve sua vitória confirmada pela terceira eleição seguida — ainda que menos expressiva do que esperado. Embora à primeira vista o futuro da agora nação mais populosa do mundo pareça irrelevante ao Brasil, os países compartilham algumas agendas em comum no xadrez político global, a começar pelo equilíbrio de forças no Brics, que dobrou seu número de membros em janeiro.

Membro original do grupo de potências emergentes (ao lado de Brasil, Rússia e China, e mais posteriormente África do Sul), o papel da Índia hoje nos Brics é bem parecido com o brasileiro em sua busca por protagonismo no chamado Sul Global. Durante a cúpula de líderes em Johannesburgo no ano passado, os dois eram contra a expansão do número de membros temendo a diluição do seu poder e o aumento da influência chinesa.

Voto vencido, o Brasil havia conseguido articular ao menos a entrada da Argentina para ter um parceiro ao seu lado, mas a eleição de Javier Milei derrubou os planos, e o vizinho retirou sua adesão um mês antes de ser oficializada. No final, entraram Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Egito e Irã — todos com laços com Pequim, alguns com a Rússia e a África do Sul, mas nenhum muito relevante ao Brasil ou à Índia.

A nova formação dos Brics, com países sob sanção dos Estados Unidos e a participação de ditaduras do Golfo Pérsico, levou muitos analistas a considerarem o grupo um contraponto do Sul Global ao G7 (grupo das maiores economias do mundo, formado por EUA, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido).

Do ponto de vista geopolítico, realmente interessa tanto ao Brasil quanto à Índia uma reforma da governança global que dê mais poderes aos emergentes — ambos pleiteiam uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, por exemplo.

Economicamente, no entanto, Brasília e Nova Déhi rejeitam qualquer narrativa que prejudique seus comércios com o Ocidente. Ao contrário, quanto mais opções de parceiros, melhor.

“No caso de países como o Brasil e a Índia, que não têm uma ambição de impor suas moedas como hegemônicas, se o sistema se tornar multipolar, aumenta a capacidade deles de barganha”, analisou Daniel Sousa, economista e apresentador do podcast Petit Journal, em entrevista ao jornal O Globo em janeiro.

Na mira do mundo

No caso da China, a disputa ultrapassa as esferas do Brics. Nas remotas montanhas do Himalaia, milhares de soldados indianos e chineses estão a postos para defender as fronteiras de Ladaque, território que os dois países reivindicam como seu. Sob o governo

Reprodução

O partido nacionalista hindu, do atual primeiro-ministro Narendra Modi, teve sua vitória confirmada pela terceira eleição seguida.

de Modi e do líder chinês, Xi Jinping, 20 militares morreram durante confrontos na região em 2020 — a maior troca de hostilidades entre os vizinhos desde a guerra travada em 1962.

Desde então, tanto Pequim quanto Nova Délhi aumentaram o investimento em infraestrutura e o contingente militar na área, que corre o risco de escalada para um conflito armado, segundo alerta de março do diretor da Inteligência dos EUA. A tensão explica por que Modi também tem aprofundado as suas relações com Washington, atuando como um freio à influência chinesa no Indo-Pacífico e, em contrapartida, recebendo mais recursos americanos por meio da aliança Quad, parceria de segurança que inclui, além dos EUA, Austrália e Japão.

Por outro lado, a Índia acusa Pequim de ajudar seu velho inimigo Paquistão, de quem reivindica o território da Caxemira, alimentando os temores de Nova Délhi de um possível conflito em duas frentes. Por isso, além da aliança com os EUA, uma agenda importante da política externa de Modi é rivalizar com a China por influência em países menores da região, como Bangladesh, Maldivas, Nepal e Sri Lanka.

A vitória de Modi na terça mostra como a imagem que ele projeta de si mesmo como um influente líder global — cujas ambições chegaram até ao espaço — pode reverter nas urnas. Ao posicionar o país como articulador regional e um aliado dos americanos capaz de frear a China, o primeiro-ministro indiano estimulou o orgulho nacional enquanto posicionava a nação como potência. Cabe observar como a receita de sucesso do homem forte na política externa seguirá agora com o seu partido, pela primeira vez, sem a ampla maioria que o permitiu governar sem a necessidade de alianças nos últimos anos. As informações são do jornal O Globo.

Lula e Maduro conversam sobre as eleições na Venezuela.

Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu contraparte venezuelano, Nicolás Maduro, conversaram nessa quarta-feira (5) por telefone.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu contraparte venezuelano, Nicolás Maduro, conversaram nessa quarta-feira (5) por telefone sobre as eleições na Venezuela, que é vista com preocupação pelo governo do Brasil e de outros países da região depois que candidatos da oposição foram impedidos de participar do pleito.

Segundo a Presidência, Lula manifestou a expectativa de que o processo eleitoral no país "possa seguir adiante em clima de confiança e entendimento". Prevista para 28 de julho, a eleição presidencial será a chance de Maduro conquistar um terceiro mandato, ampliando para até 18 anos seu período no poder.

"Lula reiterou o apoio brasileiro aos acordos de Barbados e ressaltou a importância de contar com ampla presença de observadores internacionais. Também manifestou a expectativa de que as sanções em vigor contra a Venezuela possam ser levantadas, de modo a contribuir para que o processo eleitoral possa seguir adiante", afirma o Palácio do Planalto em nota.

Eleições livres

Apesar de ter se comprometido com a realização de eleições livres, justas e transparentes ao assinar o Acordo de Barbados, em outubro do ano passado (que viabilizou a retirada de boa parte das sanções à Venezuela), as autoridades eleitorais venezuelanas barraram candidatos competitivos, incluindo a vencedora das primárias da oposição, María Corina Machado. Após os vetos, os EUA retomaram as sanções contra o setor de petróleo e gás da Venezuela, que tinham sido suspensas graças ao acordo.

Apoio

Lula também agradeceu o apoio do país à eleição da ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, à presidência do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC) e expressou o interesse de fortalecer a colaboração entre os dois países na proteção dos indígenas Ianomâmis na fronteira comum entre as nações vizinhas.

O chefe do Executivo brasileiro ainda comentou que empresários brasileiros estão interessados em voltar a investir e fazer comércio com a Venezuela. Lula lembrou que esse intercâmbio é importante, sobretudo, para Roraima e Amazonas. As informações são do jornal O Globo.

rede pampa de comunicação

Presidente: Alexandre Gadret

Vice-Presidente: Paulo Sérgio Pinto

Diretores: Rafael Gadret e Christina Gadret

Editores: Marcelo Warth Neto e Fernanda Mendes Baldini

Redação: Bárbara Paiva, Bruno Laux, Carolina Rodrigues, Érik da Silva Pastoris, Fabiane Mauricio Cunha, Fabricia Albuquerque, Laura Santos Rocha, Marcello Campos, Pedro Marques e Tiago Thomé de Oliveira.

Empresa Jornalistica Pampa Ltda.
Rua Orfanotrófio, 711
CEP: 90840-440 - Porto Alegre - RS

Redação:
Fone: (51) 3218.2529/3218.2531
E-mail: portal@osul.com.br

Departamento Comercial:
Fone: (51) 3218.2588

PRIMEIRA-DAMA JANJA VISITA GUAÍBA NESTA QUINTA-FEIRA.

A primeira-dama do País, Janja Lula da Silva, estará na cidade de Guaíba na manhã desta quinta-feira (6). Junto com o prefeito Marcelo Maranata e a primeira-dama do município, Deisi Maranata, ela tem na agenda visitas a um ginásio utilizado para acolhimento de vítimas das enchentes, um abrigo de pequenos animais e uma lavanderia solidária.

MINISTÉRIO ORIENTA LIMPEZA DE IMÓVEIS APÓS ENCHENTES.

O Ministério da Saúde recomenda aos gaúchos uma série de cuidados especiais ao limparem residências e empresas atingidas por enchentes. Devido ao risco de ferimentos e doenças como a leptospirose, a proteção individual deve ser uma das prioridades, com uso de galochas, luvas e roupas preferencialmente impermeáveis. Um guia completo está em gov. br/saude.

PRÉDIO INVADIDO DE ANTIGO HOTEL DEVE SER DESOCUPADO.

A 8ª Vara Cível de Porto Alegre suspendeu até esta quinta-feira (6) o cumprimento de ação para reintegração de posse do prédio que abrigou um hotel na rua Fernando Machado nº 347 (Centro Histórico). Desocupado há vários anos, o imóvel foi invadido no dia 26 de maio por famílias de desabrigados pelas enchentes, levando a empresa proprietária a acionar a Justiça.

TERMINAIS DE ÔNIBUS SÃO REATIVADOS NO CENTRO HISTÓRICO.

No Centro Histórico de Porto Alegre, os terminais de ônibus das praças Rui Barbosa (Camelódromo) e Parobé voltaram a funcionar na madrugada dessa quarta-feira (5), após semanas de suspensão por causa da enchente. A prefeitura também informou a reativação das linhas ”715. 1–Sarandi-Sertório”, ”718–Ilha da Pintada” e ”B09–Aeroporto-Indústrias-Iguatemi”, circulando até onde for possível acessar.

13º ANTECIPADO: R$ 900 MILHÕES NA ECONOMIA DO RS.

O pagamento antecipado de metade do décimo-terceiro salário aos servidores, aposentados e pensionistas do Estado, nesta sexta-feira (7), poderá injetar cerca de R$ 900 milhões na economia gaúcha. De acordo com o governo gaúcho, o montante é fundamental para os beneficiários e também para o comércio, em um momento de crise por causa das enchentes.

PROPRIEDADES RURAIS: MAIORIA DOS ANIMAIS MORTOS SÃO AVES.

Relatório divulgado pelo governo gaúcho aponta que as aves compõem a maioria dos animais mortos nas enchentes em propriedades rurais do Rio Grande do Sul. O número é de quase 1,2 milhão, levando-se em conta apenas os espécimes adultos. Também houve perdas substanciais de bovinos de corte e de leite, bem como suínos, peixes e abelhas.

DEPUTADO ESTADUAL QUER IMPEDIR A VENDA DE “PETS”.

O deputado estadual Luiz Marenco (PDT) apresentou projeto para alterar a legislação gaúcha, de forma a proibir a venda de animais de estimação em pet shops de todo o Rio Grande do Sul, exceto por criadores devidamente regulamentados. A proposta inclui a criação de banco de dados para facilitar e incentivar a adoção.

HPS: DOAÇÃO DE SANGUE PODE SER MARCADA VIA WHATSAPP.

Com estoques abaixo do necessário para a demanda, o banco de sangue do Hospital de Pronto Socorro (HPS) de Porto Alegre precisa de doações. O setor funciona nas manhãs de segunda a sexta-feira, mas os voluntários precisam agendar pelo whatsapp (51) 99531-0585. A instituição está localizada na esquina das avenidas Venâncio Aires e Protásio Alves.

SECRETARIA REFORÇA A IMPORTÂNCIA DO TESTE DO PEZINHO.

Nesta quinta-feira (6), Dia Nacional do Teste do Pezinho, a Secretaria da Saúde de Porto Alegre reforça a importância do exame (coleta de uma gota de sangue do calcanhar do bebê), que permite o diagnóstico precoce de várias doenças. O procedimento está disponível gratuitamente nos postos de saúde da rede municipal. Mais informações pelo whatsapp (51) 3289-3038.

DENGUE: VACINA É OFERECIDA PARA A FAIXA DE 10 A 14 ANOS.

Os postos da rede municipal de saúde de Porto Alegre oferecem imunização gratuita contra a dengue para crianças e adolescentes entre 10 anos e 15 anos incompletos. A vacina é a Qdenga, produzida pelo laboratório japonês Takeda Pharma e que tem esquema baseado em duas doses com intervalo mínimo de três meses entre cada uma. Saiba mais em prefeitura. poa. br/sms.

SALA DO EMPREENDEDOR MANTÉM UNIDADE EM SHOPPING.

Vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Porto Alegre, a Sala do Empreendedor mantém unidade temporária funcionando do meio-dia às 18h no primeiro andar do Shopping Praia de Belas, próximo à loja Camicado. No local estão disponíveis serviços emergenciais e esclarecimentos sobre temas como legislação, alvarás e licenciamentos.

4º DISTRITO: LIVRO RELEMBRA TRAJETÓRIA DO RENNER.

Um livro temático recentemente lançamento detalha a trajetória vitoriosa do Grêmio Esportivo Renner (1931-1957), clube de futebol originalmente formado em Porto Alegre por funcionários da fábrica A. J. Renner, no 4º Distrito (Zona Norte), e que chegou a fazer frente à Dupla Grenal. Esse e outros projetos podem ser conferidos no site rennervive. com.

MORO VIRA RÉU POR CALÚNIA CONTRA GILMAR MENDES.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu tornar réu o senador Sergio Moro (União-PR) pelo crime de calúnia contra o ministro Gilmar Mendes. Em um vídeo, Moro aparece em uma conversa com pessoas não identificadas e afirma: "Não, isso é fiança, instituto para comprar um habeas corpus do Gilmar Mendes".

CONSELHO PUNE COM CENSURA EX-PROCURADORA DA LAVA-JATO.

O Conselho Superior do Ministério Público Federal aplicou pena de censura à procuradora Thaméa Danelon, ex-coordenadora da Operação Lava-Jato em São Paulo. Os subprocuradores entenderam que a procuradora fez manifestações públicas em entrevistas e comentários na imprensa com conteúdo depreciativo contra o Supremo Tribunal Federal e ministros da Corte.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS COMEMORA DEZ ANOS.

Em dez anos de existência, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) cumpriu um papel fundamental na consolidação da democracia no país. A avaliação é de ex-presidentes do colegiado que compareceram, na última terça-feira (4), à cerimônia de comemoração da criação do conselho, em Brasília (DF).

INSCRIÇÕES PARA CONCURSO DA JUSTIÇA ELEITORAL ESTÃO ABERTAS.

As inscrições para o concurso unificado da Justiça Eleitoral já começaram e poderão ser feitas até 18 de julho, às 18h, no horário oficial de Brasília. Ao todo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e 26 tribunais regionais eleitorais (TREs) oferecerão 389 vagas, sendo 116 para cargos de analista judiciário e 273 para cargos de técnico judiciário.

INSCRIÇÕES PARA O ENEM 2024 TERMINAM NESTA SEXTA.

Terminam nesta sexta-feira (7) as inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2024. Interessados devem acessar a Página do Participante e utilizar o cadastro na conta Gov. br. O prazo também vale para pedidos de atendimento especializado e tratamento por nome social. As provas serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro.

LEI CRIA PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o projeto de lei que institui a política nacional de atendimento educacional especializado a crianças de até 3 anos de idade, a ser aplicada em todo o país. De acordo com a nova legislação, as ações do programa devem priorizar bebês e crianças com deficiência, que necessitam de atendimento especializado.

BRASIL PODE RETOMAR CERTIFICAÇÃO DE PAÍS LIVRE DE SARAMPO.

O Brasil completou, nessa quarta-feira (5), dois anos sem casos autóctones, ou seja, com transmissão em território nacional, do sarampo. Com isso, o país poderá retomar a certificação de 'livre de sarampo'. A informação foi divulgada pelo Ministério da Saúde. A certificação de país livre do sarampo foi conquistada pelo Brasil em 2016.

SAÚDE ALERTA PARA AUMENTO DE CASOS DE COQUELUCHE.

Em meio a surtos de coqueluche em países da Ásia e da Europa, o Ministério da Saúde publicou nota técnica em que recomenda ampliar, em caráter excepcional, e intensificar a vacinação contra a doença no Brasil. A pasta pede ainda que estados e municípios fortaleçam ações de vigilância epidemiológica para casos de coqueluche.

MEGA-SENA PODE PAGAR R$ 100 MILHÕES NESTA QUINTA.

O sorteio do concurso 2. 732 da Mega-Sena foi realizado na noite de terça-feira (4), em São Paulo. Nenhuma aposta acertou as seis dezenas, e o prêmio para o próximo sorteio acumulou em R$ 100 milhões. Veja os números sorteados: 01 - 03 - 16 - 18 - 49 - 60. O próximo sorteio da Mega será nesta quinta-feira (6).

ECONOMIA DO PAÍS CRESCE 2,5% EM 12 MESES.

A economia brasileira cresceu 2,5% no primeiro trimestre do ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. Em relação ao último trimestre de 2023, o Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país) apresentou alta de 0,8%. No acumulado de 12 meses, o crescimento da economia do país soma 2,5%, segundo o IBGE.

ACIDENTES FATAIS EM RODOVIAS CAEM NO FERIADO DE CORPUS CHRISTI.

Operação realizada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante o feriado de Corpus Christi – de quarta-feira (29) passada a domingo (2) –, registrou 1. 062 ocorrências de trânsito nas rodovias federais, 82 mortes e 1. 080 feridos. O número de mortes foi 17,17% menor que o registrado no mesmo feriado do ano passado, quando houve 99 óbitos.

GRANDE RIO REGISTRA MÉDIA DE 17 CONFRONTOS POR DIA.

A região metropolitana do Rio de Janeiro registrou, de 2017 a 2023, uma média de 17 confrontos por dia, totalizando 38. 271 no período. Quase 50% dos confrontos mapeados tinham a presença de policiais. Os dados fazem parte do estudo inédito Grande Rio sob Disputa: Mapeamento dos Confrontos por Território feito pelo grupo Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense.

BIDEN SUGERE QUE NETANYAHU PROLONGA GUERRA EM GAZA PARA PERMANECER NO PODER.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, sugeriu que o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, esteja prolongando a guerra contra o Hamas na Faixa de Gaza em um esforço para manter-se no poder. Mas, após a repercussão negativa da declaração, o americano tentou amenizar a situação, afirmando apenas que o premier ”está tentando resolver um problema sério”.

TRUMP ARRECADA QUASE R$ 280 MILHÕES APÓS CONDENAÇÃO.

A condenação do ex-presidente dos EUA, Donald Trump, não desanimou doadores bilionários republicanos, que além de publicarem mensagens de apoio a Trump, injetaram milhões de dólares no fundo eleitoral dele. Nas 24 horas após o veredito em Nova York, a campanha do pré-candidato afirma ter arrecadado US$ 52,8 milhões (R$ 278 milhões), quebrando recordes online para o partido.

LÍBANO ACUSA ISRAEL DE USAR FÓSFORO BRANCO EM ATAQUES.

O Líbano acusa Israel de usar os controversos projéteis de fósforo branco em ataques que as autoridades dizem prejudicar civis e o meio ambiente. O fósforo branco, uma substância que se inflama em contato com o oxigênio, pode ser usado para criar cortinas de fumaça ou iluminar campos de batalha, mas também é utilizado como arma incendiária.

PARTIDO DE MODI CONSEGUE ALIANÇA PARA FORMAR NOVO GOVERNO DA ÍNDIA.

Depois de perder maioria parlamentar pela primeira vez em uma década, o partido nacionalista hindu do primeiro-ministro Narendra Modi conseguiu, nessa quarta-feira (5), montar uma coalizão com mais 14 partidos para formar um governo na Índia. Ao todo, a Aliança Democrática Nacional (NDA), liderada pelo Partido Bharatiya Janata (BJP) de Modi, têm 293 assentos.

PREMIÊ DA ESLOVÁQUIA FALA SOBRE TENTATIVA DE ASSASSINATO.

O primeiro-ministro da Eslováquia, Robert Fico, falou pela primeira vez desde que foi baleado em uma tentativa de assassinato no mês de maio. Em vídeo publicado no Facebook, Fico afirmou que perdoava o agressor que efetuou quatro disparos contra ele e anunciou que estava pronto para retomar gradualmente suas funções no final deste mês.

CANDIDATO É ATACADO A FACADAS NA ALEMANHA.

O Alternativa para a Alemanha (AfD), partido de extrema-direita da Alemanha, afirmou nessa quarta-feira (5) que um de seus candidatos nas eleições municipais foi atacado com uma faca em Mannheim, no oeste do país. Heinrich Koch foi atacado depois de confrontar uma pessoa que tentava rasgar um cartaz eleitoral na noite de terça (4).

MULHER MORRE AO SER ATINGIDA POR MARIA FUMAÇA NO MÉXICO.

Uma mulher morreu ao ser atingida por um trem quando tentava fazer uma selfie em frente ao veículo no México. O caso aconteceu na última segunda (3). Várias pessoas aguardavam a passagem do trem, uma Maria Fumaça que uma companhia ferroviária colocou em circulação para celebrar a inauguração de uma rota ligando o Canadá, os Estados Unidos e o México.

AQUECIMENTO GLOBAL AUMENTA EM "RITMO SEM PRECEDENTES".

O aquecimento global causado pelas atividades humanas acelera a um ”ritmo sem precedentes” enquanto a margem para conter o aumento de temperaturas a +1,5 °C diminui, advertiram pesquisadores. O estudo, publicado na revista Earth System Science Data, é resultado do trabalho de quase 60 cientistas de renome que seguem os métodos do IPCC, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU.

HOMENS TROCAM IPHONES FALSOS POR ORIGINAIS EM LOJAS DA APPLE.

Cinco cidadãos chineses foram presos por aplicar um golpe de US$ 12,3 milhões (cerca de R$ 64 milhões) contra a Apple nos EUA. Os suspeitos são acusados de trocar iPhones e iPads falsos por originais em lojas oficiais da empresa no estado da California. Os aparelhos falsificados tinham números de identificação semelhantes aos registrados nos modelos genuínos da Apple.

NASA LANÇA PRIMEIRO VOO TRIPULADO DA ESPAÇONAVE STARLINER.

A espaçonave para voos tripulados da Boeing, Starliner, finalmente fez seu voo inaugural na manhã dessa quarta (5), após sete anos de atraso. O veículo teve um desenvolvimento cheio de imprevistos e problemas que significaram custos que ultrapassam os R$ 8 bilhões. A cápsula leva os astronautas Butch Wilmore e Suni Williams na viagem até a Estação Espacial Internacional.

PRÍNCIPE WILLIAM DIZ QUE KATE "ESTÁ MELHORANDO".

O príncipe William disse nessa quarta-feira (5) que sua esposa, Kate Middleton, ”está bem”, em um raro comentário público sobre a princesa de Gales, que está fazendo quimioterapia preventiva contra um câncer. Kate anunciou em março que foi diagnosticada com a doença durante uma cirurgia abdominal no início do ano.

CÉDULAS COM A IMAGEM DO REI CHARLES III ENTRAM EM CIRCULAÇÃO NO REINO UNIDO.

As cédulas de libras esterlinas com a imagem do rei Charles III entraram em circulação nessa quarta (5) no Reino Unido, para substituir gradualmente as notas com a imagem de sua mãe Elizabeth II, que morreu em setembro de 2022. O retrato do monarca aparecerá nas novas cédulas de 5, 10, 20 e 50 libras, similares às notas atuais, informou o Bank of England.

GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.
ANIVERSARIANTES DO DIA 06 DE JUNHO

Heloísa Helena

Edgar Chagas Diefenthaeler

Cristiane Malmann

Hélio Gularte

Franciele Agazi Boaria

Odival Soares

Mauren Zselinzky

Derli da Silva Quadros

Joy Enriquez

Raoul Bhaneja

Luciana Saavedra

Carlito Nicolait

Fernanda de Freitas Nascimento

Athos Avelino Pereira

Marcel Viero

Margarida Vila-Nova

Fahim Miguel

Simone Moreno

Jussemar da Silva

Christina Kallas

Anthony Starke

Harleth Antunes

Edson Portilho

Anelise Febernati

Daniel Boazan

Roberta Lima Ramos

Glenn Scarpelli

Olívia Torres

Mauro Abreu

Márcio Brahm Caetano

Megumi Ogata

Marco Carvalho

Ricardo Flores Pinto

Noritake Takahara

Raul Torelly Fraga

GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.
ANIVERSARIANTES DO DIA 06 DE JUNHO

Tiago Gobatto Püttem

Katia Bautista

Maurício Tomedi

Melissa Garate

Raul Henry

Lola Forner

Raul Justino Moreira

Rômulo Pires

Jacinta Stapleton

Hernán Binaghi

Staci Keanan

Paulo Ricardo Herbst

Bibiana Naves

Paulo Roberto Rotta

Guilherme Brust

Geórgia De Macedo Garcia

Gabriel Moreira De Andrade

Jenny Snyder Urman

Antônio Marcos Soares Borges

Amanda Pays

Danny Strong

Ella Smith

Maz Casella

Lisa Brokop

Paul Giamatti

Malgosia Bela

Márcio Reinheimer

Zilda Piovesan

Solange Rosa Fiel Santos

Robert Englund

Bryn McAuley

César Antônio Castellan

Garin Nugroho

Maycon Santos Oliveira

Johnny Pacar

CADERNO COLUNISTAS

CLÁUDIO HUMBERTO

HIPOCRISIA: PINDAÍBA MARCA O DIA DO MEIO AMBIENTE

Ao ocupar a rede de TV e rádio para bater bumbo sobre o Dia do Meio Ambiente, a ministra Marina Silva exercitou a velha hipocrisia; nada falou sobre a redução de verbas de interesse do ministério que chefia, do Meio Ambiente. Minguaram este ano pagamentos ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, por exemplo: R$ 118,8 mil até maio contra R$ 3,4 milhões no mesmo período de 2023. No primeiro ano de Jair Bolsonaro, foram destinados R$ 8,3 milhões paro fundo, no de Lula, R$ 3,9 milhões.

Nadica de nada
O Siga Brasil, que monitora o Orçamento, mostra a penúria do Fundo Nacional do Meio Ambiente, de Marina: recebeu zero reais, este ano.

Cerrado sofre
No pronunciamento, Marina ignorou alta no desmatamento do Cerrado, 11.011,69 km² (2023). É a maior taxa desde 2015, aponta o Terra Brasilis.

Promessa de político
Nem mesmo a trombeteada Autoridade Climática saiu do papel. Sem o interesse do governo Lula, falta orçamento para estruturar a autarquia.

Saudade do meu ex
Comparado com o início do segundo ano do governo Bolsonaro, este ano o Ibama também viu os pagamentos caírem em R$ 84,3 milhões.

Cargos da Câmara do DF custarão R$ 6,5 milhões
Estudo encomendado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) mostra o tamanho do rombo que a mudança no regimento interno da CLDF pode custar ao pagador de impostos: R$ 6.563.988,62. Isso porque os distritais querem uma Nova Mesa Diretora, além de novas comissões. O impacto considera a nova estrutura remuneratória, sem incluir eventual construção de gabinetes. O custo do salário e dos encargos de um secretário de comissão, por exemplo, bate R$ 49,9 mil.

A conta é nossa
A recém-inventada segunda-vice-presidência garante belos salários para aspones e com enorme custo, entre R$ 15.451,52 até R$ 49.999,23.

Puxadinho milionário
Na também inventada quarta secretaria, os cargos custam entre R$ 15,4 mil e R$ 34,1 mil. Os dois puxadinhos têm custo anual de R$ 3,6 milhões.

Pouco é muito
O estudo mostra que o salário de menor impacto é na "Coordenadoria de Modernização e Inovação Digital", R$ 3,5 mil para o cargo de comissão.

Agro nunca decepciona
Apesar das perseguições do governo Lula (PT), o agronegócio outra vez se revela o "oxigênio" que permitiu ao PIB um suspiro de 0,8% no primeiro trimestre deste ano: cresceu 11,3%. Dando duro de sol a sol, bem ao contrário dos integrantes do governo. A indústria recuou 0,1%.

Rachadones
O deputado Kim Kataguiri (União-SP) resgatou tuíte de Guilherme Boulos (Psol-SP) afirmando que "rachadinha é corrupção". É de Boulos relatório livrando André Janones (Avante-MG) de processo sobre a safadeza.

Rebordosa
Barraco entre arruaceiro Janones, com direito a "eu quebro tua cara com um soco, otário", e o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), deve render outra representação no Conselho de Ética.

Gestão e caráter
Jair Bolsonaro comparou o lucro de R$ 3,7 bilhões dos Correios em 2022 com o prejuízo de R$ 800 milhões no primeiro trimestre deste ano: "A diferença não é apenas de gestão, mas principalmente de caráter".

Sardinha ou salmão?
Cleitinho (Rep-MG) botou a boca no trombone e denunciou compra pra lá de suspeita de sardinhas pelo governo federal. Cada lata, encontrada por cerca de R$ 7,49 no mercado, saiu por R$ 88. O TCU faz que não vê?

Taxar é penalizar
Para o diretor do Instituto Livre Mercado (ILM), Rodrigo Marinho, retirada de pauta do jubuti que taxava compras de até US$ 50 foi certa, "inibia as empresas estrangeiras de atuar no Brasil e penalizava os consumidores".

Detalhe curioso
Deltan Dallagnol aponta detalhe na decisão de indiciar família pelo barraco com Alexandre de Moraes em Roma: a prova do crime "são as críticas feitas ao ministro anteriormente ao fato em mensagens privadas".

Apostas abertas
A plataforma de previsão de mercados e apostas Polymarket aponta que o ex-presidente Donald Trump tem 56% de chances de voltar ao cargo no fim deste ano e Joe Biden tem 38% de chances de ser reeleito.

Pergunta aos 'checadores'
A taxação das blusinhas continua fake news?

PODER SEM PUDOR

Barriga cheia
Cezar Schirmer fazia sua campanha para vereador de Santa Maria (RS) pelo velho MDB, contando com a solidariedade de vários amigos. Um deles, Bayard Azevedo, lembram os amigos, era o eu hoje seria chamado de um pouco obeso. Mas, bom orador, foi escalado para destacar as virtudes de Schirmer. Pegou o microfone e atacou com uma frase de efeito: "Os ricos estão cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres! O povo passa fome!" Mal acabara de pronunciar a frase, um provocador gritou: "Gordo desse jeito, até que te encostaste bem..."

Com Rodrigo Vilela e Tiago Vasconcelos

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

LEANDRO MAZZINI

RISCO NA PRAIA

O polêmico debate sobre a PEC 3/2022, a chamada PEC de Privatização das Praias, ultrapassou o âmbito político e chegou ao da soberania nacional. Enquanto seus defensores apontam apenas a derrubada de taxas da União e laudêmio da Marinha, há além da oposição os que apontam brechas no texto para, caso aprovada, propriedades confrontantes de faixa de areia requererem acesso restrito ao quebra-mar. O fator novo é que, discretamente, autoridades da Marinha e da Polícia Federal já fazem chegar ao Congresso Nacional que há risco de criação de mini portos privados, na costa e em ilhas, que podem se tornar ponto de embarque e desembarque para tráfico de armas e drogas, onde a fiscalização seria inexistente. Ou seja, descontrole total.

Potência mundial

O Brasil vai passar da 8ª para a 3ª potência mundial em exploração e processamento de urânio. O Ibama acaba de conceder a licença nº 8/2024 após análise do estudo de impacto ambiental da mina Santa Quitéria (210 km de Fortaleza), da Indústria Nucleares do Brasil (INB). Segundo Júlio Lopes, da Frente Parlamentar de Energia Nuclear, que acompanhou o processo, serão 6 mil empregos e funcionará dentro de dois anos.

Éééééé... do Brasil!

Um caso vergonhoso para o Brasil no aeroporto de Heathrow na última terça-feira (4). Testemunhas contaram à Coluna que um voo Londres-Guarulhos, de companhia aérea brasileira, ficou no pátio por 2 horas, com passageiros a bordo, à espera de dois atrasados para o embarque. Quando entraram, os famosos levaram uma baita vaia. A Coluna aguarda a posição oficial dos envolvidos para publicar detalhes do episódio.

Novelão brasiliense

Avançou na PF e no STJ o inquérito que pode cair como uma bomba em Brasília nas eleições de 2026. O caso de duas mandatárias que se pegaram no braço na capital. O pivô de tudo foi uma assessora de uma delas, que deixou a cidade. O caso tem episódios novelescos que fazem ministros rirem de cair a toga.

O Dia aos 73

Um dos maiores jornais do País, O DIA completou ontem (5) 73 anos. O periódico foi fundado no dia 5 de junho de 1951 no Rio de Janeiro, pelo deputado Chagas Freitas - que futuramente veio a ser o governador do Estado. Conta com inúmeros prêmios nessa trajetória e hoje é um dos principais parceiros da Coluna Esplanada.

Ataque político

O discurso petista de violência de gênero se voltou contra um vereador do partido em Camaçari (BA). Testemunhas do processo contra Dentinho do Sindicato (PT) vão depor amanhã à Justiça estadual. Ele foi denunciado pelo MPF pelo crime de violência de gênero contra a colega Professora Angélica (PP). Aconteceu em junho do ano passado: segundo a denúncia, ele tentou retirá-la à força de uma cadeira no plenário.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS

ELTON WEBER AFIRMA QUE "SE NÃO OCORRER ANISTIA DOS FINANCIAMENTOS AGRÍCOLAS, PRODUTOR NÃO VAI MAIS PAGAR AS PRESTAÇÕES"

FLAVIO PEREIRA

O deputado estadual Elton Weber (PSB) defendeu a anistia das prestações dos financiamentos agrícolas para 2024 e 2025, ressaltando que não é justo cobrar de quem perdeu a plantação ou os bens financiados. "Nós precisamos que o governo federal, que é o ente mais forte, tenha uma ação muito maciça, robusta, para o Rio Grande do Sul, o que até agora ainda não aconteceu". Elton Weber, que é o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária Gaúcha, conversou com o colunista, e cobrou ainda a anunciada linha especial de crédito com subsídios do Pronaf e do Pronampe. Em relação à anistia dos contratos de financiamento, garante que, "se o Governo Federal não autorizar a anistia das prestações dos financiamentos agrícolas, o produtor simplesmente vai deixar de pagar as prestações, e lá adiante, se for necessário, vai defender-se na justiça".

Pedro Westphalen sugere aeroportos de Cruz Alta, Santa Cruz e Vacaria como alternativas

Durante encontro da Bancada Gaúcha com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, nesta semana, para ampliar a capacidade operacional dos aeroportos no Rio Grande do Sul, o deputado Pedro Westphalen (PP) afirmou que a pasta precisa buscar outras alternativas, para além da base aérea de Canoas, e apontou algumas sugestões: "O Rio Grande do Sul tem aeroportos regionais que podem receber a demanda represada, como os aeroportos de Cruz Alta, Santa Cruz do Sul e Vacaria. Este último, possui a maior pista em extensão do interior do estado e pode inclusive passar a receber voos de carga neste momento. Além disso, estão sediados em municípios importantes para a economia gaúcha e em regiões estratégicas que concentram polos produtivos relevantes em diversos setores", salientou.

Podemos deve ter 25 candidatos a prefeito no RS

Mesmo com as enchentes no Rio Grande do Sul, o Podemos mantém a sua meta de ter 25 candidaturas majoritárias no Estado, afirma o presidente estadual do partido, Everton Braz. Estão cotados a cabeça de chapa: vereador Tony Oliveira (Santa Maria); vereadora Nicole Weber, (Santa Cruz do Sul); vereador Hitler Pedersseti (São Leopoldo); vereador Adriano Strack (Carazinho); e o suplente a deputado estadual, Rossano Farias (São Gabriel). A meta do presidente estadual do partido, Everton Braz, é eleger 200 vereadores, segundo ele, "compromisso assumido com Renata Abreu, líder nacional do Podemos".

Para não esvaziar o caráter político da visita ao Estado, Lula não recebeu Eduardo Leite

Para não esvaziar politicamente sua visita ao Rio Grande do Sul, agora prevista para quinta-feira para visitar cidades atingidas pelas enchentes no Vale do Taquari, o presidente Lula deixou de receber ao governador Eduardo Leite em Brasília. Leite compareceu no Palácio do Planalto junto com outros governadores após um evento alusivo ao Dia Mundial do Meio Ambiente, mas o encontro a sós com Lula não aconteceu.

Governador quer projetos idênticos ao de Bolsonaro na pandemia

Mesmo não tendo sido recebido em audiência, Eduardo Leite conseguiu entregar ao presidente um pedido para criar um programa de manutenção do emprego e renda para os trabalhadores do Rio Grande do Sul, além de solicitar apoio da União na recomposição das receitas do estado e dos municípios gaúchos. Estas duas medidas foram adotadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia.

Rachadinha pode. Desde que seja "cunpanhero"

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados arquivou representação do PL contra o deputado federal André Janones (Avante-MG) pela prática de "rachadinha", quando parte dos salários de funcionários do gabinete é repassada ao parlamentar, por 12 votos a cinco. Estes parlamentares votaram para absolver André Janones, réu confesso, de prática de rachadinha:

– Ana Paula Lima (PT/SC) – Sim;
– Jack Rocha (PT/ES) – Sim;
– Jilmar Tatto (PT/SP) – Sim;
– Ricardo Maia (MDB/BA) – Sim;
– João Leão (PP/BA) – Sim;
– Julio Arcoverde (PP/PI) – Sim;
– Paulo Magalhães (PSD/BA) – Sim;
– Sidney Leite (PSD/AM) – Sim;
– Albuquerque (REPUBLICANOS/RR) – Sim;
– Márcio Marinho (REPUBLICANOS/BA) – Sim;
– Junior Lourenço (PL/MA) – Sim;
– Guilherme Boulos (PSOL/SP) – Sim.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS

BRUNO LAUX

PANORAMA POLÍTICO

Agendas frustradas
O governador Eduardo Leite sinalizou a aliados que ficou descontente com as agendas realizadas nesta quarta-feira em Brasília. Apesar de ter solicitado uma audiência individual com o presidente Lula, o gaúcho somente conseguiu dialogar com o chefe do Executivo durante um "cafezinho" com outros governadores.

Apoio requerido
Eduardo Leite entregou um ofício ao presidente Lula solicitando que a União encaminhe recursos ao caixa do RS para compensar a queda na arrecadação causada pelas enchentes. O líder estadual solicitou ainda a criação de um auxílio emergencial para os trabalhadores, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, para evitar demissões em massa no RS.

Vistoria presidencial
De viagem marcada para a Cúpula do G7 na Europa, na próxima semana, o presidente Lula vem ao RS nesta quinta-feira para vistoriar cidades do Vale do Taquari. A passagem pelo território gaúcho antes de sair para o exterior visa evitar o retorno das críticas às agendas presidenciais internacionais que marcaram o primeiro ano do atual mandato presidencial.

Carona oportuna
A convite do presidente Lula, o governador Eduardo Leite vai pegar uma carona no avião presidencial para retornar de Brasília ao RS. O chefe gaúcho deve aproveitar a companhia de viagem para dialogar sobre os pontos mais críticos relacionados à recuperação do território gaúcho.

Driblando a politização
O ministro para Apoio à Reconstrução do RS, Paulo Pimenta, vem adotando um comportamento mais ponderado e institucional, para driblar acusações de politização da pasta federal extraordinária. Aliados do líder ministerial, que ainda está estruturando a equipe do órgão no território gaúcho, negam qualquer tentativa de autopromoção com a tragédia climática.

Trabalhos in loco
Apesar da portaria do governo que prevê o comando das ações federais para as cidades gaúchas em Brasília, Paulo Pimenta tem permanecido a maior parte do tempo em agendas no RS. Em função da ampla quantidade de compromissos no estado, a expectativa é de que o ministro passe a despachar com frequência na capital federal somente daqui cerca de um a dois meses.

Acompanhamento eleitoral
O presidente do grupo Brasil-Venezuela no Congresso, senador Chico Rodrigues (PSB-RR), está alinhando os preparativos finais junto ao Itamaraty para encaminhar uma missão parlamentar de observação da eleição presidencial venezuelana em julho. O congressista afirma que o acompanhamento do processo é necessário para verificar o futuro da crise de evasão de cidadãos do país vizinho para o território brasileiro.

Celeridade solicitada
Senadores da oposição vêm aconselhando o relator da PEC das Drogas na Câmara, Ricardo Salles (PL-SP), a dar celeridade na tramitação da proposta na Casa Legislativa. Os parlamentares solicitaram que nenhuma alteração seja feita no texto, de modo a evitar que a medida tenha que retornar à avaliação do Senado.

Ampliação de penas
A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou nesta quarta-feira um projeto de lei que amplia as penas para os crimes de abandono de incapaz, maus-tratos e exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica de idosos. O projeto exclui ainda a competência dos juizados especiais e a possibilidade de acordos entre réu e Ministério Público nos crimes previstos no Estatuto do Idoso.

Manifestação cancelada
O ex-presidente Jair Bolsonaro decidiu cancelar a manifestação que realizaria neste mês em Joinville (SC), a partir das repercussões sobre a crise climática no RS. Em função da proximidade entre gaúchos e catarinenses, o ex-mandatário avaliou que não seria de bom tom realizar o evento em breve.

Esquema prorrogado
O secretário de Segurança Pública do RS, Sandro Caron, deve estender por mais 60 dias o esquema especial de prevenção à criminalidade no estado adotado em meio à catástrofe climática. Ao todo, 28 mil agentes e 788 policiais de fora do estado seguem atuando no patrulhamento e combate às atividades criminosas no território gaúcho.

Saúde nas Missões
A Secretaria Estadual de Saúde anunciou nesta quarta-feira o repasse de R$ 1,25 milhão para a qualificação do atendimento de três hospitais de pequeno porte na Região Missioneira. Integrado ao programa Avançar Mais, o montante será destinado para a aquisição de equipamentos e reforma de espaços físicos em unidades de saúde de São Miguel das Missões, Caibaté e Porto Lucena.

Vacinação ampliada
O Ministério da Saúde selecionou 61 novas cidades gaúchas para a distribuição de doses da vacina contra a dengue. Municípios do Vale do Sinos, do Vale do Rio Pardo e do Alto Uruguai serão os próximos incluídos na estratégia de imunização contra a doença no RS.

Causa animal
A prefeitura de Porto Alegre disponibilizou, nesta quarta-feira, um canal para viabilizar doações exclusivas para o Gabinete da Causa Animal. Interessados em contribuir com a compra de suprimentos e atendimentos de animais afetados pelas enchentes podem encaminhar donativos através da chave PIX e-mail `causaanimal@portoalegre.rs.gov.br`.

Ajuda holandesa
O prefeito Sebastião Melo se reuniu nesta quarta-feira com uma comitiva de pesquisadores da Holanda em Porto Alegre para realizar um diagnóstico da situação das enchentes na capital gaúcha e no RS. O chefe do Executivo destacou que o encontro representa o primeiro passo para a realização de uma parceria voltada à recuperação da cidade e proteção contra futuras inundações.

Moção de solidariedade
A Câmara de Porto Alegre aprovou nesta quarta-feira uma moção de solidariedade em apoio ao projeto de lei do deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS) que prevê medidas emergenciais de suporte financeiro e fiscal destinadas a mitigar os efeitos econômicos e sociais decorrentes das enchentes no RS. O texto propõe alternativas para preservar o emprego e a renda, garantir a continuidade das atividades empresariais e promover a recuperação econômica do estado.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS

BRUNO LAUX

NOTÍCIAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

Prioridade gaúcha

Integrantes da Comissão de Economia da Assembleia gaúcha sugeriram nesta quarta-feira o anúncio de um programa emergencial de manutenção de empregos e renda para o RS, entre outras medidas, a serem adotadas pelo governo federal na recuperação econômica do Estado. Os parlamentares elencaram a demanda como prioritária para o restabelecimento da vida dos gaúchos, frente ao amplo número de empresas que encontram dificuldades para manter o seu corpo de funcionários.

Falta de planejamento

O deputado Dirceu Franciscon (União) defendeu nesta quarta-feira o congelamento da dívida do RS com a União para aliviar os impactos econômicos das enchentes. Ao comentar sobre a relação do Planalto e do Estado nas tratativas de recuperação do território gaúcho, o parlamentar destacou que há falta de planejamento entre as partes para o avanço de ações efetivas. Franciscon defende o agendamento de uma reunião das bancadas estadual e federal com o presidente da República para alinhar as medidas necessárias para o restabelecimento da economia estadual.

Violência policial

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia gaúcha acolheu nesta quarta-feira uma denúncia de violência policial perpetrada por agentes vindos de São Paulo no bairro Bom Jesus, em Porto Alegre. Gilvandro Antunes, representante do Movimento Vidas Negras Importam, relatou ao colegiado que moradores locais foram ameaçados, intimidados e humilhados por agentes paulistas, os quais foram enviados ao estado para reforçar as ações de segurança pública em meio à crise climática. "Na Bom Jesus não havia situação de alagamentos, então por que esses policiais estavam lá? Há uma ilegalidade por trás dessas ações, que depois não podem ser punidas porque nós não temos acesso à polícia de São Paulo", pontuou a deputada Luciana Genro (PSOL), que articulou a queixa no colegiado.

Responsabilização devida

Entidades do movimento comunitário de Porto Alegre, articuladas pela deputada Bruna Rodrigues (PCdoB), protocolaram nesta semana uma Ação Civil Pública contra a prefeitura da Capital e o prefeito Sebastião Melo. O texto acusa o governo municipal de causar danos à coletividade a partir da negligência de medidas de prevenção às cheias, enquanto possuía informações sobre a necessidade de melhorias e ajustes no sistema de proteção contra enchentes. "Da falta de investimento e manutenção no DMAE até a redução de pessoal e de orçamento nessas áreas, são muitas as evidências de que o Executivo municipal tem parte na crise que vivemos. Por tudo isso, queremos que Melo responda ao povo por sua omissão, que seja responsável pela sua falta de ação para prevenir essa tragédia climática que vivemos", destaca Bruna.

Descumprimento de direitos

A Comissão de Defesa do Consumidor do Legislativo gaúcho recebeu nesta quarta-feira uma série de denúncias relacionadas ao descumprimento de direitos do consumidor durante a crise climática no RS. Dentre os casos apresentados, há cobranças indevidas para o religamento da energia elétrica por parte de prestadores da CEEE Equatorial, além de valores cobrados pelo Hospital Divina Providência junto aos segurados do IPE-Saúde que buscam atendimento na emergência. Ao receber as reclamações, o colegiado se comprometeu a encaminhar as questões para devida análise do Ministério Público e Procons estadual e municipal.

União necessária

Para o líder do PSDB no Parlamento gaúcho, Professor Bonatto, uma das crises mais difíceis enfrentadas atualmente pelos gaúchos é a falta de união para a mitigação das consequências da catástrofe climática no RS. O deputado afirma que o momento requer unidade e participação de todos, independentemente de partido ou ideologia, para viabilizar a recuperação do estado. "Vivemos um momento marcante, cheio de angústias e desafios. É triste ver o RS tão devastado, mas não vamos parar de trabalhar pela reconstrução do nosso Estado", destaca Bonatto.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

TENENTE DIRCEU CARDOSO GONÇALVES

CONVENCER O GAÚCHO A NÃO DEIXAR O RS

Felizmente, a água está baixando em Porto Alegre e nas demais localidades gaúchas assoladas pelas cheias que duraram todo o mês de maio cujos danos estão agora expostos e carecem restauração. Socorridas ou pelo menos encaminhados os sobreviventes, os governos precisam se movimentar após a formidável demonstração de solidariedade de todo o Brasil para com os irmãos flagelados. Surge agora um problema adicional: o êxodo.

Governos e as forças da sociedade gaúcha organizada preocupam-se com a possiblidade de os atingidos – mesmo com todo o amor que têm pelo torrão natal – busquem outros lugares mais seguros para continuar a vida.

É tradicional a migração de gaúchos – com sua força de trabalho para outros pontos do País. Muitos deles são encontrados com florescentes negócios no Brasil Central e outras áreas que um dia lhes foram mais favoráveis para fazer sua vida do que o próprio Estado sulista. Agora é um momento crítico que os sofridos chefes de família precisam encontrar segurança para permanecer. Além de ajudados a recompor suas moradias e fontes de renda, carecem ser convencidos de que onde forem realocados não estarão arriscados a sofrer o mesmo infortúnio que os levou ao atual estado de desabrigo e penúria. Não esqueçam as lideranças riograndenses que a tragédia das águas se abateu três a quatro vezes no último ano, cada vez mais devastadora. E é necessário colocar um fim nesse estado de coisas.

Existem os municípios interioranos cujas próprias autoridades não têm certeza quanto a reconstruir sua sede no mesmo lugar ou deslocá-la para ponto mais alto e seguro. Estes precisam ser apoiados na decisão. O noticiário dos últimos tempos registra a existência de barragens problemáticas que ameaçavam ruir. O acidente ocorreu e potencializou o problema das cheias. O Estado carece de mais cuidados com essas obras que são fundamentais ao desenvolvimento mas perigosas quando fora de conformidade. Há a questão da manutenção das obras hidráulicas. Não só as barragens, mas principalmente o muro de Porto Alegre, que foi construído em razão do conhecimento de que o rio, quando cheio, é mais alto do que a cidade e causa inundações. Todos os equipamentos do muro e as estações de bombeamento têm de estar em plenas condições de funcionamento dia e noite, durante os 365 dias do ano.

O gaúcho, empreendedor e detentor de grande força de trabalho, tem levado aquele Estado a grandes produções agrícolas. É preciso, no entanto, que as forças institucionais e da própria sociedade cuidem da salubridade do ambiente para que ele se sinta seguro e fique sem o sobressalto daquele que tem a figurada espada sobre a cabeça. Espada essa representada pela água que pode chegar e levar tudo a qualquer instante. Todos os recursos técnicos e econômicos devem ser empregados nessa normalização e salubrização do território. Evitar que o gaúcho, judiado em sua terra, vá empregar sua força e produzir riquezas em outras plagas.

Espera-se que, sem demora, União, Estado e municípios estejam falando a mesma linguagem e concretizando as promessas feitas à população flagelada no difícil momento em que o mais importante era salvar a própria vida. Agora é hora de reconstruir o habitat ou, sem isso, o grande e tradicional Estado e o Brasil terão muito a perder. Além do socorro ao Rio Grande do Sul, precisamos de um programa nacional que evite o descontrole das águas e encostas. Há muito o que fazer para evitar que rios saiam de sua calha, pois foram séculos de maus-tratos. Mas é preciso começar porque, a cada ano que passa, maiores serão os danos e as vítimas a lamentar. A União, que arrecada a maior parte dos tributos deve entrar com os recursos, o Estado oferecer apoio técnico e os municípios executar as obras de acordo com o estabelecido nos projetos. Não há outra alternativa. Lembremos que desde 2012 está legalmente prevista a montagem do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNDC), cuja função será identificar as áreas sujeitas a riscos de desastres. Passados mais de uma década de sua concepção, o programa ainda não saiu do papel. Não serviu para o Rio Grande do Sul, mas ainda deverá atender ao resto do País.

Tenente Dirceu Cardoso Gonçalves - dirigente da ASPOMIL (Associação de Assist. Social dos Policiais Militares de São Paulo)

CADERNO COLUNISTAS

A POLÍTICA EM TEMPOS DE CRISE

GABRIEL BRITO

O artigo tem por objetivo trazer elementos para compreender as funções da política na reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul após as enchentes de abril e maio de 2024, analisando sucintamente algumas medidas do Congresso Federal, destacando ao fim um dos desafios a serem enfrentados neste campo.

Ao superar em parte o viés autoritário do regime anterior, a Constituição de 1988 consagrou o Estado Democrático de Direito com fundamento no pluralismo político, estatuindo que o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente (CRFB, art. 1º, parágrafo único).

As garantias individuais de manifestação, associação, reunião, vedação à discriminação por opiniões políticas reforçam o caráter liberal dos direitos políticos da Constituição, que ademais consagrou a livre constituição e organização partidária (CRFB, art. 5º, IV, VIII, XVI, XVII, XVIII, XX, art. 14 e art. 17).

O liberalismo político, porém, não necessariamente acompanha o interesse do cidadão pela política, sua confiança no Congresso ou nos partidos, ou até mesmo sua satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil.

O Estudo Eleitoral Brasileiro de 2022 (ESEB-2022) indicou que 61,1% dos entrevistados têm pouco ou nenhum interesse por política, 69,8% possuem pouca ou nenhuma confiança no Congresso Nacional, 84,2% possuem pouca ou nenhuma confiança nos Partidos Políticos e 81,4% não se considera próximo de qualquer partido político. Além disso, 65,9% da amostra se disse pouco ou nada satisfeita com o funcionamento da democracia no Brasil.

Apesar desse panorama, 59,1% dos entrevistados concordam que não pode haver democracia sem partidos ou congresso nacional, o que representa uma maioria, mas não ao ponto de ignorar que 29,8% acreditam que a democracia pode funcionar sem o Congresso ou partidos.

Nesse sentido, não é surpreendente que, no auge dos problemas ocasionados com as enchentes no Rio Grande do Sul, algumas manifestações tenham realçado o slogan “o povo pelo povo”, não apenas para ressaltar a solidariedade de pessoas que, voluntariamente, prestavam (e ainda prestam) ajuda, mas a rejeitar de forma implícita a função da política.

Por isso, nesse cenário de desconfiança com o Congresso e com os partidos políticos, destacam-se algumas medidas adotadas por parlamentares no Congresso para dar resposta aos problemas decorrentes da catástrofe ambiental.

Em 5 de maio de 2024, em Porto Alegre/RS, os líderes do Senado e da Câmara dos Deputados anunciaram que o Congresso agiria de forma “dura, firme e efetiva”, adotando-se medidas “rápidas e urgentes”, com apelos ao espírito de união para reconstruir o Estado (Congresso em Foco, 05.05.2024).

Disso resultou a criação da comissão externa no Senado com a participação dos senadores gaúchos e de um representante de cada partido do Senado (Congresso em Foco, 06.05.2024).

Em 07 de maio de 2024, após aprovação na Câmara, o Senado aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 236/2024, originado de mensagem do Executivo, para reconhecer o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul até 31.12.2024, suspendendo a aplicação de regras da Lei de Responsabilidade Fiscal com o intuito de atender às consequências dos eventos climáticos ocorridos no Estado (Congresso em Foco, 07.05.2024).

Posteriormente, aprovou-se a alteração do Orçamento e da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 para facilitar a liberação de recursos de emendas parlamentares para ajudar o Estado do Rio Grande do Sul (Agência Câmara de Notícias, 09, 17 e 20.05.2024). Inclusive, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara decidiu, em 22 de maio, redirecionar suas emendas ao orçamento para atender o Rio Grande do Sul (Agência Câmara de Notícias, 23.05.2024)

Em 15 de maio de 2024, após aprovação pela Câmara, o Senado aprovou a suspensão, por até três anos, de pagamentos da dívida de entes federativos afetados por estado de calamidade pública decorrentes de eventos climáticos extremos reconhecido pelo Congresso, situação que se aplica atualmente ao Estado (Congresso em Foco, 15.05.2024).

Há, ainda, os projetos de emenda constitucional que estão em tramitação, das quais se destacam a PEC 15/2024, que prevê a adoção, em âmbito regional e local, de regime fiscal extraordinário para catástrofes ambientais (Congresso em Foco, 06.05.2024); a PEC 20/2024, apresentada na Câmara, a qual prevê que os gastos destinados à reconstrução do Estado podem ser abatidos do montante da dívida do Estado (Congresso em Foco, 23.05.2024); e a PEC 55/2024, apresentada na Câmara, que reserva 5% de emendas orçamentárias para enfrentar catástrofes naturais (Agência Câmara de Notícias, 28.05.2024).

De igual modo, há Projetos de Lei, ainda em tramitação, que tratam das questões relacionadas a eventos cancelados ou adiados no Estado por conta das enchentes, que isentam o IPI na compra de eletrodomésticos para quem foi afetado diretamente pelas enchentes, além dos que estabelecem medidas emergenciais para a agricultura familiar e isentam por seis meses os usuários diretamente atingidos pelas enchentes de pagar tarifas de energia e de saneamento básico (Agência Câmara de Notícias, 22 e 28.05.2024).

Sem prejuízo destas medidas, tramitam no Congresso medidas provisórias editadas pelo Executivo, tais como a que criou a Secretaria Extraordinária da Presidência da República para apoio à Reconstrução do Estado (Agência Câmara de Notícias, 16.05.2024), a que flexibiliza normas de licitações públicas no enfrentamento de calamidades (Agência Câmara de Notícias, 20.05.2024) e as MPVs que dispuseram sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Municípios e às famílias atingidos pelas enchentes (Agência Câmara de Notícias, 23 e 24.05.2024).

Ainda, ressaltam-se os debates nas diversas comissões da Câmara, com temas que variam das consequências e ações a serem adotadas após as enchentes, as relações entre a crise climática e racismo ambiental e as questões de saúde mental de profissionais e voluntários que atuam em ações de resgates (Agência Câmara de Notícias, 15, 28 e 29.05.2024).

A análise das medidas do Congresso demonstra uma efetiva atuação do Parlamento durante a calamidade, seja ao propor e discutir os projetos de lei e de emenda à Constituição, seja ao fomentar os debates de problemas decorrentes das catástrofes nas suas diversas comissões.

O desafio do Congresso é fomentar espaços para ouvir as necessidades e expectativas das comunidades afetadas em termos de políticas públicas, medida que servirá para aproximar a comunidade do próprio Parlamento e que pode aumentar a qualidade da própria democracia (Pogrebinski e Ventura, 2017).

Nisso não reside, porém, uma redução das funções do parlamento, mas sim um reforço às suas atribuições e uma maior efetividade nas políticas públicas a serem votadas.

Por isso, ainda que compreensível a frase “o povo pelo povo”, ela acaba por menosprezar o relevante papel que o Congresso teve e tem na discussão e aprovação de medidas direcionadas à reconstrução do Estado, além de relegar às vítimas (o povo) toda responsabilidade pela reconstrução.

Gabriel Brito – Advogado associado ao Iargs

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS

EDSON BÜNDCHEN

AS BLUSINHAS DA DISCÓRDIA

A guerra na Ucrânia, a ascensão da economia chinesa e uma série de inquietações relacionadas a problemas que vão desde o ressurgimento da questão nuclear até as mudanças climáticas estão remodelando o sentido da globalização dos mercados. A ideia de que haveria a possibilidade de um grande mercado mundial, no qual vantagens locais como mão-de-obra barata, por exemplo, pudessem ser globalmente compartilhadas, passou a ser ameaçada por questões geopolíticas, cujas placas tectônicas se movimentam e deterioram uma tendência de integração que parecia ser perene. Com a volta do medo, impulsionado por maior instabilidade política, rápidas transformações tecnológicas e redefinição de parcerias e blocos comerciais trazem de volta mais protecionismo e o uso excessivo de salvaguardas debilitam o livre comércio. Inevitável, nesse contexto, o retorno do debate entre liberais e keynesianos sobre os limites e o papel do Estado na economia, o que naturalmente embute muitas contradições ao tempo em que oferece uma oportunidade para que alguns dogmatismos sejam confrontados, especialmente diante dos interesses dos atores envolvidos nas disputas. O assunto não é novo. Há precedentes históricos que alimentam ambos os polos em discussão, assim como existem também diferentes pontos de vista baseados em ideologias, muitas delas contaminadas por ideias que se imaginavam superadas. Num mundo crescentemente sectário e xenófobo, é preciso, em momentos como este, abertura e boa vontade intelectual para absorver novas tendências, sempre considerando as particularidades que devem ser levadas em conta em qualquer intervenção que objetive a construção de um desenvolvimento econômico equilibrado, especialmente nas suas dimensões social, cultural e ambiental, pré-condições que hoje tornaram-se inegociáveis.

Os americanos, a propósito, na condição ainda de maior economia do planeta, se veem enredados num confronto sem precedentes com os chineses. As insinuações do gigante asiático nos mercados de alta tecnologia, energia limpa e "fábrica do mundo" colocaram muita pressão sobre a moeda americana, levando a questão até para além de uma "guerra comercial". Algumas alíquotas para veículos automotores, baterias de lítio, semicondutores e painéis solares devem quadruplicar ainda em 2024. No Brasil, embora num contexto bem menos crítico, a discussão sobre a tributação de importações feitas através de plataformas eletrônicas baseadas na China ganhou as manchetes. O tema, embora circunscrito à importação de artigos de valores de até U$ 50,00, teve enorme repercussão por impactar compras que supostamente seriam feitas por consumidores de menor renda, cuja isenção tributária embutiria um importante aspecto social junto aos mais pobres.

Entretanto, para além do aspecto tributário em si, o assunto abre um debate muito mais amplo e estratégico, uma vez que remete às fragilidades de nosso modelo concorrencial com outros países, neste caso em particular com a China. O espetacular avanço de novas tecnologias permitiu que plataformas digitais chinesas ofereçam seus produtos, que gozam de grande competividade de custos em sua fabricação de origem, diretamente aos consumidores dos mais remotos cantos do Brasil. Orientados por algoritmos cada vez mais assertivos, plataformas como a Shein, Shopee e AliExpress estão impactando diretamente as indústrias brasileiras e todo o varejo, desde grandes redes até o pequeno lojista de cidades menores. Cresce o apelo para que o Congresso brasileiro aprove uma tributação adequada sobre as importações das "blusinhas chinesas", tratamento jocoso que o tema ganhou após a polêmica ser instaurada e que revela a forma espirituosa como o brasileiro trata assuntos sérios. Para além disso, salta aos olhos que não será a tributação ou não das "blusinhas" o remédio para a nossa consagrada ineficiência tributária e trabalhista, bem como do nosso modelo estruturalmente hostil ao empreendedorismo. Para avançar, somente com amplas reformas, disposição para um enfrentamento que ainda não tivemos até agora. Edson Bündchen

CADERNO C COLUNISTAS

FATOS HISTÓRICOS DO DIA 6 DE JUNHO

EFEMÉRIDES

Eventos

1752 - Um incêndio devastador destrói um terço de Moscou, incluindo 18 mil casas.
1946 - A União Soviética estabelece relações diplomáticas com a Argentina.
1966 - Após três dias em órbita, a nave espacial tripulada Gemini IX, do Projeto Gemini, retorna à atmosfera terrestre.
1984 - Criação do jogo Tetris.
1985 - Localizado o corpo do criminoso alemão Josef Mengele.

Nascimentos

1756 - John Trumbull, pintor estadunidense (m. 1843).
1799 - Alexandre Pushkin, poeta russo (m. 1837).
1816 - Tristão José Monteiro, comerciante e colonizador brasileiro (m. 1892).
1848 - António Gomes Leal, poeta português (m. 1921).
1875 - Thomas Mann, escritor alemão (m. 1955).
1879 - Patrick Abercrombie, arquiteto e urbanista britânico (m. 1957).
1884 - Levino Fânzeres, pintor brasileiro (m. 1956).
1890 - Leo Vaz, escritor e jornalista brasileiro (m. 1973).
1930 - Carlos Maximiliano Fayet, arquiteto brasileiro (m. 2007).
1932 - David Scott, astronauta estadunidense.
1934 - Carlos Nobre, cantor e compositor brasileiro (m. 2009).
1936 - Maysa Matarazzo, cantora e compositora brasileira (m. 1977).
1957 - Fábio Barreto, cineasta brasileiro.
1960 - Steve Vai, guitarrista norte-americano.
1962 - Heloísa Helena, política brasileira.
1967 - Paul Giamatti, ator norte-americano.
1988 - Yasmin Brunet, modelo brasileira.

Falecimentos

1548 - João de Castro, fidalgo português (n. 1500).
1554 - Hieronymus Schurff, jurista alemão (n. 1481).
1840 - Marcellin Champagnat, santo católico francês (n. 1789).
1943 - Artur Neiva, cientista e político brasileiro (n. 1880).
1948 - Louis Lumière, pioneiro do cinema francês (n. 1864).
1961 - Carl Gustav Jung, psicólogo suíço (n. 1875)
1962 - Yves Klein, artista francês (n. 1962).
1968 - Robert Kennedy, político norte-americano.
1976 - Jean Paul Getty, industrial estadunidense (n. 1892).
1982 - Rolls Gracie, lutador brasileiro de jiu-jitsu (n. 1967).
2016 - Hélio Garcia, político brasileiro (n. 1931).
2021 — Camila Amado, atriz brasileira (n. 1938).

Após vitória do Inter na Sul-Americana, Coudet afirma: “Merecíamos ganhar por mais gols”.

Em partida atrasada da 4ª rodada do grupo C da Copa Sul-Americana, o Inter venceu o Real Tomayapo-BOL por 2 a 0 na noite da última terça-feira (4). Disputado no Estádio IV Centenário (Bolívia), o duelo teve o placar definido com gols de Bruno Gomes e Lucas Alario. Com o resultado, o Colorado chegou aos 8 pontos e continua com chance de avançar às oitavas de final.

Após a vitória, o técnico Eduardo Coudet falou sobre o triunfo e afirmou que queria mais. “Sinto que fizemos um grande jogo e merecemos ganhar. Merecíamos ganhar por mais gols, mas o vencedor foi justo. Sim, o início pode ter sido parecido com o jogo de ida, porque sabíamos que fariam uma linha de cinco, mas acho que encontramos todos os caminhos para chegar. (...) Tivemos muitas situações e, bem, queríamos fazer mais gols, porque sinto que estávamos bem na partida e as situações aconteciam minuto após minuto. Estou contente. Contente porque ganhamos novamente, e agora vamos ao campo do Juventude, contra o Delfín-EQU, no sábado, sabendo que, se ganharmos, estaremos nos playoffs”, afirmou Coudet.

Ricardo Duarte/S.C. Internacional

Em partida atrasada da 4ª rodada do grupo C da Copa Sul-Americana, o Inter venceu o Real Tomayapo-BOL por 2 a 0.

O clube gaúcho volta a campo neste sábado (8) para enfrentar o Delfín-EQU, às 21h30min, no Estádio Alfredo Jaconi, em Caxias do Sul, também pela competição continental. O Inter tem a mesma pontuação do time equatoriano. Mas como o Delfín leva vantagem nos critérios de desempate, o time de Eduardo Coudet continua na terceira posição. Ainda assim, o Colorado precisa apenas de uma vitória simples na próxima partida para avançar aos playoffs contra uma equipe oriunda da fase de grupos da Copa Libertadores.

Já pelo Campeonato Brasileiro, o Inter retorna aos gramados no próximo dia 13 (quinta-feira), às 20h, contra o São Paulo, onde mandará seu jogo no Heriberto Hülse, em Criciúma (Santa Catarina). Em seguida, no dia 16 (domingo), o duelo contra o Vitória será no Barradão, em Salvador (Bahia), às 16h.

Peñarol ou Fluminense: técnico gremista escolhe caminho favorito na Libertadores.

O Grêmio confirmou sua classificação para as oitavas de final na Libertadores na terça-feira (4) ao bater o Huachipato, se juntando ao The Strongest como representante do grupo C.

Com uma partida a disputar ainda, o Tricolor pode enfrentar o Peñarol (se classificado em 1º) ou o Fluminense (se 2º) na próxima fase.

Em entrevista coletiva, o técnico gremista Renato Portaluppi foi questionado sobre qual caminho preferia no mata-mata e não titubeou: quer ser o 1º colocado.

”Eu já havia conversado com o grupo que nós tínhamos que buscar a vitória hoje , sabíamos que o jogo era muito difícil e foi. Mas o objetivo era esse. Na pior das hipóteses, conquistar um empate que nos manteria vivo. Nós respeitamos todos os adversários, de um lado ou do outro. Mas o Grêmio é grande, nós vamos buscar, sim, o primeiro lugar”, disse.

”Não garanto, mas vamos trabalhar até sábado para que a gente possa buscar o primeiro lugar para poder jogar a segunda partida das oitavas em casa. Em casa que eu digo, não sei aonde, mas próximo da nossa torcida. Esse é o objetivo, não adianta escolher adversário, o caminho, o Grêmio é tão grande quanto nossos adversários. Eles querem ser campeões, nós também. Se o adversário for o Peñarol, sem problema algum”, completou.

Ingressos

O Grêmio já garantiu a venda de 26 mil ingressos para a partida decisiva contra o Estudiantes, da Argentina, pela Libertadores. Por conta das enchentes no Rio Grande do Sul, a Arena, em Porto Alegre, está sem condições de jogo, portanto o duelo de sábado (8), às 19h, ocorrerá no Couto Pereira, em Curitiba (PR).

Lucas Uebel/Grêmio FBPA

”O Grêmio é tão grande quanto os nossos adversários. Eles querem ganhar, mas nós também”, disse Renato Portaluppi.

Todos os torcedores podem adquirir os ingressos. A venda para o público geral abriu na tarde de terça e a carga destinada à torcida gremista é de 32,9 mil ingressos.

Presidente do Palmeiras defende em CPI banir dono do Botafogo do futebol brasileiro.

A presidente do Palmeiras, Leila Pereira, disse, nesta quarta-feira (5), durante a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, no Senado, que não há prova alguma sobre a manipulação de partidas do Campeonato Brasileiro.

"Se ele não comprovar absolutamente nada, porque até agora, objetivamente, eu não vi prova absolutamente nenhuma, eu desconheço, eu não vi. Sabe, não tenho dúvida nenhuma que o John Textor teria que ser banido do futebol brasileiro", afirmou a presidente do Palmeiras.

A mandatária foi ouvida na condição de testemunha, para responder a questionamentos deixados pelo dono do Botafogo SAF, John Textor, sobre supostos resultados combinados em partidas campeonato, inclusive, do Palmeiras.

Leila ainda chamou as denúncias de Textor de "irresponsáveis" e "criminosas".

"Porque com essas denúncias irresponsáveis, criminosas, isso ele afeta não só o Palmeiras, ele afeta toda a credibilidade desse grande produto que é o futebol brasileiro", reclamou.

Rafael Ribeiro/CBF

Leila ainda chamou as denúncias de Textor de "irresponsáveis" e "criminosas".

Segundo ela, o problema do dono do Botafogo com o Palmeiras, começou a partir da virada de 4 a 3 que o time carioca levou do time paulista no campeonato brasileiro de 2023.

"Eu não posso deixar um estrangeiro vir aqui pro Brasil, que perdeu um título, por incapacidade deles, por capacidade do Palmeiras. Ele precisa provar o que está dizendo", finalizou.

O senador Romário (PL-RJ) perguntou à presidente sobre a opinião dela a respeito de jogadores que são identificados apostando. Leila afirmou que a punição deve ser "severa".

"Eu sou a favor do banimento. Sem punição você não vai chegar a lugar nenhum. Sem punição severa, não adianta advertência, uma carta", afirmou Leila.

O convite para que ela participasse da Comissão Parlamentar de Inquérito foi feito pelo presidente da CPI, senador Jorge Kajuru (PSB-GO), e foi adiado por várias vezes. A princípio, seria junto com o presidente do São Paulo, Julio Casares, mas por incompatibilidade de agendas, acabou mudando.

Denúncias

A primeira pessoa ouvida pela CPI foi o dono do Botafogo, John Textor, em 22 de abril. Na data, ele afirmou que a "manipulação de resultados é realidade".

"O que nós descobrimos não é nada diferente do restante do mundo, Bélgica, França, toda a Europa. A manipulação de resultados é uma realidade", afirmou John Textor.

Segundo o dono do Botafogo, os indícios de manipulação no futebol brasileiro foram identificados por ele nos anos de 2022 e 2023.

Entretanto, apesar de mostrar relatórios, vídeos e áudios, Textor não conseguiu comprovar que os lances de partidas apontadas por ele realmente haviam sido manipuladas.

Lucas Paquetá pode ser banido do futebol.

O meio-campista Lucas Paquetá, do West Ham, foi denunciado pela Associação de Futebol da Inglaterra (FA, na sigla em inglês) em maio acusado de suposto envolvimento em esquema de apostas em partidas realizadas em 2022 e 2023 no futebol inglês. O brasileiro diz ser inocente.

A alegação da entidade é de que o atleta violou quatro normas das regras de apostas do Campeonato Inglês. De acordo com o jornal britânico The Sun, o relatório da FA recomenda "banimento para sempre" de Paquetá caso seja o meia seja considerado culpado.

Conforme o periódico, os promotores da Associação consideram as acusações contra o jogador brasileiro "ainda mais graves" que casos antigos semelhantes. Em 2018, o lateral do Lincoln City, Bradley Wood, foi condenado a seis anos de suspensão por ser considerado culpado de receber cartão amarelo de forma intencional em duas ocasiões. Três anos depois, em 2021, o também lateral Kynan Isaac, do Stratford Town, foi punido com 10 anos fora dos gramados por apostar em um cartão amarelo para si mesmo.

Rafael Ribeiro/CBF

O meio-campista Lucas Paquetá, do West Ham, foi denunciado pela Associação de Futebol da Inglaterra.

Já Paquetá é investigado pelos cartões amarelos recebidos em quatro jogos da Premier League: um contra o Leicester, em 12 de novembro de 2022; outro diante do Aston Villa, no dia 12 de março de 2023; um contra o Leeds, em 21 de maio de 2023; e, por último, no confronto com o Bournemouth, em 12 de agosto de 2023.

As investigações começaram em agosto do ano passado e, segundo a acusação, o brasileiro teria tomado as advertências deliberadamente para causar lucro a uma ou mais pessoas "com o propósito indevido de afetar o mercado de apostas", conforme aponta o comunicado da FA.

"Estou extremamente surpreso e chateado com o fato de a FA ter decidido me acusar. Cooperei com todas as etapas das investigações e forneci todas as informações que pude durante nove meses. Nego as acusações na íntegra e lutarei com todas as minhas forças para limpar meu nome. Devido ao processo em andamento, não fornecerei mais comentários", disse Paquetá em postagem no X, antigo Twitter.

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) decidiu manter a convocação do meia para os amistosos da Data Fifa de junho e para a Copa América. "Conclui-se, de forma categórica, que o jogador Lucas Paquetá, apesar da conduta pela qual fora denunciado autorizasse o afastamento preventivo, conforme previsto no E16.1 do regulamento da FA, não foi apenado até o momento pela entidade processante e legitimada para sancioná-lo", afirmou o presidente da entidade, Ednaldo Rodrigues, em comunicado.

O atleta se apresentou à Seleção Brasileira na última quinta-feira, e está em concentração para os jogos amistosos contra México e Estados Unidos, nos dias 8 e 12 de junho, respectivamente, antes da disputa da Copa América, que começa em 20 de junho. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Cérebro é capaz de armazenar 10 vezes mais dados do que se pensava anteriormente.

Reprodução

Cientistas usaram um novo método para analisar com precisão a quantidade de informação que o órgão é capaz de guardar.

Um grupo de pesquisadores do Instituto Salk de Estudos Biológicos, em San Diego, na Califórnia, descobriu que o cérebro é capaz de reter aproximadamente 10 vezes mais informações do que se era compreendido anteriormente. A análise foi publicada no final de abril passado na revista Neural Computation, e indica que o novo método de estudo pode melhorar a compreensão humana a respeito do envelhecimento e das doenças que atingem o cérebro.

De forma similar a uma máquina, a memória humana é também é aferida em "bits", que variam conforme o número de conexões entre neurônios, ou seja, as sinapses. Essas células cerebrais que formam a base da aprendizagem e da memória mediante comunicação entre pontos e partilha de informações.

Antigas pesquisas indicavam que as sinapses apareciam de forma limitada em termos de tamanho e intensidade, logo, seria um fator limítrofe à capacidade de armazenamento cerebral. No entanto, de acordo com uma publicação divulgada também pela Live Science, os cientistas desenvolveram um método mais preciso para avaliar a força das conexões entre os neurônios a partir de um cérebro de rato.

Com mais de 100 trilhões de conexões entre neurônios, o cérebro humano usa meios químicos para enviar informações pelas sinapses, o que aumenta na medida em que o indivíduo exercita a aprendizagem. De acordo com Live Science, o estilo de vida de uma pessoa pode influenciar a plasticidade sináptica, ou seja, o fortalecimento ou enfraquecimento das sinapses em resposta aos neurônios que as ajudam a trabalhar.

Uma questão que ainda pairava nas pesquisas era a dificuldade de aferir a plasticidade sináptica a cada mensagem enviada pelo cérebro. O novo estudo prova que isso agora é possível através da Teoria da Informação, que busca aplicar um esquema matemático para entender a transmissão de dados por um sistema. Por meio dela, os cientistas estimam serem capazes de entender quanto de informação é transmitida pelas sinapses e o que fica apenas como um tipo de "ruído de fundo" sem necessariamente ser absorvido pelo cérebro.

A equipe do Instituto Salk de Estudos Biológicos usou o cérebro de um roedor para análise de sinapses de uma região responsável por aprendizagem e formação de memória. Ao dar destaque para pares de células cerebrais de transmissão, os cientistas puderam perceber que, a partir de um mesmo estímulo, esses pares se fortaleceram ou enfraqueceram exatamente na mesma quantidade – o que sugere que o cérebro é altamente preciso ao ajustar a força de uma determinada sinapse.

Dessa maneira, foi constatado que as sinapses no hipocampo são capazes de armazenar entre 4,1 e 4,6 bits de informação. Em relatórios anteriores, pesquisas puderam chegar a uma conclusão semelhante com cérebros de ratos, porém, com menor precisão. Assim, o novo estudo demonstrou que as sinapses podem carregar muito mais do que só um "bit", e os métodos empregados na pesquisa poderão ser aplicados para entender o armazenamento em diferentes áreas do cérebro e estudos específicos a respeito de saúde.

Dieta zero açúcar das famosas: veja benefícios de cortar ingrediente do cardápio.

Como as famosas fazem para exibir tanta beleza e um corpo esbelto? Embora parte do sucesso possa ser atribuído ao DNA de cada uma, não há como negar que a alimentação saudável é fundamental nesse processo. As modelos Gisele Bündchen, Mônica Benini e Yasmin Brunet, as atrizes Paolla Oliveira e Kate Hudson, a empresária Maíra Cardi, e as influenciadoras Gracyanne Barbosa e Juju Salimeni contam com ferramentas aliadas, como personals e especialistas, entre outros recursos, nessa missão.

Reprodução

Gracyanne Barbosa, entre outras celebridades, é adepta de um estilo de vida saudável.

As estrelas já afirmaram que seguem uma dieta sem açúcar. A nutricionista Paula Pratti explica que, embora seja muito saborosa, o excesso do consumo da sacarose pode ser prejudicial para a saúde.

"O açúcar em excesso, além de inflamar o organismo, levar ao sobrepeso, é um dos principais causadores da esteatose hepática (gordura no fígado). Existem muitos alimentos industrializados que a população em geral consome e não faz ideia que é cheio de açúcar, como molho de tomate, iogurte, bolacha água e sal, pão de forma, entre outros. Então o ideal é deixar o consumo de açúcar apenas para momento eventuais e quando quiser comer aquela sobremesa especial, explica ela.

Como controlar a compulsão pelo alimento

Paula dá dicas para se livrar da dependência do ingrediente. O corte deve acontecer de forma gradual, para que o corpo não sinta tanto a falta do açúcar.

"Existem 2 orientações que sempre dou aos meus pacientes para que consigam fazer essa redução: 1º. Reduzir gradativamente a adição de açúcar em bebidas como café ou sucos da seguinte forma: se você usa uma 1 colher de chá em 1 xícara de café, reduzir para 1/2 colher de chá e manter essa redução por 15 dias. E assim ir reduzindo gradativamente, até conseguir retirar totalmente. A segunda dica é retirar totalmente e ficar ingerindo alimentos mais amargos mesmo, precisa tolerar por volta de 28 dias, depois não será mais sofrido ingerir bebidas sem açúcar pois seu paladar já estará habituado com o gosto natural da bebida."

Dicas para melhorar os hábitos alimentares

Paula aponta os benefícios de evitar o consumo de açúcar e ensina alguns truques. "Sua digestão funciona melhor, você fica mais disposto, sem dores no corpo. E quanto menos açúcar você consome, menos você sente vontade de consumir."

Segue algumas dicas que funcionam: Dificulte o acesso ao açúcar. Não tenha o doce em casa. Quando der vontade saia e compre; Tenha sempre fruta doce em casa, como manga, caqui, banana, ameixa seca, tâmaras; Escove os dentes logo após as refeições se você costuma ter vontade de doces logo em seguida; Beba muita água.

Depilação brasileira: Saiba quais são os riscos do método conhecido no exterior como "brazilian wax".

Reprodução

Comum no Brasil e no mundo, o hábito de retirar todos os pelos da região íntima com cera pode influenciar na saúde.

Muitas mulheres decidem recorrer à depilação total antes de usar o biquíni, mas até que ponto isso é seguro? A depilação brasileira, mais conhecida no exterior como "brazilian wax", se popularizou no Brasil na década de 1980, mas também ganhou fama em outros países com a chegada do biquíni fio-dental. Apesar de famoso, este método não é isento de riscos.

Antes de escolher este estilo de depilação, é preciso saber que ele pode causar infecções até problemas de pele. Embora a depilação íntima seja algo comum, ela não é uma obrigação. O importante é se sentir seguro e confortável.

O que é a depilação brasileira?

A depilação brasileira é um método de depilação na região do biquíni, que envolve a remoção completa dos pelos pubianos na região íntima, nos lábios vaginais e entre as nádegas. Algumas pessoas ainda escolhem remover os pelos das coxas e da área abaixo do umbigo.

Embora pareça ser a melhor forma de dizer adeus completamente aos pelos da zona do biquíni, pode ser uma depilação dolorosa, diante da sensibilidade da pele na região genital. Por outro lado, é importante ter em mente que a depilação com cera não dá um adeus definitivo a esses pelos, pois eles voltam a crescer após um curto período de tempo.

Segundo o portal Best Health, esse tipo de depilação "tornou-se popular no Brasil na década de 1980, após a introdução do biquíni fio dental, e encontrou adeptos na América do Norte na década de 1990".

Quais são os riscos da depilação brasileira?

Se quiser usar este tipo de depilação, saiba que pode ter consequências se não for acompanhado por um profissional que tome todas as medidas de segurança necessárias. Também é preciso ser muito preciso nos cuidados adequados após a depilação, pois é uma área muito delicada.

A dermatologista Whitney Bowe mencionou ao jornal La Nacion que "temos pelos pubianos por uma razão. Eles atuam como um escudo contra bactérias, alérgenos e outros patógenos indesejados", já que eles ajudam a combater infecções na região vaginal.

A remoção total dos pelos pubianos pode provocar maior risco de irritação na região, pois está removendo a barreira natural dessa área. Não é aconselhável fazer esta depilação em casa, devido à delicadeza da área e à necessidade de utilização de materiais especiais para evitar possíveis danos. Além da possibilidade de infecção, a depilação brasileira pode ter outras implicações.

Com a extração completa dos pelos com cera, os folículos capilares ficam expostos, o que não acontece com cremes ou lâminas de barbear. Isso facilita a entrada de bactérias e, portanto, o desenvolvimento de infecções de pele.

Pessoas com problemas de pele como psoríase ou dermatite, quem tem diabetes ou sistema imunológico comprometido têm contraindicação para realizar esse tipo de depilação. Entre as medidas que o profissional responsável pela depilação deve tomar está o uso de luvas e o uso de um bastão de madeira novo cada vez que a cera for colocada no corpo.

Vazamento de documentos do Google revela bastidores e contradições de como são definidas as respostas do buscador.

Como o Google faz exatamente para definir qual site aparece primeiro em um resultado na busca é um segredo guardado há um quarto de século. Documentos internos da empresa vazados na semana passada, no entanto, jogaram luz sobre o que determina como os links aparecem em uma pesquisa — e mostram que a empresa faz aquilo que dizia não fazer.

O compilado de 2,5 mil documentos internos, que foram tornados públicos por dois profissionais de SEO (sigla para a otimização de mecanismos de buscas) dão detalhes dos dados coletados pelo Google para definir o ranqueamento de informações na busca. São mais de 14 mil fatores levados em consideração.

O material fornece pistas de como opera um dos algoritmos mais poderosos da internet, o que influencia o tráfego de audiência para fontes de informações e também a taxa de cliques que chega para as empresas — e que potencialmente é revertida em lucro e em vendas.

São ferramentas que determinam a vida ou a morte de sites. E influenciam a vida de bilhões de pessoas que procuram informações no Google.

Segundo Rand Fishkin, especialista em marketing digital responsável por publicar as informações do vazamento, os dados apontam contradições no que, durante anos, o Google publicamente apontava como fatores que determinavam o resultado das buscas.

Janela incompleta

Um desses fatores é o uso de dados de navegação do Chrome para determinar o ranqueamento de sites. O Google sempre negou que usava esses dados para afinar a classificação de páginas no buscador. O vazamento, porém, mostrou que isso não é verdade.

A taxa de cliques (CTR, pela sigla em inglês) dos sites também pesa na ordem de exibição dos links, o que o Google negava.

”O que chama a atenção é que o Google sempre afirmou categoricamente que não utilizava dados do Chrome. Nós desconfiávamos porque frequentemente testamos os algoritmos”, afirma Rosana Amaral, professora no curso de SEO da Escola Britânica de Artes Criativas e Tecnologia (EBAC).

Ela ressalta ainda que o mecanismo também, pela indicação dos dados revelados, privilegia sites grandes em detrimentos de sites pequenos.

O Google confirmou a autenticidade dos documentos vazados, mas ressaltou que era preciso ter cautela para não fazer “suposições imprecisas sobre a Busca com base em informações fora de contexto, desatualizadas ou incompletas.”

Carlos Affonso, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS), faz um paralelo com a fórmula secreta de um produto: os documentos trazem elementos dela, mas não revelam toda sua composição, nem o processo de produção:

”É importante não comprar a ideia de que a “verdade foi revelada”, mas agora temos mais pistas. Abre uma janela, ainda incompleta, para entendermos como os sites são ranqueados. Se esses elementos forem verdadeiros, é importante a gente entender como eles podem favorecer determinados tipos de sites. E aí a principal preocupação é a desinformação.”

Uma das preocupações das companhias é que, ao revelar as ”fórmulas” dos algoritmos, explica Affonso, sites de desinformação usem isso para tirar vantagem desses mecanismos.

Isso é ainda mais preocupante depois que o Google passou a usar inteligência artificial (IA) nas buscas, oferecendo aos usuários um resumo do tema pesquisado e deixando os links em segundo plano. Sem os cliques que esse links na busca proporcionam, os sites não conseguem recursos e podem deixar de existir, o que levaria a um “deserto de informações” na internet, sem dados de fontes originais.

Fernando Ferreira, doutor em inteligência computacional e pesquisador do NetLab da UFRJ, avalia que a transparência sobre como as ferramentas de busca funcoinam ”é crucial” para garantir a privacidade dos usuários e garantia de cumprimento das leis de proteção de dados.

”Isso também assegura um uso justo e transparente destas ferramentas por proprietários de sites, profissionais de marketing e usuários. Os dois primeiros precisam conhecer as regras para garantir seu tráfego online. Para os usuários, é importante saber como os dados são usados, para decidir se querem disponibilizá-los.”

Reprodução

Google sinaliza mudanças para tornar experiência do usuário mais imersiva.

Aplicativo de Inteligência Artificial permite que você converse com seu "eu" no futuro.

Ainda não inventaram uma máquina do tempo para que você bata um papo com o seu eu do futuro e veja como algumas escolhas de vida podem impactar o seu destino. Mas alguns pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) decidiram utilizar inteligência artificial para simular o encontro.

De acordo com informações do The Guardian, o chatbot simula um "futuro eu" mais sábio, que oferece conselhos e ajuda na tomada de decisões no presente.

O chatbot utiliza recursos visuais como uma foto de perfil envelhecida do usuário para dar ares mais convincentes ao serviço. Além disso, utiliza aspirações, sonhos e memórias do usuário para criar uma narrativa que seja plausível.

Segundo Pat Pataranutaporn, um dos pesquisadores do projeto "Future You", a ideia é instigar um pensamento de longo prazo e promover mudanças comportamentais. Na prática, o seu "eu" do futuro poderia te ajudar a entender o resultado de decisões e escolhas feitas hoje.

Antes de utilizar a ferramenta, é preciso responder uma série de perguntas pessoais que envolvem também o relacionamento com amigos e família. Além disso, o chatbot também utiliza acontecimentos importantes da vida do usuário para tentar gerar uma versão futura mais próxima possível do que realmente seria aquela pessoa aos 60 anos.

Reprodução

Um modelo de IA cria uma personalidade de 60 anos, capaz de dar conselhos de vida ao seu "eu" mais jovem.

O programa alimenta um modelo de inteligência artificial que gera, então, memórias sintéticas para a persona virtual. O chatbot utiliza a tecnologia do ChatGPT 3.5 para a interação com o usuário no presente.

Simulação

O The Guardian simulou uma interação entre um estudante que quer ser um professor de biologia e seu "eu" de 60. O estudante perguntou anos qual seria o seu momento mais gratificante na carreira? O chatbot respondeu que se lembrava do momento em que ajudou um estudante com problemas a melhorar as suas notas e descreveu os sentimentos gerados pela memória artificial.

Como pesquisador do projeto, Pataranutaporn realizou diversas simulações e afirmou que as respostas do programa serviram para que entendesse coisas básicas da vida – como a mortalidade dos próprios pais e o que importa realmente na hora de conduzir a vida.

Em um estudo que ainda não foi publicado e feito com 344 voluntários, a conversa com a ferramenta reduziu o nível de ansiedade sobre o futuro e deixou os participantes mais conectados com o longo prazo. Segundo Pataranutaporn, isso acontece porque o chatbot os encoraja a viver uma vida melhor, com maior foco em objetivos específicos, exercícios regulares, estilos de vida mais saudáveis e um planejamento financeiro mais prudente.

Ivo Vlaev, professor de ciência comportamental na Universidade de Warwick, disse ao Guardian que o projeto do MIT é "fascinante" do ponto de vista comportamental.

"Ele dá um empurrão com intervenções sutis destinadas a orientar o comportamento de forma benéfica, tornando o eu futuro mais presente e relevante para o agora", disse ele. "Se implementado de forma eficaz, tem o potencial de impactar significativamente a forma como as pessoas tomam decisões hoje, tendo em mente o seu bem-estar futuro."

Processado por assédio sexual, Kanye West acusa ex-assistente de praticar chantagem e extorsão.

O rapper Kanye West disse que vai entrar com um processo contra a sua ex-assistente Lauren Pisciotta, de 32 anos, que acionou as autoridades para acusá-lo de assédio sexual. Os representantes do artista classificaram as acusações como ”infundadas” e apontaram que Pisciotta pratica ”chantagem e extorsão” depois de o cantor ter supostamente recusado investidas sexuais dela.

”Em resposta a essas alegações infundadas, Ye entrará com uma ação judicial contra a Sra. Pisciotta”, afirmou a defesa do rapper em nota publicada pela BBC, com citação ao seu atual nome artístico.

A mulher diz que o astro a teria enviado mensagens de cunho sexual, compartilhado vídeos tendo relações sexuais com outras pessoas e ligado para ela enquanto supostamente se masturbava, segundo o TMZ. Lauren ainda o processou por quebra de contrato e por não pagar o valor relacionado à demissão.

Reprodução

Lauren Pisciotta afirma que o rapper americano enviava mensagens, vídeos e fazia ligações se masturbando.

Quem é Lauren Pisciotta?

Lauren é modelo desde nova, já fazia sucesso no Tumblr e permaneceu nas sucessoras que tomaram conta das redes sociais como o Instagram (em que tem 1 milhão de seguidores) e o Onlyfans.

Nessa plataforma, Lauren se tornou a 7º mais conhecida e monetizava vendendo fotos e vídeos sensuais. A modelo afirma que recebia cerca de U$ 1 milhão por ano.

West a contratou em 2021, para colaborar em sua nova linha de roupa e em algumas músicas de seu álbum ”Donda”. A modelo foi empresária de Niykee Heatonque, cantora que faz sucesso nos Estados Unidos e já somou 143 milhões de visualizações em apenas uma música no YouTube.

Após um ano de colaboração com West, a modelo conta que o rapper a pediu para apagar sua conta no Onlyfans e pagaria o mesmo valor para ela ficar sem postar o conteúdo. Ela aceitou.

A modelo conta que após o acordo, os problemas teriam começado. O rapper passou a enviar textos vulgares e abusivos, informando fetiches sexuais com traição e submissão.

Em um dos textos, um trecho chamou a atenção devido a forma como mencionou sobre seu fetiche.

“Meu p*u é racista? Um idiota racista, o meu p*u. Vou olhar fotos de mulheres brancas com bundas negras e dar uma surra no meu p*u racista”.

Johnny Depp volta aos cinemas interpretando Satanás em filme de Terry Gilliam.

Johnny Depp vai interpretar Satanás em um novo longa dirigido por Terry Gilliam, contracenando com Jeff Bridges como Deus. As filmagens devem começar em janeiro de 2025.

Em uma entrevista à revista francesa Premiere, Gilliam disse que o filme, intitulado "O Carnaval no Fim dos Dias", é sobre quando "Deus extermina a humanidade e o único personagem que quer salvá-los é Satanás". O elenco inclui também Adam Driver e Jason Momoa.

Sobre o papel de Bridges, o cineasta contou que "ele não será o Deus a que estamos acostumados".

"No filme, Deus é a natureza. Mas uma natureza que pode falar com você. Vou precisar de animação para dar vida a isso, porque na cena com Deus, há pelo menos 15 animais. E vai ser complicado, porque tem que ser realista. E vai ser muito caro."

Reprodução

O diretor já trabalhou com Johnny Depp em Medo e Delírio e O Mundo Imaginário do Dr. Parnassus.

Atuar no filme de Gilliam representaria um passo significativo na reabilitação da carreira de Depp após sua separação e divórcio turbulentos de Amber Heard, durante os quais ele perdeu uma ação por difamação movida contra o tabloide The Sun por alegações de que ele havia agredido Heard.

Por outro lado, o ator venceu uma ação por difamação movida contra Heard em relação a alegações de que ele a havia agredido fisicamente e sexualmente.

Desde o fim das brigas na justiça, Depp apareceu como Luís 15 no drama de época francês "Jeanne du Barry" e anunciou que vai dirigir uma biografia do celebrado pintor italiano Amedeo Modigliani.

Em evento, Príncipe William fala sobre estado de saúde de Kate Middleton e declara: "Ela teria adorado estar aqui".

Nesa quarta-feira (5), aconteceu no Reino Unido uma das comemorações do aniversário de 80 anos do Dia D, também conhecido como Operação Overlord, que quando aconteceram os desembarques na Normandia durante a Segunda Guerra Mundial. Para celebrar a data, o Rei Charles III, a Rainha Camilla e o Príncipe William se reuniram em um evento com veteranos.

Segundo informações da revista People, o marido de Kate Middleton leu um trecho do diário do Capitão Alastais Bannerman, soldado que fez parte do Dia D, durante seu discurso. O Príncipe de Gales disse estar profundamente honrado em estar com os veteranos do desembarque em Normandia e declarou:

"Sempre nos lembraremos daqueles que serviram e daqueles que os dispensaram. As mães e os pais, os irmãos e as irmãs, os filhos e as filhas que viram os seus entes queridos irem para a batalha, sem saber se algum dia regressariam. Hoje, recordamos a bravura daqueles que cruzaram este mar para libertar a Europa, daqueles que garantiram o sucesso da Operação Overlord e daqueles que esperaram pelo seu regresso em segurança."

O Mail Online noticia que William acabou sendo questionado por um veterano se a Princesa de Gales está melhor. Kate está afastada de seus deveres reais públicos enquanto enfrenta o tratamento contra o câncer, o que causou preocupação nos súditos. De forma simples, ele respondeu: "Ela está melhor, obrigada. Ela teria adorado estar aqui hoje".

Reprodução

O Príncipe de Gales estava em uma das comemorações do aniversário de 80 anos do Dia D.

Saiba como está Luan Santana após mal-estar que o fez cancelar show.

Luan Santana atualizou seu estado de saúde, após passar mal antes de uma apresentação em Divinópolis, Minas Gerais, no último dia 1º. A apresentação foi cancelada. "Estou bem, galera! Zerado", tranquilizou o cantor em seu Instagram dias depois.

Ele também agradeceu aos fãs e seguidores pelas mensagens positivas e de carinho. "À galera de Divinópolis, muito obrigado por tanto amor! Em breve a gente se encontra de novo. Essa semana, Luan City continua em Catanduva, São Paulo, dia 6, e vai até dia 16 em Ourinhos, São Paulo. Dez shows seguidos nesse junho abençoado. Vamos com Deus", finalizou.

Reprodução

Luan Santana atualiza status de saúde após passar mal e cancelar show.

Nos comentários, amigos e seguidores enviaram mensagens de melhoras ao sertanejo: "Deus abençoe, meu irmão! Se cuide", disse Luan Pereira, dono do sucesso Dentro da Hilux. Fábio Júnior e Ivete Sangalo comemoraram a melhora de Luan Santana: "Notícia boa demais! Se cuida", disse o primeiro.

O cantor confirmou em suas redes sociais que continuará com os próximos shows, começando com Catanduva, no interior de São Paulo, nesta quinta-feira(6), além de Pedro Leopoldo, localizado em Minas Gerais, na sexta-feira (7), e em Americana, também em São Paulo, no sábado, dia 8.

Segundo nota divulgada à imprensa no domingo, o cantor se encontrava "em repouso absoluto" e em sua casa na região de Alphaville, na Grande São Paulo, pois estaria se sentindo 'indisposto e febril' desde a terça-feira, 28 de maio. Ele foi aconselhado a repousar, e não conseguiu realizar o show de Divinópolis, no sábado.

Três meses após transplante, Faustão usa máquina moderna e portátil de hemodiálise.

O apresentador Fausto Silva, o Faustão, ainda passa por tratamentos com hemodiálise três meses após o transplante de rim, realizado no final de abril no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo. Todo tratamento do apresentador é feito em casa com uma máquina moderna, sem a necessidade de ir ao hospital ou a uma clínica especializada. As informações são de O Globo.

"A tecnologia é muito semelhante à da máquina convencional. Ela é miniaturizada, é menor, permitindo que a diálise seja feita em domicílio. Mas promove o tratamento com a mesma eficácia", explica o nefrologista Pedro Túlio Rocha, coordenador do Programa de Transplante Renal do Hospital Adventista Silvestre.

O que é hemodiálise

Segundo a Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN), a hemodiálise é o processo de limpar e filtrar o sangue, liberando substâncias prejudiciais à saúde, como o excesso de sal e líquidos. Seis meses antes de passar pelo transplante de rim, o apresentador também realizou um transplante de coração.

As máquinas portáteis de hemodiálise pesam cerca de 30 quilos e podem ser levadas para casa ou para viagens, dispensando a necessidade de ir ao hospital. Para ser utilizada, um profissional precisa ensinar o paciente ou o cuidador.

A máquina é conectada na tomada, e a sessão dura em média duas horas e meia. Durante, o sangue é bombeado da pessoa para o aparelho. Os dados sobre o tratamento são enviados a um aplicativo disponível para download num dispositivo móvel e podem ser compartilhados facilmente com o médico que faz o acompanhamento do paciente.

Reprodução

Todo tratamento do apresentador é feito em casa.

De acordo com especialistas, a máquina utilizada pelo apresentador ainda não é muito usada no Brasil, sendo mais comum nos Estados Unidos e na Europa.

Não durou muito: Fábio Assunção termina namoro com atriz que conheceu em série.

Não durou muito o relacionamento de Fábio Assunção, de 52 anos, com a atriz Isa Salmen, de 32 anos. O término ainda não tinha se tornado público, mas o ator deu fim ao namoro-relâmpago no fim de março, segundo uma fonte. A última aparição pública do casal havia sido no início do mesmo mês, quando o ator esteve com a então namorada num teatro, em São Paulo.

Recentemente, Fábio e Isa estiveram no mesmo local, o Festival de Cinema de Cannes, na França. Já separados, eles nem se encontraram. O ator participou da sessão de gala do filme "Motel Destino", protagonizado por ele, mas voltou às pressas para São Paulo, onde estreia a peça "Férias" ao lado de Drica Moraes no próximo fim de semana na capital paulista.

Reprodução

Ator e Isa Salmen estavam juntos desde o fim de 2023.

O namoro de Fábio Assunção com a atriz foi revelado em fevereiro, logo depois do carnaval, quando eles viajaram para um chalé em Nazaré Paulista, no interior de São Paulo. Eles já tinham passado a virada do ano juntos em São Miguel dos Milagres, em Alagoas.

Fábio e Isa se aproximaram ao gravarem cenas da série "Fim", disponível no Globoplay. Isa fez uma participação como a sedutora Portenha, uma das conquistas do mulherengo Ciro, interpretado por Fabio Assunção. Os dois, inclusive, protagonizaram cenas quentes durante uma transa no sofá.

Na época das gravações, Fabio começava a viver uma crise em seu casamento com Ana Verena, logo após o nascimento da filha caçula. Algumas vezes, a ex chegou a acompanhá-lo nos bastidores da série. O casamento dos dois terminou oficialmente em outubro do ano passado após dois anos.

Saiba de onde vem a fortuna do empresário Chiquinho Scarpa.

O empresário Chiquinho Scarpa, de 72 anos, contou em entrevista ao podcast Hello Val, da socialite Val Marchiori, que há cerca de 13 anos vive sozinho na mansão em que mora, no Jardim América, no bairro nobre de São Paulo.

Também conhecido como Conde, o empresário afirma que, apesar de morar na casa desde que nasceu, não conhece todos os cômodos do local, sobretudo a área destinada aos seus colaboradores – são 12 no total.

Ele tenta vender a mansão há cerca de dez anos, mas até hoje não conseguiu concretizar o negócio. No início, chegou a pedir R$ 120 milhões pela casa, mas, agora, diz que a vende por R$ 63 milhões, quase pela metade do preço inicial. Mas afinal, de onde vem a fortuna de Scarpa?

Fortuna de Chiquinho Scarpa

Chiquinho, cujo nome verdadeiro é Francisco Scarpa Filho, nasceu em 13 de setembro de 1951, filho do empresário Francisco Scarpa e da socialite Patsy Scarpa. Mas a fortuna vem de uma geração anterior, do avô, o imigrante italiano Nicolau Scarpa.

Nicolau foi o criador da cervejaria Caracu. Ele foi dono de diversas empresas e acionista do Grupo Votorantim, multinacional brasileira que atua em setores como mineração, energia, finanças e investimentos imobiliário.

O pai de Chiquinho herdou a fortuna e as empresas de Nicolau. Em 1971, a cervejaria Caracu lançou a primeira cerveja em lata do Brasil, a Skol-Caracu, que mais tarde daria origem à marca de cerveja. Chiquinho já chegou a dizer que o pai teve 40 fazendas, além de usina de açúcar, metalúrgica e fábrica de tecidos.

Reprodução

Empresário de 72 anos herdou fortuna de pai e avô.

Além de Chiquinho, Francisco teve duas filhas: Renata e Fátima. Os três cresceram em ambientes de luxo, sempre viajando para a Europa de transatlântico. Na frente da mansão que Chiquinho tenta vender fica uma praça que leva o nome de seu avó.

Nos últimos anos, Chiquinho Scarpa passou por sérios problemas de saúde, chegando a ficar meses internado na UTI para tratar um problema no intestino e realizar cerca de dez cirurgias.

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL:

Eduardo Leite

Gabriel Souza

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL

Adolfo Brito

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

Alberto Delgado Neto

PROCURADOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

Alexandre Sikinowski Saltz

DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Nilton Leonel Arnecke Maria

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO SUL

Marco Peixoto

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Eduardo Cunha da Costa

OS 3 SENADORES DO RIO GRANDE DO SUL:

Hamilton Mourão

Luis Carlos Heinze

Paulo Paim

PREFEITO E VICE-PREFEITO DE PORTO ALEGRE:

Sebastião Melo

Ricardo Gomes

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Mauro Pinheiro

AUTORIDADES MÁXIMAS DAS FORÇAS ARMADAS NO RIO GRANDE DO SUL:

EXÉRCITO

General Hertz Pires do Nascimento, Comandante Militar do Sul, em Porto Alegre.

MARINHA

Vice-Almirante Augusto José da Silva Fonseca Junior, Comandante do V Distrito Naval, em Rio Grande.

AERONÁUTICA

Major Brigadeiro do AR Vincent Dang, Comandante do V Comando Aéreo Regional (V COMAR), em Canoas.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL:

Adolfo Brito
Presidente

Paparico Bacchi
1º Vice-presidente

Eliana Bayer
2ª Vice-presidente

Pepe Vargas
1º Secretário

Vilmar Zanchin
2º Secretário

Luiz Marenco
3º Secretário

Dr. Thiago Duarte
4º Secretário

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL:

Alberto Delgado Neto
Presidente

Ícaro Carvalho de Bem Osório
1º Vice-presidente

Sérgio Miguel Achutti Blattes
2º Vice-presidente

Lusmary Fátima Turelly da Silva
3ª Vice-presidente

Fabianne Bretton Baisch
Corregedora-Geral da Justiça

LIDERANÇAS GAÚCHAS:

BANRISUL

Fernando Guerreiro de Lemos
Presidente

BRDE

Ranolfo Vieira Junior
Presidente

BADESUL

Claudio Leite Gastal
Presidente

FARSUL

Gedeão Pereira
Presidente

FIERGS

Claudio Bier
Presidente

FECOMÉRCIO

Luiz Carlos Bohn
Presidente

FEDERASUL

Rodrigo Sousa Costa
Presidente

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL

Luciano Hocsman
Presidente

GRÊMIO

Alberto Guerra
Presidente

INTERNACIONAL

Alessandro Barcellos
Presidente

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 27 SECRETÁRIOS DE ESTADO DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL:

AGRICULTURA

Giovani Feltes
(MDB)

CASA CIVIL

Artur Lemos
(PSDB)

CASA MILITAR

Luciano Boeira

COMUNICAÇÃO

Tânia Moreira

CULTURA

Beatriz Araújo

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ernani Polo
(PP)

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Beto Fantinel
(MDB)

DESENVOLVIMENTO RURAL

Ronaldo Santini
(Podemos)

DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

Carlos Rafael Mallmann
(União Brasil)

EDUCAÇÃO

Raquel Teixeira
(PSDB)

ESPORTE E LAZER

Danrlei de Deus
(PSD)

FAZENDA

Pricilla Maria Santana

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Carlos Gomes
(Republicanos)

INCLUSÃO DIGITAL

Lisiane Lemos

INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Simone Stulp

JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Fabrício Peruchin
(União Brasil)

LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Juvir Costella
(MDB)

MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Marjorie Kauffmann

OBRAS PÚBLICAS

Izabel Matte

PARCERIAS E CONCESSÕES

Pedro Capeluppi

PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Danielle Calazans

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Eduardo Cunha
da Costa

SAÚDE

Arita Bergmann

SEGURANÇA PÚBLICA

Sandro Caron

SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

Luiz Henrique Vianna
(PSDB)

TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Gilmar Sossella
(PDT)

TURISMO

Vilson Covatti
(PP)

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 31 DEPUTADOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL:

Afonso Hamm (PP)

Afonso Motta (PDT)

Alceu Moreira (MDB)

Alexandre Lindenmeyer (Federação PT/PCdoB/PV)

Any Ortiz (Federação PSDB-Cidadania)

Bibo Nunes (PL)

Carlos Gomes (Republicanos)

Covatti Filho (PP)

Daniel da TV (Federação PSDB-Cidadania)

Daiana Santos (PC do B)

Denise Pessôa (Federação PT/PCdoB/PV)

Dionilso Marcon (Federação PT/PCdoB/PV)

Elvino Bohn Gass (Federação PT/PCdoB/PV)

Fernanda Melchionna (Federação PSOL-Rede)

Franciane Bayer (Republicanos)

Giovani Cherini (PL)

Heitor Schuch (PSB)

Lucas Redecker (Federação PSDB-Cidadania)

Luciano Azevedo (PSD)

Luiz Carlos Busatto (União Brasil)

Marcel Van Hattem (Novo)

Marcelo Moraes (PL)

Márcio Biolchi (MDB)

Maria do Rosário (Federação PT/PCdoB/PV)

Mauricio Marcon (Podemos)

Osmar Terra (MDB)

Pedro Westphalen (PP)

Pompeo de Mattos (PDT)

Reginete Bispo (PT)

Tenente-Coronel Zucco (Republicanos)

Ubiratan Sanderson (PL)

A mesa diretora da Câmara dos Deputados é responsável por trabalhos administrativos e é composta pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP - PL); o primeiro e o segundo vice-presidentes, Marcos Pereira (Republicanos - SP) e Sóstenes Cavalcante (PL - RJ); quatro secretários, Luciano Bivar (União Brasil - PE), Maria do Rosário (PT - RS), Júlio Cesar (PSD - PI) e Lucio Mosquini (MDB - RO); além dos suplentes, Gilberto Nascimento (PSC - SP), Pompeo de Mattos (PDT - RS), Beto Pereira (PSDB - MS) e André Ferreira (PL - PE).

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 55 DEPUTADOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL:

Adão Pretto (PT)

Adolfo Brito (PP)

Adriana Lara (PL)

Airton Artus (PDT)

Airton Lima (Podemos)

Beto Fantinel (MDB)

Bruna Rodrigues (PC do B)

Capitão Martim (Republicanos)

Classmann (União Brasil)

Carlos Búrigo (MDB)

Claudio Tatsch (PL)

Juvir Costella (MDB)

Delegada Nadine (PSDB)

Delegado Zucco (Republicanos)

Dirceu Franciscon (União Brasil)

Dr. Thiago (União Brasil)

Edivilson Brum (MDB)

Eduardo Loureiro (PDT)

Eliana Bayer (Republicanos)

Elizandro Sabino (PTB)

Elton Weber (PSB)

Ernani Polo (PP)

Felipe Camozzato (Novo)

Frederico Antunes (PP)

Gaúcho da Geral (PSD)

Gerson Burmann (PDT)

Guilherme Pasin (PP)

Gustavo Victorino (Republicanos)

Issur Koch (PP)

Jeferson Fernandes (PT)

Joel de Igrejinha (PP)

Kaká D'Ávila (PSDB)

Kelly Moraes (PL)

Laura Sito (PT)

Leonel Radde (PT)

Luciana Genro (PSOL)

Luciano Silveira (MDB)

Luiz Marenco (PDT)

Luiz Mainardi (PT)

Marcus Vinícius (PP)

Matheus Gomes (PSOL)

Miguel Rossetto (PT)

Neri O Carteiro (PSDB)

Paparico Bacchi (PL)

Patrícia Alba (MDB)

Pedro Pereira (PSDB)

Pepe Vargas (PT)

Professor Bonatto (PSDB)

Professor Claudio (Podemos)

Rafael Libretotto (MDB)

Rodrigo Lorenzoni (PL)

Ronaldo Santini (Podemos)

Sergio Peres (Republicanos)

Silvana Covatti (PP)

Sofia Cavedon (PT)

Sossella (PDT)

Stela Farias (PT)

Valdeci Oliveira (PT)

Vilmar Zanchin (MDB)

Zé Nunes (PT)

Deputados Estaduais licenciados para exercício de outros cargos:
Beto Fantinel (MDB), Juvir Costella (MDB), Ernani Polo (PP), Ronaldo Santini (Podemos) e Sossella (PDT).

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

Fernando Quadros da Silva (Presidente do TRF)

João Batista Pinto Silveira (Vice-presidente do TRF)

Vânia Hack de Almeida (Corregedora da Justiça Federal)

Álvaro Eduardo Junqueira

Amaury Chaves de Athayde

Amir José Finocchiaro Sarti

Antônio Albino Ramos de Oliveira

Ari Pargendler

Cal Garcia

Cândido Alfredo Silva Leal Junior

Carlos Antonio Rodrigues Sobrinho

Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz

Celso Kipper

Dirceu de Almeida Soares

Edgard Antônio Lippmann Júnior

Élcio Pinheiro de Castro

Eli Goraieb

Ellen Gracie Northfleet

Fábio Bittencourt da Rosa

Fernando Quadros da Silva

Gilson Dipp

Hervandil Fagundes

João Surreaux Chagas

Joel Ilan Paciornik

Jorge Antonio Maurique

José Almada de Souza

José Fernando Jardim de Camargo

José Luiz Borges Germano da Silva

José Morschbacher

Luciane Amaral Corrêa Münch

Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

Luiz Carlos de Castro Lugon

Luiz Dória Furquim

Luiz Fernando Wowk Penteado

Luíza Dias Cassales

Manoel Eugenio Marques Munhoz

Manoel Lauro Volkmer de Castilho

Márcio Antônio Rocha

Marga Inge Barth Tessler

Maria de Fátima Freitas Labarrère

Maria Lúcia Luz Leiria

Néfi Cordeiro

Nylson Paim de Abreu

Osvaldo Moacir Alvarez

Otavio Roberto Pamploma

Paulo Afonso Brum Vaz

Pedro Máximo Paim Falcão

Ricardo Teixeira do Valle Pereira

Rogerio Favreto

Rômulo Pizzolatti

Ronaldo Luiz Ponzi

Silvia Maria Gonçalves Goraieb

Silvio Dobrowolski

Tadaaqui Hirose

Tânia Terezinha Cardoso Escobar

Teori Albino Zavascki

Valdemar Capeletti

Victor Luiz dos Santos Laus

Vilson Darós

Virgínia Amaral da Cunha Sheibe

Vladimir Passos de Freitas

Wellington Mendes de Almeida

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 48 DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO:

Alexandre Corrêa da Cruz

Ana Luiza Heineck Kruse

André Reverbel Fernandes

Angela Rosi Almeida Chapper

Beatriz Renck

Brígida Joaquina Charão Barcelos

Carlos Alberto May

Carmen Izabel Centena Gonzalez

Cláudio Antônio Cassou Barbosa

Cleusa Regina Halfen

Clóvis Fernando Schuch Santos

Denise Pacheco

Emílio Papaléo Zin

Fabiano Holz Beserra

Fernando Luiz de Moura Cassal

Flávia Lorena Pacheco

Francisco Rossal de Araújo

George Achutti

Gilberto Souza dos Santos

Janney Camargo Bina

João Alfredo Borges Antunes de Miranda

João Batista de Matos Danda

João Paulo Lucena

João Pedro Silvestrin

Lais Helena Jaeger Nicotti

Lucia Ehrenbrink

Luciane Cardoso Barzotto

Luiz Alberto de Vargas

Manuel Cid Jardon

Marçal Henri dos Santos Figueiredo

Marcelo Gonçalves de Oliveira

Marcelo José Ferlin D'Ambroso

Marcos Fagundes Salomão

Maria da Graça Ribeiro Centeno

Maria Cristina Schaan Ferreira

Maria Madalena Telesca

Maria Silvana Rotta Tedesco

Raul Zoratto Sanvicente

Rejane Souza Pedra

Ricardo Carvalho Fraga

Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa

Roger Ballejo Villarinho

Rosiul de Freitas Azambuja

Rosane Serafini Casa Nova

Simone Maria Nunes

Tânia Regina Silva Reckziegel

Vania Maria Cunha Mattos

Wilson Carvalho Dias

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 36 VEREADORES DE PORTO ALEGRE:

Abigail Pereira (PC do B)

Adeli Sell (PT)

Airto Ferronato (PSB)

Aldacir Oliboni (PT)

Alex Fraga (PSOL)

Alvoni Medina (Republicanos)

Carlos Comassetto (PT)

Cassiá Carpes (PP)

Cláudia Araújo (PSD)

Cláudio Conceição (PL)

Claudio Janta (SD)

Comandante Nádia (PP)

Fernanda Barth (PSC)

Gilson Padeiro (PSDB)

Giovane Byl (PTB)

Giovani Culau (PC do B)

Hamilton Sossmeier (PTB)

Idenir Cecchim (MDB)

Jesse Sangalli (Cidadania)

João Bosco Vaz (PDT)

Jonas Reis (PT)

José Freitas (Republicanos)

Karen Santos (PSOL)

Lourdes Sprenger (MDB)

Marcelo Bernardi (PSDB)

Márcio Bins Ely (PDT)

Mari Pimentel (Novo)

Mauro Pinheiro (PL)

Moisés Maluco do Bem (PSDB)

Monica Leal (PP)

Pablo Melo (MDB)

Pedro Ruas (PSOL)

Psicóloga Tanise Sabino (PTB)

Ramiro Rosário (PSDB)

Roberto Robaina (PSOL)

Tiago Albrecht (Novo)

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

GOVERNADORES DOS ESTADOS BRASILEIROS

ACRE
Gladson Cameli
(PP - Reeleito)

ALAGOAS
Paulo Dantas
(MDB)

AMAPÁ
Clécio Luís
(SD)

AMAZONAS
Wilson Lima
(União - Reeleito)

BAHIA
Jerônimo Rodrigues
(PT)

CEARÁ
Elmano de Freitas
(PT)

DISTRITO FEDERAL
Ibaneis Rocha
(MDB - Reeleito)

ESPÍRITO SANTO
Renato Casagrande
(PSB - Reeleito)

GOIÁS
Ronaldo Caiado
(União - Reeleito)

MARANHÃO
Carlos Brandão
(PSB - Reeleito)

MATO GROSSO
Mauro Mendes
(União - Reeleito)

MATO GROSSO DO SUL
Eduardo Riedel
(PSDB)

MINAS GERAIS
Romeu Zema
(Novo - Reeleito)

PARÁ
Helder Barbalho
(MDB - Reeleito)

PARAÍBA
João Azevêdo
(PSB - Reeleito)

PARANÁ
Ratinho Júnior
(PSD - Reeleito)

PERNAMBUCO
Raquel Lyra
(PSDB)

PIAUÍ
Rafael Fonteles
(PT)

RIO DE JANEIRO
Cláudio Castro
(PL - Reeleito)

RIO GRANDE DO NORTE
Fátima Bezerra
(PT - Reeleita)

RIO GRANDE DO SUL
Eduardo Leite
(PSDB - Reeleito)

RONDÔNIA
Cel. Marcos Rocha
(União - Reeleito)

RORAIMA
Antonio Denarium
(PP - Reeleito)

SANTA CATARINA
Jorginho Mello
(PL)

SÃO PAULO
Tarcísio de Freitas
(Republicanos)

SERGIPE
Fábio Mitidieri
(PSD)

TOCANTINS
Wanderlei Barbosa
(Republicanos - Reeleito)

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

MINISTROS DO GOVERNO FEDERAL:

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Jorge Rodrigo Araújo Messias

AGRICULTURA

Carlos Fávaro

CASA CIVIL

Rui Costa

CIDADES

Jader Filho

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Luciana Santos

COMUNICAÇÕES

Juscelino Filho

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Vinícius Marques de Carvalho

CULTURA

Margareth Menezes

DEFESA

José Múcio

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Paulo Teixeira

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Wellington Dias

DIREITOS HUMANOS

Sílvio Almeida

EDUCAÇÃO

Camilo Santana

EMPREENDEDORISMO

Márcio França

ESPORTES

André Fufuca

FAZENDA

Fernando Haddad

GESTÃO

Esther Dweck

IGUALDADE RACIAL

Anielle Franco

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Geraldo Alckmin

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Waldez Góes

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Ricardo Lewandowski

MEIO AMBIENTE

Marina Silva

MINAS E ENERGIA

Alexandre Silveira

MULHERES

Cida Gonçalves

PESCA

André de Paula

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Simone Tebet

PORTOS E AEROPORTOS

Silvio Costa Filho

POVOS INDÍGENAS

Sonia Guajajara

PREVIDÊNCIA

Carlos Lupi

RELAÇÕES EXTERIORES

Mauro Vieira

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Alexandre Padilha

SAÚDE

Nísia Trindade

SECOM

Paulo Pimenta

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Márcio Macêdo

TRABALHO

Luiz Marinho

TRANSPORTES

Renan Filho

TURISMO

Celso Sabino

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 11 MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

Presidente

Roberto Barroso
(indicado por Dilma Rousseff)

Vice-Presidente

Edson Fachin
(indicado por Dilma Rousseff)

Alexandre de Moraes
(indicado por Michel Temer)

André Mendonça
(indicado por Jair Bolsonaro)

Cármen Lúcia
(indicada por Luiz Inácio Lula da Silva)
(em mandatos anteriores do atual Presidente da República)

Cristiano Zanin
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)

Dias Toffoli
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)
(em mandatos anteriores do atual Presidente da República)

Flávio Dino
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)

Gilmar Mendes
(indicado por Fernando Henrique Cardoso)

Luiz Fux
(indicado por Dilma Rousseff)

Nunes Marques
(indicado por Jair Bolsonaro)

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 31 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, STJ:

Antonio Carlos Ferreira

Antônio Herman de Vasconcelos e Benjamin

Antônio Saldanha Palheiro

Assusete Dumont Reis Magalhães

Benedito Gonçalves

Daniela Teixeira

Fátima Nancy Andrighi

Francisco Cândido de Melo Falcão Neto

Geraldo OG Nicéas Marques Fernandes

Humberto Eustáquio Soares Martins

João Otávio de Noronha

Joel Ilan Paciornik

Luis Felipe Salomão

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

Marco Aurélio Bellizze de Oliveira

Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Mauro Luiz Campbell Marques

Messod Azulay Neto

Paulo Dias de Moura Ribeiro

Paulo Sérgio Domingues

Raul Araújo Filho

Regina Helena Costa

Reynaldo Soares da Fonseca

Ricardo Villas Bôas Cueva

Rogerio Schietti Machado Cruz

Sebastião Alves dos Reis Júnior

Sérgio Luíz Kukina

Teodoro Silva Santos

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 26 MINISTROS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO:

Presidente

Lelio Bentes Corrêa

Vice-Presidente

Aloysio Corrêa da Veiga

Alberto Bastos Balazeiro

Alexandre de Souza Agra Belmonte

Alexandre Luiz Ramos

Amaury Rodrigues Pinto Junior

Augusto César Leite de Carvalho

Breno Medeiros

Cláudio Mascarenhas Brandão

Delaíde Alves Miranda Arantes

Dora Maria da Costa

Douglas Alencar Rodrigues

Evandro Pereira Valadão Lopes

Guilherme Augusto Caputo Bastos

Hugo Carlos Scheuermann

Ives Gandra da Silva Martins Filho

José Roberto Freire Pimenta

Kátia Magalhães Arruda

Liana Chaib

Luiz José Dezena da Silva

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Maria Helena Mallmann

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Mauricio Godinho Delgado

Morgana de Almeida Richa

Sergio Pinto Martins

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 15 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR:

Presidente

Ministro
Francisco Joseli Parente Camelo

Vice-Presidente

Ministro
José Coêlho Ferreira

Ministro
Artur Vidigal de Oliveira

Ministro
Carlos Augusto Amaral Oliveira

Ministro
Carlos Vuyk de Aquino

Ministro
Celso Luiz Nazareth

Ministro
Cláudio Portugal de Viveiros

Ministro
José Barroso Filho

Ministro
Leonardo Punte

Ministro
Lourival Carvalho Silva

Ministro
Lúcio Mário de Barros Góes

Ministro
Marco Antônio de Farias

Ministra
Maria Elizabeth Guimarães
Teixeira Rocha

Ministro
Odilson Sampaio Benzi

Ministro
Péricles Aurélio Lima
de Queiroz

Fotos: Divulgação